



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ELVIS DIENI BARDINI

**A CIBERCULTURA DA INTOLERÂNCIA POLÍTICA, OU COMO A LINGUAGEM DO
ÓDIO DESCONSTRÓI A CIDADANIA**

TUBARÃO

2017

ELVIS DIENI BARDINI

**A CIBERCULTURA DA INTOLERÂNCIA POLÍTICA, OU COMO A LINGUAGEM DO
ÓDIO DESCONSTRÓI A CIDADANIA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de
Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Deisi Scunderlick Eloy de Farias.

Tubarão

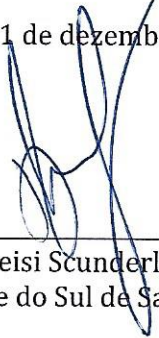
2017

ELVIS DIENI BARDINI

**A CIBERCULTURA DA INTOLERÂNCIA POLÍTICA, OU COMO A LINGUAGEM DO ÓDIO
DESCONSTRÓI A CIDADANIA**

Esta Tese foi julgada adequada à obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 11 de dezembro de 2017.



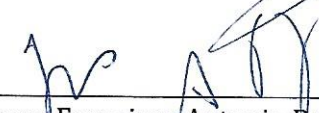
Professora e orientadora Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina



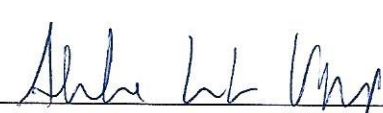
Professora Andréia da Silva Daltoé, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professor Juliano Bitencourt Campos, Doutor.
Universidade do Extremo Sul Catarinense



Professor Francisco Antonio Pereira Fialho, Doutor.
Universidade Federal de Santa Catarina



Professor Alexandre Linck Vargas, Doutor.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Bardini, Elvis Dieni

A CIBERCULTURA DA INTOLERÂNCIA POLÍTICA, OU COMO A
LINGUAGEM DO ÓDIO DESCONSTRÓI A CIDADANIA / Elvis Dieni Bardini.
-- Tubarão - SC, 2017.

178 f. : il

Orientadora: Deisi Scunderlick Eloy de Farias.

Tese (Doutorado - Ciências da Linguagem) -- Universidade
Federal da Bahia, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017.

1. Ciberespaço. 2. Ciberativismo. 3. Direita e Esquerda. 4.
Ciberativismo da Intolerância. I. Farias, Deisi Scunderlick
Eloy de. II. Título.

Dedico este trabalho a todos aqueles que de algum modo se empenham em tornar o mundo um lugar mais tolerante e igualitário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais. Meu pai como inspiração no gosto pelas Ciências Políticas e minha mãe pelo exemplo na docência. Verdadeiros exemplos de vida e de valorização do conhecimento.

A minha esposa pelo apoio de sempre e incentivo nas horas mais difíceis. Sempre ao meu lado apoiando e me levantando nas quedas. Por fim, a minha orientadora Dra. Deisi Scunderlick Eloy de Farias que me acompanhou durante este percurso.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.” (Arthur Schopenhauer).

RESUMO

Apesar do potencial democrático do ciberespaço na disseminação de informações e na interação entre os sujeitos, em partes equidistantes do planeta, o que floresce é uma onda de intolerância na qual o ciberativismo é apropriado e ressignificado para a organização e disseminação de ideais antidemocráticos. A presente tese tem como objetivo investigar a polarização política entre Direita e Esquerda, no ciberespaço, em particular no facebook a partir das eleições de 2014. A pesquisa teve como amostra, comentários em matérias jornalísticas sobre o tema “ditadura” nas fanpage dos dez políticos com maior número de seguidores no período. A partir do pressuposto de que comentários positivos ao período constituem manifestação de intolerância política, (tendo em vista documentação demonstrando crimes contra a humanidade no período) foram identificados (e descritos) elementos para apontar a existência de uma “cibercultura da intolerância”. Um conjunto de características do discurso de intolerância política no ciberespaço. Como possibilidade, apresentam-se perspectivas de construção e promoção de espaços coletivos visando o desenvolvimento de uma consciência cidadã e consequentemente o respeito aos valores democráticos e o respeito às garantias e direitos dos indivíduos.

Palavras-chave: Ciberespaço. Ciberativismo. Direita e Esquerda. Cibercultura da Intolerância

ABSTRACT

In spite of the democratic potential of cyberspace in the dissemination of information and in the interaction between the subjects, in equidistant parts of the planet, what is flourishing is a wave of intolerance in which cyber-activism is appropriate and re-signified for the organization and dissemination of undemocratic ideals. The present thesis aims to investigate the political polarization between Right and Left, in cyberspace, in particular on facebook from the 2014 elections. The research had as a sample, commentaries in journalistic subjects on the theme "dictatorship" in the fanpage of the ten politicians with the highest number of followers in the period. From the assumption that positive comments to the period constitute a manifestation of political intolerance, (in view of documentation demonstrating crimes against humanity in the period), elements were identified (and described) to indicate the existence of a "cyberculture of intolerance". A set of discourse characteristics of political intolerance in cyberspace. As a possibility, there are perspectives for the construction and promotion of collective spaces aimed at the development of a citizen's conscience and, consequently, respect for democratic values and respect for the guarantees and rights of individuals.

Keywords: Cyberculture. Ciberativism. Right and Left. Cyberculture of Intolerance.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - “Por que não mataram todos em 64”	125
Imagem 2 - “Comunista é bom morto”	126
Imagem 3 - “Luto: intervenção militar já”	126
Imagem 4 - Adesivo Dilma 1	127
Imagem 5 - Adesivo Dilma 2	127
Imagem 6 - Mapa calor Dossiê Intolerância	128
Imagem 7 - “Xô Lula”	129
Imagem 8 - “Bolsonaro leproso”	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento do acesso à internet no país	27
Gráfico 2 - Acesso à contas	112
Gráfico 3 - Nível Escolaridade	115
Gráfico 4 - Sexo	117
Gráfico 5 - Região	119
Gráfico 6 - Fanpage Políticos	121
Gráfico 7 - Espectro ideológico partidos políticos brasileiros	108
Gráfico 8 - Concordância com boatos	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Acesso à conta	112
Tabela 2- Nível Escolaridade	115
Tabela 3- Sexo	117
Tabela 4- Região	119
Tabela 5- Fanpage Políticos	120
Tabela 6- Acesso à conta	52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Cibercultura da Intolerância	140
Figura 2 - Espectro ideológico partidos políticos brasileiro	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bases de dados consultadas e resultados identificados	71
Quadro 2 - Busca pelo termo: Ciberativismo	72
Quadro 3 - Busca pelos termos: Redes Sociais Digitais	72
Quadro 4 - Busca pelos termos: Ciberativismo Nas Redes Sociais	73
Quadro 5 - Ciberativismo nas redes sociais a partir da base de dados: Scielo	73
Quadro 6 - Ciberativismo nas redes sociais a partir da base de dados: Capes	76
Quadro 7 - Busca pelos termos: Discurso Do Ódio/Hater Speech	78
Quadro 8 - Busca pelos termos: Discurso Do Ódio No Facebook	78
Quadro 9 - Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Scielo	78
Quadro 10 - Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Capes	80
Quadro 11 - Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Google Acadêmico	81
Quadro 12 - Busca pelos termos: Intolerância	82
Quadro 13 - Busca pelos termos: Intolerância Política	82
Quadro 14 - Busca pelos termos: Intolerância Política No Facebook	83
Quadro 15 - Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Google Acadêmico	84
Quadro 16 - Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Muse	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A SOCIEDADE EM REDE: O ADVENTO DO CIBERESPAÇO E DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS.....	24
2.1 - A Internet e a Formação do Ciberespaço.....	25
2.2 - A Identidade “Digital” na Sociedade em Rede.....	32
3 POLÍTICA E CIBERATIVISMO.....	43
3.1 - O Espectro Ideológico na Política: Noções Sobre Direita e Esquerda.....	43
3.2 - Política, Democratização e Cidadania na Rede.....	56
3.3 - O Ciberativismo.....	60
4 DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	67
4.1 O Estado da arte sobre a intolerância política nas redes sociais digitais.....	70
4.2 - Tipo de pesquisa em relação aos objetivos.....	90
4.2.1 - Procedimentos para a coleta de dados.....	91
4.2.2 - Amostra.....	91
4.2.3 - Instrumentos de Pesquisa.....	92
4.2.4 - Operacionalização da Pesquisa.....	93
4.2.5 - Procedimentos para análise dos dados.....	93
5 A CIBERCULTURA DA INTOLERÂNCIA POLÍTICA.....	95
5.1 - A ditadura de 1964 e o revisionismo histórico.....	95
5.2 - O ciberativismo da intolerância política: o discurso do ódio e a “banalização do mal”.....	100
5.3 - Os marcadores da cibercultura da intolerância: mapa conceitual sobre a cibercultura da intolerância.....	133
5.4 - A prática cidadã e a valorização dos princípios da democracia.....	142
5.4.1 - Liberdade de expressão x apologia ao ódio: a práxis cidadã como alternativa para a intolerância.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153

REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS.....	169
ANEXO A – Ordem Cronológica Da Evolução Das Tecnologias Da Web.....	170
ANEXO B - Principais Mídias Sociais Digitais.....	171
ANEXO C – Manchetômetro, 2017.....	172
ANEXO D – Listagem de Notícias Sobre Intolerância Em 2016 e 2017.....	173
ANEXO E – Mapa De Projetos De Lei Inspirados No Escola Sem Partido.....	176
ANEXO F - Pesquisa com palavra ódio e odeio no Google.....	177
APÊNDICES.....	178
APÊNDICE A – Tabela Coleta Dados.....	178

1 INTRODUÇÃO

O movimento de globalização se caracteriza pelo fluxo intenso de informações como nunca havia sido presenciado na história da humanidade. A infraestrutura das tecnologias de informação e comunicação comprimiram o tempo e o espaço (GIDDENS, 2005, p. 23), gerando novas formas de organização socioespacial na qual a interação social implica na produção e veiculação de informações e, conseqüentemente, no desenvolvimento de novos saberes. O que era impossível de ser compartilhado, atualmente, vence limites geográficos, pois distâncias foram encurtadas e a extensão da comunicação viabilizada. Parafraseando Gilberto Gil, o mundo que antes “era pequeno, por que terra era grande, hoje é muito grande por que terra é pequena (...)”. Na mesma linha Thompson (1998, p. 40) discorre que:

É esta transformação no sentido de distância que está subjacente ao que se tem descrito convenientemente como ‘compressão espaço-temporal’. Com o desenvolvimento dos novos meios de transporte e comunicação, aliado à sempre mais intensiva e extensiva expansão da economia capitalista orientada para a rápida movimentação de capitais e bens, a importância das barreiras espaciais vem declinando à medida que o ritmo da vida social se acelera.

Apesar de ainda acessível à apenas uma parte da população planetária, ainda que estas novas tecnologias não cheguem de forma equânime às culturas diversas que povoam o globo, elas implicam mudanças e transformações nas formas como os sujeitos se relacionam e nos comportamentos que definem os papéis sociais que exercem na contemporaneidade.

Em várias das dimensões sociais, as implicações são perceptíveis, pois no cotidiano, cada vez mais, depende-se das ferramentas disponibilizadas por estas novas tecnologias. Do funcionamento da infraestrutura, vide a distribuição de serviços essenciais (luz, água, etc.), até o acesso a uma enorme diversidade de informações como, por exemplo, a receita de determinado prato, depende, na atualidade, dos processos de informatização e do advento da *web*¹.

Não apenas a economia, mas praticamente todas as dimensões sociais como o mundo do trabalho, a política, o entretenimento, a saúde e a educação são influenciadas pela *web* ou grande rede planetária, na qual a internet figura como principal ferramenta.

¹ Teia

Na segunda década do século XXI, ela é o maior meio de comunicação de massa da história. Além da extensa possibilidade de pesquisa, produção e divulgação de conteúdos possibilita a interação entre sujeitos e conteúdos, em lugares equidistantes. Desta forma, este progresso tecnológico revolucionário conceituado por Castells (2006, p. 45) como “meio técnico-científico informacional” serviu de suporte para o desenvolvimento de uma sociedade em rede, personificada no ciberespaço, conforme explica Levy (1999, p. 10).

Das muitas implicações do ciberespaço, nas relações sociais, como a abreviação dos espaços; a organização do dia-a-dia, entre outras, uma em particular destaca-se nas formas variadas de ativismo: o ciberativismo, que consiste num “conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet” (SILVEIRA, 2010, p. 03). A partir da rede, o ciberativismo impõe-se como “alternativa aos meios de comunicação de massa tradicionais”², pois funciona como veículo de manifestação e propagação de ideologias diversas do espectro político, assim como num pluralismo de meios de comunicação e informação. Também implica na possibilidade, para a maioria dos usuários da internet, de produzir informações e expressar-se livremente sobre qualquer assunto³.

Neste sentido, o ciberativismo parece servir como importante instrumento político, levando-se em conta seu potencial para a disseminação de uma cultura da cidadania, haja vista, as possibilidades de democratização da informação e a liberdade na produção de conteúdos que representam avanços em relação ao aperfeiçoamento democrático.

Dos meios mais utilizados no ciberespaço como blogs, sítios variados, vlogs, portais de notícia, etc., destacam-se na atualidade as redes sociais digitais. De uma série existente como o Whatsapp, Messenger, Instagram, Skype, Twiter, destaca-se o Facebook. Por ser a maior rede social digital no mundo e no Brasil, ele figura como o meio mais utilizado pela comunidade cibernética. Foi a partir desta rede social digital que se organizaram manifestações para a derrubada do governo Egípcio na Primavera Árabe (CASTELLS, 2013); ou foram organizados os protestos do movimento Occupy Wall Street (CASTELLS, 2013),

² <http://www.dicionarioinformal.com.br/ciberativismo/>

³ <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/cerca-de-70-dos-brasileiros-se-informam-pelo-facebook/>

em Nova York, contra o sistema financeiro e a “ganância das grandes corporações”⁴, assim como as Jornadas de Junho no Brasil de 2013 (SILVA, 2014).

A utilização desta rede funciona como espaço de produção, expressão e visibilidade de narrativas cotidianas forjando uma presença extra da identidade, uma extensão do sujeito (SANTAELLA, 2013, p. 73), o que confere a ela um local de produção de subjetividades e memórias, conforme destaca Rendeiro (2011, p. 35).

No entanto, apesar de todo o potencial das redes para o ciberativismo alinhado à disseminação de valores democráticos como princípios de cidadania e ao pluralismo de ideias, as redes sociais digitais também constituem-se em espaço no qual estimula-se a intolerância política, o pensamento homogêneo e o desrespeito à diversidade cultural, cerceando o pluralismo tão necessário em sociedades ditas democráticas.

Estas ações intolerantes tiveram considerável aumento no pleito eleitoral de 2014 registrando números elevados⁵ de crimes de ódio nas redes sociais digitais. A polaridade entre os candidatos e seus respectivos eleitorados trouxe à tona visões contrárias em relação ao papel do Estado e dos cidadãos na sociedade, reacendendo a discussão entre os polos “Direita” e “Esquerda”⁶.

Relacionado e em concomitância com o a intolerância política crescente nas redes sociais, também cresceu o apoio ao autoritarismo de Estado como fonte de resolução para problemas como a corrupção. Neste caso, as manifestações recentes de oposição ao governo brasileiro eleito no pleito de 2014 apresentaram grupos com discurso de apoio à ditadura, ou a um golpe militar, como redenção para o país⁷.

Decorrente deste estado das coisas, circulam versões de teor acusatório entre ambos os espectros ideológicos acerca da promoção da intolerância política. Também o discurso de políticos que representam os partidos e seus respectivos espectros contribuem, como será visto posteriormente.

⁴ <http://occupywallstreet.net>

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1530211-crimes-de-odio-em-redes-sociais-disparam-no-periodo-eleitoral.shtml>

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1424529-esquerda-e-direita-reeditam-eventos-que-antecederam-o-golpe-de-64.shtml>

⁷ 2015, Projeto de Opinião Pública da América Latina - Barômetro das Américas: http://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil/Brazil_Tech_Info_2014_W_112114.pdf

Constatado que os meios de comunicação de massa e as novas tecnologias de informação e comunicação fazem parte do cotidiano da maioria dos brasileiros e cada vez mais evidenciam-se como espaços de discussão e ativismo político (posicionamento objetivo sobre temas de ordem política, ou seja de atuação do Estado ou seu aparato), o estudo das implicações desta cultura de massa, em particular as redes sociais digitais representadas pelo Facebook, poderá possibilitar uma compreensão mais ampla de como enfrentar os desafios que se apresentam no mundo contemporâneo (como a necessidade de tolerância e de respeito às diversidades e ao pluralismo de ideias) e promover uma cultura da cidadania em oposição à cultura do ódio, que se dissemina nas redes sociais digitais, além da garantia da preservação de uma memória coletiva, sobre os crimes cometidos na ditadura de 1964, identificando os elementos que formam, ou caracterizam, a intolerância política no Facebook, na atualidade.

Neste sentido, surge o seguinte problema de pesquisa: A intolerância política no Facebook é mais comum entre seguidores dos políticos mais populares de partidos do espectro ideológico de Direita, ou do espectro ideológico de Esquerda?

Partindo da questão principal surgiram demais indagações como: Há uma incidência do discurso de ódio em maior grau num dos espectros ideológicos, ou há equilíbrio? Qual o perfil identitário destes seguidores? Quais as justificativas para o retorno da ditadura e a prática da tortura? É possível identificar um padrão no discurso e na linguagem de seguidores intolerantes?

De acordo com os desmembramentos do problema de pesquisa surgem as seguintes hipóteses:

- é possível identificar e classificar os elementos que configuram um discurso de ódio político e o perfil de seus fomentadores;
- seguidores de políticos do espectro à Direita incitam mais ao discurso do ódio que os de espectro de Esquerda;
- o discurso de ódio na política tem como padrão em sua argumentação o revisionismo histórico e a utilização de informações que não correspondem aos fatos históricos;
- ataques à democracia e à liberdade de expressão como paradoxos (ou contradições) ao potencial democrático que as RSD (redes sociais digitais) apresentam, configuram a prática de uma espécie de ciberativismo antidemocrático.

Tendo como base a questão problema estabelecida decorrem os seguintes objetivos:

GERAL

- Identificar a maior incidência da intolerância política no Facebook, a partir dos comentários de seguidores dos políticos mais populares no Brasil levando em conta os espectros ideológicos de direita e esquerda.

ESPECÍFICOS

- a) Definir sociedade em rede, cibercultura e redes sociais digitais;
- b) Descrever questões pertinentes às transformações estruturais na formação das identidades culturais decorrentes da relação recente entre “redes sociais digitais” e Ciberativismo;
- c) Discutir com base em pressupostos teóricos no que consiste o espectro político ideológico e os conceitos de Direita e Esquerda;
- d) Apresentar dados sobre a intolerância política e discurso do ódio nas redes sociais digitais.
- e) Discutir um modelo teórico que relacione os resultados em um conceito passível de aplicação e compreensão dos fenômenos sociais decorrentes do ciberespaço.

O presente trabalho se filia a linha de pesquisa "**Linguagem e Cultura**", do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem. De acordo com o PPGCL, esta linha

visa a estudar, na modernidade e na contemporaneidade, as linguagens verbais e não verbais e suas correlações, bem como as manifestações culturais e estéticas, com ênfase na produção simbólica e seus diversos suportes. Os projetos de pesquisa vinculados a esta linha de pesquisa atuam numa intersecção entre os campos da literatura, artes (visuais, cênicas, musicais), fotografia, cinema, moda, antropologia e comunicação.

Neste sentido, a utilização das redes sociais digitais configura-se como manifestação cultural contemporânea, estabelecendo vínculo com a área da Comunicação e da Antropologia.

Para a verificação do ineditismo desta tese de doutoramento, realizou-se uma pesquisa sistemática, nas bases de dados **SCIELO; PERIÓDICOS CAPES; GOOGLE ACADÊMICO e MUSE**, detalhada no capítulo 03 dessa tese. Na consecução deste

levantamento, foram selecionados artigos utilizando-se como descritores os seguintes termos: ciberativismo, intolerância política, memória ditadura militar de 1964 e discurso do ódio.

A princípio, foram verificados 43 trabalhos científicos com algumas combinações desses termos. Avaliou-se os conceitos trabalhados nos periódicos fornecidos pelas buscas, a partir dos resumos, que se alinhados a pesquisa, avaliava-se o texto na sua totalidade, utilizando-se como critérios balizadores na análise dos conteúdos de cada texto estudado as expressões: ciberativismo, intolerância política, ditadura de 1964 e Discurso do ódio no Facebook.

Observou-se com essa busca refinada que são poucos os trabalhos que tratam sobre a questão da intolerância política nas redes sociais digitais. De acordo com cada descritor foram identificadas com os seguintes descritores: **CIBERATIVISMO NAS REDES SOCIAIS/CYBERACTIVISM IN THE SOCIAL NETWORKS: Scielo (6); Periódicos Capes (3); Google Acadêmico e Muse (0). INTOLERÂNCIA POLÍTICA NO FACEBOOK/POLITICAL INTOLERANCE ON FACEBOOK: Scielo (0); Periódicos Capes (1); Google Acadêmico (20) e Muse (1). MEMÓRIA SOCIAL DITADURA MILITAR/SOCIAL MEMORY OF DICTATORSHIP 1964: Scielo (1); Periódicos Capes (0); Google Acadêmico (3) e Muse (0). DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK/HATER SPEECH IN THE FACEBOOK: Scielo (3); Periódicos Capes (3); Google Acadêmico e Muse (1)**

Somada a esta amostra foram destacadas no anexo D, uma série de manchetes do período entre os anos de 2013 e 2017, relacionados ao tema.

Essa tese se distingue de tudo o que foi pesquisado porque apresenta dados obtidos na rede social do Facebook de um momento recente da história do Brasil. Aqui reuniram-se recursos para a estruturação de um sistema pelo qual é possível avaliar a intolerância política e propor uma saída cidadã para o entendimento dos elementos dos discursos, que sedimentam a cultura do ódio veiculada nessa rede social.

A partir desta base, o estudo abrangeu os seguintes eixos conceituais: ciberativismo; redes sociais; intolerância política e seus espectros políticos ideológicos (conservador/progressista/centro); memória social e ditadura militar e discurso do ódio.

O delineamento metodológico teve como procedimentos a abordagem bibliográfica e documental. Neste, foram selecionadas notícias da crônica política sobre os

temas “ditadura” e “corrupção” no ano de 2016, nos três maiores portais de notícia no Facebook brasileiro, respectivamente G1, UOL Notícias e Terra Notícias.

Em seguida, foram destacados os comentários “intolerantes/odiosos” e identificados entre os políticos mais populares do Facebook (dois representantes do espectro conservador, dois progressista e dois de centro), os quais, o autor do comentário intolerante segue.

O universo da pesquisa foi composto da seguinte forma:

- As Fanpages dos portais de notícias G1-1, UOL Notícias e Terra Notícias a partir do item “Publicações” do menu. A escolha destes derivou do fato de serem os três maiores, ou com maior número de seguidores em 2015.
- Os 10 políticos brasileiros com o maior número de seguidores e curtidas no Facebook em 2016, de acordo com o ranking fornecido pelo Trend Top 10, que destaca os políticos mais bem colocados, de cada parte do espectro ideológico, ou seja, dois conservadores, dois de Centro e dois progressista.

Para a operacionalização da pesquisa foram utilizados indicadores dos seguintes documentos:

- “Dossiê da Intolerância: visíveis e invisíveis no mundo digital”.
- SAFERNET - Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos⁸
- HUMANIZAREDES⁹
- DAP¹⁰

A pesquisa está dividida em 6 capítulos. O capítulo 1 trata da introdução ao tema, apresentando de forma sintetizada a construção teórica da tese. Neste capítulo apresenta-se o objeto de pesquisa e os objetivos e hipóteses. Além disso, é apresentado, o delineamento da pesquisa e a integração da tese com a linha de pesquisa Linguagem e Cultura.

O capítulo 2 trata da sociedade em rede decorrente do advento do ciberespaço, tendo como consequência o surgimento das redes sociais digitais (RSD) e a constituição da “identidade digital”, assim como a formação do ciberespaço. Na sequência, o tópico trata do

⁸ <http://new.safernet.org.br/denuncie/>

⁹ <http://www.humanizaredes.gov.br/>

¹⁰ <http://dapp.fgy.br>

processo de democratização da informação a partir do ciberespaço finalizando com o conceito de ciberativismo.

O capítulo 3 da relação entre política e ciberativismo, discutindo principalmente os conceitos de Direita e Esquerda e a constituição do ciberativismo.

No quarto capítulo apresenta-se o delineamento da pesquisa, iniciando com o levantamento documental e bibliográfico que resultou no estado da arte sobre o tema pesquisado. Na sequência são apresentados: a descrição do método, os instrumentos e os procedimentos de pesquisa utilizados durante a construção dessa tese.

O capítulo 5, expõe o contexto da ditadura pós golpe de 1964 e a literatura acadêmica, de cunho revisionista, sobre o período. Trata-se também neste capítulo, das questões relacionadas às características do discurso do ódio como uma espécie de ciberativismo anti-democrático, no qual se analisam comentários em sítios eletrônicos de informação classificados como intolerantes, dados estes, coletados a partir do Facebook.

Em seguida, apresenta-se um modelo sistêmico proposto para diminuir esses discursos nas redes sociais indicando um conjunto de elementos que caracterizam a cibercultura da intolerância. O capítulo é finalizado com a discussão voltada as questões relacionadas à liberdade de expressão vs. apologia ao ódio e a práxis cidadã como alternativa para a intolerância política.

Por fim, o último capítulo trata das conclusões dessa tese que apontou as características da intolerância política, e o perfil de autores de comentários intolerantes, assim como possibilidades de enfrentamento da situação exposta.

2 A SOCIEDADE EM REDE: O ADVENTO DO CIBERESPAÇO E DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

A tolerância é uma necessidade básica no mundo atual. Um mundo multicultural no qual as nações, economias e pessoas participam de um processo de interação e interdependência numa extensa rede global, definida como globalização (GIDDENS, 1991, p. 38).

Este estado das coisas gera o contato entre diversas culturas e decorrentes modos de vida. Mesmo com o movimento de homogeneização, observado na padronização dos mercados e na transnacionalização da produção, ou na padronização cultural (vide a promoção e internacionalização de artistas e obras da cultura ocidental), tanto em escala global como local, novos comportamentos e visões de mundo surgem. Como resultado, estabelece-se um confronto entre os padrões culturais tradicionais e a diversidade cultural existente (WAGNER, 1994, p. 03).

Na forma de vestir-se, ou na orientação sexual desenvolvida; no esvaziamento do sentimento de pertencimento a uma nação, ou nos padrões de beleza estabelecidos pelas diversas sociedades, percebe-se a multiculturalidade das sociedades distribuídas pelo planeta e a necessidade cada vez mais premente de convivência pacífica entre as pessoas (WAGNER, 1994, p. 05).

Em campos distintos das relações humanas percebe-se o choque entre o comportamento homogêneo, padrão vigente e diversidade (GIDDENS, 1991, p. 44). O confronto se apresenta na variedade de questões relacionadas: à etnia, à sexualidade, à nacionalidade, ao regionalismo, à mobilidade urbana, ao estrato social, à religiosidade e ao espectro ideológico, para citar alguns exemplos.

Neste sentido, o “choque” entre o tradicional e o contemporâneo está presente nos contextos de intolerância. Não apenas em escala mundial, mas também local, os exemplos são vários. Eles aparecem na forma de xenofobia, homofobia, racismo, etnocentrismo, misoginia, reacionarismo político, entre outras (WAGNER, 1994, p. 12).

Levando-se em conta que o mundo está cada vez mais integrado por meio da internet, o uso desta ferramenta acaba disseminando o preconceito e a intolerância em escala global (PEREIRA, 2017, p. 03). Está claro que a responsabilidade não é a ferramenta, mas das pessoas que a utilizam para esse fim. Para a melhor compreensão deste contexto de

intolerância, definiu-se neste capítulo a configuração da sociedade em rede e duas de suas decorrências: o advento do ciberespaço e as redes sociais digitais. Também neste processo destaca-se a constituição de identidades culturais digitais, na qual surge como práxis o ciberativismo. Este movimento que consiste na utilização do ciberespaço para promover agendas cidadãs, mas que porém, por outro lado, serve como ferramenta para fomentar variadas formas de intolerância, como será visto na sequência deste trabalho.

2.1 - A internet e a formação do ciberespaço

A contemporaneidade é marcada por mudanças estruturais nas relações socioeconômicas, caracterizando-se como uma economia globalizada que se distingue das formas de integração mundial do passado. Praticamente todas as dimensões da estrutura social sofrem consequências diretas da globalização promovida pelo capitalismo. Nas relações sociais, a reestruturação da comunicação e dos fluxos da informação em conjunto, promovem uma imensa inter-relação global nos níveis econômico, social e cultural.

A atualidade implica numa profusão de transformações e mudanças no cotidiano da maioria dos humanos que formam, uma “aldeia global” (MCLUHAN, 1964). São as implicações das tecnologias digitais (internet, telefones celulares e demais ferramentas para coligir, armazenar, analisar e compartilhar digitalmente informações) em curso desde a metade do Século XX, que estão presentes nas diversas dimensões da sociedade, influenciando as culturas de todo planeta (CASTTELS, 2006, p. 414).

As tecnologias digitais disseminaram-se rapidamente promovendo a digitalização do mundo. Se comparado ao século passado, o Século XXI se caracteriza pela produção, veiculação e consumo de uma quantidade jamais vista de informações. As interações sociais podem acontecer em tempo real independentemente da distância entre as partes. A utilização de aparelhos móveis, que vão de telefones celulares à *gadgets* de vários formatos, mescla a dimensão técnica das tecnologias de informação e comunicação com o cotidiano. Isto atua no desenvolvimento de uma cultura digital e na constituição de uma sociedade em rede, estruturada pelo “mundo virtual”.

Para este panorama, contribui decisivamente a rápida evolução das tecnologias digitais de comunicação e informação. As TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) configuram-se num conjunto de recursos tecnológicos que buscam objetivos comuns de forma integrada. Sua expansão para o cotidiano das pessoas decorreu da utilização de um meio hoje imprescindível para a humanidade, a internet¹¹.

A internet se caracteriza por ser uma rede mundial de computadores desenvolvida a partir de demandas da Guerra Fria. No referido período havia a necessidade de defesa das informações estratégicas das forças militares e da troca de informações com a comunidade científica estadunidense, que poderiam ser perdidas num ataque nuclear inimigo.

Desta forma foi desenvolvida a “Arpanet”¹² com o objetivo de garantir o fluxo destas informações em todo o território dos EUA. Iniciada como uma rede de finalidades militares, em pouco mais de uma década, tornou-se uma importante ferramenta de comunicação no meio acadêmico. O marco de sua origem é o envio do primeiro e-mail, de um professor da Universidade da Califórnia a um colega na universidade de Stanford¹³, no ano de 1969.

No final da década de 1980, a internet teve seu uso comercial liberado nos EUA e no início da década de 1990, após uma intensa expansão também pela Europa, teve seu protocolo internacional criado. De acordo com Souza, (2011, p. 02): “Em 1992 (...) o Laboratório Europeu de Física de Partículas (Cern) inventou a World Wide Web, que começou a ser utilizada para colocar informações ao alcance de qualquer usuário da internet”.

Atualmente, a internet tornou-se o maior meio de comunicação de massa do planeta. Não se sabe exatamente o número de pessoas que a utilizam, mas existem estimativas apontando para um número próximo a 3.2 bilhões de usuários espalhados num universo de 7.4 bilhões de pessoas no mundo todo. De acordo com o banco Mundial (Rel. Des. Mundial, 2016),

mais de 40% da população do mundo têm acesso à Internet, e novos usuários entram on-line todos os dias. Entre os 20% dos domicílios mais pobres, quase sete de cada 10 têm telefone celular. É mais provável que os domicílios mais pobres tenham acesso a telefones celulares do que a sanitários ou água potável.

¹¹ <http://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>

¹² <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml>

¹³ idem

No Brasil, segundo o mesmo relatório, menos da metade da população está *online*, dado questionado pelo Ministério das Comunicações, que acredita num aumento do número de usuários de internet entre 2010 e 2014 no país. Estimativas apontam, que o número teria passado de 65.9 para 96.4 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade, o que num universo de 75 milhões de pessoas (de acordo com o IBGE) resultaria em um percentual maior que 50% da população do país.

Desde 1985, se estima que seu crescimento é de aproximadamente 200% por ano (IPEA, 2014). Nos últimos anos da primeira década deste século, alguns dados quantitativos demonstram o rápido crescimento da web no Brasil. De acordo com a CETIC.br (2010, p. 20):

O uso individual dessas mesmas tecnologias apresentou crescimento significativo de 2005 para 2009. Na primeira pesquisa, 30% dos brasileiros em áreas urbanas informaram ter usado um computador nos três meses anteriores, e 24% haviam navegado na Internet, enquanto em 2009, esse percentual passou para 47% e 43%, respectivamente. Se considerarmos o total Brasil (área urbana e rural) hoje, 39% da população brasileira com mais de 10 anos de idade é usuária de Internet, ou seja, 63,9 milhões de brasileiros.

Pesquisa PNAD (2011) demonstra que, de 2005 a 2011, mais que dobrou o contingente de internautas na população brasileira. De acordo com o IBGE, os números cresceram de 20,9% para 46,5% no referido período.



Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/3126418/ibge-acesso-internet-cresce-e-chega-465-da-populacao-em-2011>

As consequências da expansão da internet podem ser percebidas em intensas mudanças culturais, principalmente, na redefinição das identidades e no deslocamento dos espaços de interação social para o mundo digitalizado (LEVY, 1999, p. 08).

Com base na internet, a maioria dos processos sociais agora é mediado por máquinas ou interfaces fazendo com que a interação entre os sujeitos fosse ampliada para além do “espaço ordinário” (LEVY, 1999, p. 36), formando o mundo virtual, ou como também denomina-se em grande parte da literatura, ciberespaço. De acordo com Pereira e Bernar (2011, p. 12), o ciberespaço:

pode ser compreendido como um ambiente tecnológico que abarca múltiplos contextos de uso e significados culturais. Mais de 2 bilhões de pessoas, segundo dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT) de 2011, alimentam com textos, imagens, sons e outros códigos o turbilhão de informações que circula pela rede mundial de computadores interconectados.

A palavra ciberespaço deriva do romance de ficção científica, “Neuromante”, de Willian Gibson, escrito em 1984, cujo título é um termo imediatamente emprestado pelos usuários e criadores das redes digitais. Levy (1999, p. 92) define o ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e de memórias dos computadores”. Ainda para o autor:

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LEVY, 1999, p. 17).

Uma de suas principais potencialidades é a possibilidade de acesso a distância aos diversos recursos de um computador. “Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação” (LEVY, 1999, p. 93). Interface, de acordo com Levy (LEVY, 1999, p. 36), se refere a todos os aparatos materiais que permitem a interação entre o universo da informação digital baseado nas tecnologias digitais e no “mundo ordinário” (LEVY, 1999, p. 36).

As potencialidades e funcionalidades do ciberespaço são constatadas na transferência de dados e *upload*, na troca de mensagens, conferências eletrônicas, entre outros meios. Ou seja, o ciberespaço permite a combinação de vários modos de comunicação em graus de complexidade crescente, como o correio eletrônico, as conferências eletrônicas, o hipertexto compartilhado, os sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo e, enfim, os mundos virtuais multiusuários (LEVY, 1999, p. 104).

Para Martinez (2002, p. 76), o caráter do ciberespaço “inerentemente internacional e desterritorializado”

tem possibilitado a emergência de novas formas de sociabilidade, trocas comerciais, ativismo político, manifestações culturais, produção simbólica, actos de terrorismo e crime organizado, de tal forma que os conceitos tradicionais de territorialidade,

soberania, cidadania e ameaças precisam de ser reconfigurados e adaptados à sociedade que é iminentemente digital.

O ciberespaço caracteriza um novo contexto propício para processos de intensas mudanças culturais. Descrito de formas diversas, como sociedade pós-industrial (DE MASI, 2003), era da informação (TOFFLER, 1999), economia da informação ou era da informática (LEVY, 1993), ele está relacionado a uma base crescente de consumidores, tecnologicamente aptos e que integram, no dia a dia, os novos avanços da computação, do entretenimento e das telecomunicações. Para Castells (2006, p. 413), segue em curso um processo inédito na cultura dos humanos com a integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa que se configura na “formação de um hipertexto e uma metalinguagem, que pela primeira vez na história, integra no mesmo sistema as modalidades escritas, oral, e audiovisual da comunicação humana”.

Ainda, segundo o autor:

como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (...) o surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial está mudando e mudará para sempre nossa cultura (CASTELLS, 2006, p. 414).

Esta integração possibilitada pelas TICs resulta, então, numa sociedade em rede, que se caracteriza por pessoas conectadas globalmente, desde que disponham de recursos e meios. Em decorrência disso, apresentam-se novas formas de coletividade, numa economia global que não é mais predominantemente agrícola ou industrial, mas digital, com a integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa (CASTELLS, 2006).

Da sociedade em rede decorrem as redes sociais digitais. Elas constituem plataformas pelas quais, sujeitos formam comunidades de interesse e compartilham conteúdos diversos, em meios variados (textos, fotos, imagens...) Uma rede social digital é formada, além dos integrantes (sujeitos ou organizações) por nós de conexão que possibilitam a comunicação e o compartilhamento de conteúdos.

Inspirado nas ideias de Radcliffe-Brown, ao associar estrutura social à imagem de rede, o pesquisador J.A. Burns utilizou pela primeira vez a expressão rede social na década de 50 (SOUZA, 2017, p. 67). Em pesquisa realizada numa comunidade norueguesa, o pesquisador adotou a ideia de redes sociais ao “perceber a rede social como uma rede na qual

todos os membros da sociedade ou parte da sociedade estão imersos. Como membro de uma rede, o sujeito é percebido como uma pluralidade de relações”.

Para Recuero (1999, p. 24), uma rede social define-se a partir de dois elementos. Os atores, representados pelas pessoas, instituições ou grupos, que personificam os nós da rede; e as conexões, representada pelos laços ou interações sociais. Neste sentido:

Uma rede social é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.

As primeiras redes sociais digitais datam do início da década de 90 do século passado, quando do lançamento do “GeoCities”, um serviço que tinha como proposta oferecer recursos para que os sujeitos pudessem criar suas próprias homepages. Também com características semelhantes, porém com base, principalmente, na conectividade entre as pessoas, o The Globe e o Classmates foram lançados em período brevemente posterior¹⁴.

Nos anos 2000, com a disseminação da internet para o mundo do trabalho e para os lares de uma parcela considerável da população global, aparece a primeira plataforma a receber o “status” de rede social. O Friendster, a partir de suas ferramentas, permitia a transposição de amizades reais para o mundo virtual. Na sequência, outras redes foram lançadas, como o LinkedIn e Myspace, ambas, atualmente, somando por volta de 200 milhões de usuários¹⁵.

A partir de 2004, foram lançadas as mais populares, o Flickr, o Orkut e o Facebook. O primeiro, tornou-se um excelente repositório para fotos¹⁶, o segundo, foi extinto, e o terceiro, é o maior da atualidade no momento, a rede social digital mais popular do mundo¹⁷. De acordo com o próprio Facebook, atualmente a rede possui por volta de um bilhão de usuários¹⁸.

O Facebook tem origem no “The Facebook”, lançado em 2004 pelos estadunidenses, Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Chris Hughes e o brasileiro Eduardo

¹⁴ <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>

¹⁵ Idem

¹⁶ <http://m.gizmodo.uol.com.br/o-flickr-quer-voltar-a-ser-relevante-com-seu-novo-reconhecimento-de-imagem/>

¹⁷ <https://www.lifewire.com/top-social-networking-sites-people-are-using-3486554>

¹⁸ <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/facebook-atinge-marca-de-1-bilhao-de-usuarios-todos-os-dias.htm>.

Saverin. A rede teve como base uma ideia de Zuckerberg, o Facemash, plataforma disponibilizada em 2003, para que estudantes de Harvard pudessem escolher os amigos mais atraentes¹⁹. Iniciada na Universidade de Harvard, posteriormente foi estendida para as universidades de Stanford, Columbia e Yale.

Em 2005, o Facebook, a partir do recebimento de um capital de 12,8 milhões de dólares pela Accel Partners, retirou do nome o “The”, e tornou-se uma plataforma mais colaborativa e com acréscimos de ferramentas (mural, carregamento de fotos, etc.), expandiu-se pelo ensino secundário estadunidense e, em seguida, para outras universidades em vários países do planeta²⁰.

No ano de 2006, o Facebook liberou a criação de contas por qualquer pessoa, independentemente de ser estudante, o que fez com que a rede logo alcançasse a casa de 12 milhões de usuários. Nos anos seguintes, já com 52 milhões de usuários, a rede social liberou o compartilhamento de vídeos.

No Brasil, o Facebook aparece em quinto do ranking geral de páginas da internet, mas é o primeiro entre as redes sociais digitais, segundo o sítio Alexa²¹ (serviço de Internet da Amazon, que mede o número de visitas em um sítio na internet determinando um ranking dos endereços eletrônicos mais visitados na web).

Atualmente, segundo pesquisa²², são 102 milhões de usuários da internet. A mesma quantidade de perfis de brasileiros no Facebook²³. O que faz da rede a principal forma de interação e compartilhamento de conteúdos pessoais entre os brasileiros. Sendo assim, esta rede é utilizada não apenas como meio de interação e informação, mas como plataforma para promover ações de solidariedade e ciberativismo, no entanto, também vem servindo como meio para a agressão e promoção de conteúdos intolerantes e de cunho preconceituoso.

¹⁹ <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/facebook-completa-10-anos-conheca-a-historia-da-rede-social,c862b236f78f3410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>

²⁰ idem

²¹ <http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>

²² TIC Domicílios, 2015 in http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM

²³ <https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>

2.2 - A identidade “digital” na sociedade em rede

Diferente das concepções essencialistas sobre a identidade, nas quais a crença no inatismo despreza as construções sociais como produtos contextuais, na atualidade, vários pensadores entre eles Hall (1992), Bauman (2003) e Maffesoli (1998) entendem a identidade como algo que é reconstruída permanentemente, de forma flexível e dinâmica, levando em conta as segmentações que existem na estrutura social. Neste caso, não apenas as categorias de etnicidade, de regionalismo, de orientação sexual, de profissão, assim como tantas outras, configuram a identidade do sujeito, mas também os “grupos de socialidade” (PEREIRA, 2002) como o bairro, a associação, ou mesmo o partido e o status, como definido por Max Weber (1982) no início do Século XX.

Para o fundador da Sociologia Compreensiva, a sociedade estrutura-se a partir de dois fatores principais: o econômico e o da distribuição de poder. A combinação e influência mútua destes fatores leva ao tipo de estratificação que caracteriza a ordem social de cada sociedade. Segundo Weber (1982, p. 212), “a ordem social é (sic) simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e utilizados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela”. A partir destes princípios são estabelecidos os conceitos de status e partido.

O conceito de status deriva da análise dos estamentos, “categorias socioculturais como tradição, linhagem, vassalagem, honra e prestígio presentes na orientação das relações e das classificações de seus membros” (LEMOS, 2012, p. 118). Já o de partido estabelece-se diretamente pelos fatores econômicos. Nestes caso, a função do partido é apropriar-se do poder social para influenciar a ação comunitária dos grupos envolvidos. Desta forma, possuem metas relacionadas a causas como a concretização de um programa com finalidades ideais ou matérias coletivas ou metas pessoais. Segundo Weber (1982, p. 227):

Os partidos são possíveis apenas dentro de comunidades de algum modo socializadas, ou seja, que tem alguma ordem racional e um quadro de pessoas prontas a assegurá-las, pois os partidos visam precisamente a influenciar esse quadro, e, se possível, recrutá-lo entre seus seguidores

A partir da perspectiva Weberiana, autores contemporâneos, empenhados no aperfeiçoamento do método compreensivo (LEMOS, 2012, p. 121), criaram modelos de análise coerentes com a complexidade do mundo atual. Apesar das discrepâncias em relação à

realidade atual do planeta (algo compreensível pelo contexto histórico em que foi produzido), a construção de um quadro teórico, por Weber (1982, p.314), que apontasse as demais formas de estratificação e organização social, abriu o caminho para novas interpretações acerca dos atuais e complexos contextos sociais do presente, pois,

hoje, a globalização, os avanços tecnológicos e os efeitos sobre o trabalho, a constituição da sociedade informacional, a ocidentalização da cultura e superexposição da mídia, são processos contemporâneos que produzem mudanças nos modos de estar e sentir-se juntos, desarticulam formas tradicionais de coesão e modificam modelos de sociabilidade (PEREIRA, 2002, p. 33).

Os modelos de sociabilidade tradicionais vão dando lugar a novas formas de coesão social e relacionamentos pessoais. Na globalização, as mudanças na forma como os sujeitos se relacionam e interagem implicou, do ponto de vista sociológico, transformações sensíveis na sociedade humana. Matrizes identitárias tradicionais já não servem como principais referências na formação da identidade cultural. Esta, agora, multifacetada e fragmentada, tem no ciberespaço uma nova matriz identitária, ou a constituição de uma “ciberidentidade”.

No entanto, não há consenso no debate atual, sobre os efeitos (se positivos ou não) na formação identitária cultural contemporânea. Pelo menos duas correntes de interpretação seguem em curso: a primeira, a partir da perspectiva de que a modernidade em crise produz a fragilização das identidades e, a segunda, que ressalta os fortalecimentos locais decorrentes da sociedade em rede.

Em relação à crise de identidade, Hall (1992, p. 35) analisa os processos de mudanças no conceito de identidade e de sujeito durante a modernidade. Para isto, apresenta três concepções de sujeito: do iluminismo, o sociológico e o pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo, racional, unificado representa a concepção “essencialista” e reflete as principais concepções das teses iluministas; o sujeito sociológico forja sua identidade na interação do “eu” com a sociedade, o que causaria a fragmentação do sujeito, configurado por várias identidades transitórias e mutáveis. Desta fragmentação, surgiria então o sujeito pós-moderno, sem identidade fixa, pois as diferenças que caracterizam a sociedade contemporânea são marcadas por inúmeras divisões e contrastes sociais que delineiam assim diferentes posições do sujeito e de sua identidade Hall (1992, p. 38).

Os impactos da globalização geraram o que Hall considera como um contexto de “crise de identidade”, e a partir de vários autores (1992, p. 35) ele identifica processos de

descontinuidade, fragmentação, ruptura e deslocamento, como características que denomina por “modernidade tardia” (HALL, 1992, p. 37).

Com o declínio do sistema de representação simbólica, na formação da identidade nacional, o autor questiona como funciona o sistema de representações e como as identidades nacionais são deslocadas na atualidade. Para ele, não há mais um centro de poder, como a nacionalidade, ou a religião, mas uma pluralidade deles. Desta forma, as “sociedades tardias” (HALL, 1992, p. 43) são caracterizadas pela diferença. Diferenças de posições, visões, antagonismos e, conseqüentemente, diferenças nas identidades. Como decorrência, a modernidade provoca o deslocamento das identidades, abandonando o sujeito cartesiano e gerando uma nova forma de individualismo, assim como também uma nova forma de sujeito individual em relação a sua identidade.

Sobre o sistema atual de representações e o deslocamento das identidades nacionais Hall (1992, p. 32) explica quê:

O que aconteceu à concepção do sujeito moderno, na modernidade tardia não foi simplesmente sua degradação, mas seu deslocamento. O descentramento final do sujeito cartesiano ocorreu por conta de cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas: Tradições do pensamento marxista; descoberta do inconsciente por Freud; Trabalhos do lingüista estrutural Ferdinand de Saussure; Trabalho de Michel Foucault (poder disciplinar); Impacto do feminismo.

O primeiro avanço resultou num “deslocamento”, por conta da análise crítica do sistema capitalista e a ruptura representada pelo socialismo na sua estrutura social. Nesta lógica, os homens não podem fazer sua própria história, sendo reféns dos determinantes contextos que os condicionam.

Com o “inconsciente freudiano”, estabeleceu-se uma nova forma de pensar o “sujeito cultural”, no qual a lógica difere da razão. A compreensão da importância dos processos de comunicação e da linguagem como fundamentais nas formações culturais e sociedades em geral, marca o terceiro avanço. O que se fala e o que se expressa não possuem autoria, pois o tempo todo em que se fala se expressa significados inseridos em determinado sistema cultural.

O quarto, refere-se à conscientização das estruturas de poder estabelecidas nas relações sociais pelas quais o local de controle é definido por instituições que visam o controle social.

A emancipação feminina representa o quinto descentralizamento, uma vez que surgiu em concomitância a outros movimentos do Século XX e que, definitivamente, inseriu as mulheres na vida pública.

Por conta dos “deslocamentos” apontados por Hall (1992, p. 92), outras formas de identidade surgiram, o que privilegiou a diversidade cultural. No entanto, esse mesmo movimento possibilitou, por outro lado, o enfraquecimento do sentido de identidade ao promover a homogeneização das identidades a partir do consumo (DALMORO, 2013, p. 07).

Numa linha próxima a Hall (1992), porém evitando o termo pós-moderno, Bauman (2003, p. 06) conceitua a contemporaneidade como modernidade líquida, “um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível”. Como característica desta sociedade intensificam-se, segundo o autor, o individualismo, a fluidez e a efemeridade das relações.

A efemeridade e fluidez das relações podem ser percebidas diariamente nas redes sociais digitais nas quais se faz e se desfaz uma “amizade” com um simples click em um ícone da plataforma. Sendo assim, os vínculos humanos podem ser rompidos a qualquer momento, decorrendo numa disposição ao isolamento social, enfraquecendo a solidariedade e estimulando a insensibilidade em relação ao sofrimento do outro (BAUMAN, 2003, p. 76).

As “relações líquidas”, nesta plataforma digital também são evidenciadas no número de “amizades” registradas na rede, fazendo com que uma única pessoa possua mais de mil amigos. No entanto, ao mesmo tempo, que as redes sociais digitais signifiquem uma novidade na forma de estabelecer contatos e formar vínculos, elas não proporcionam um diálogo real, pois é muito fácil se fechar em círculos de pessoas que pensam de forma uniforme. Com isso, evita-se qualquer tipo de controvérsia (BAUMAN, 2003, p. 94).

A rede para Bauman (QUEROL, 2016, s/p.) “é mantida viva por duas atividades: conectar e desconectar. O contato no meio virtual pode ser desfeito ao primeiro sinal de descontentamento, o que denota uma das características da sociedade líquida”²⁴.

Acerca da identidade contemporânea, Baumann (2003) aponta um contexto no qual a existência do agente consumidor, frustrado pela multiplicidade de escolhas e papéis disponíveis em um ambiente de incertezas em que nada é feito para durar muito, caracteriza

²⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html

as novas formas de construção da identidade que, por sua vez, geram ansiedade e mal-estar compensados pelo consumo:

Essa maravilhosa terapia moderna, rápida e sem vínculos, com a qual nos atrelamos de forma instantânea a uma marca, a uma história, a uma tradição etérea construída para ser ingerida e processada sem lealdades e sem culpa. Prazeres instantâneos. Tradição e história que podemos rapidamente abandonar por uma nova marca, criando uma nova identidade (...), pois não existem mais papéis inalteráveis, identidades firmes, ideologias fixas, pré-condições estabelecidas. A segurança acabou. O mundo ficou flexível, a realidade transformou-se em algo etéreo e escorregadio. As ideologias são líquidas, prontas para serem retiradas de qualquer recipiente e recolocadas em outro, independente da forma (BAUMAN, 2003, p. 20).

Neste contexto de “crise da modernidade”, no qual a sociedade ocidental abandonou seu “projeto original”, como aponta BAUMAN (2003, p. 110), Maffesoli identifica nos novos processos de organização social, o “esgotamento do individualismo”, ou o processo de “desindividualização”, como define o autor.

A individualidade da modernidade segue sendo substituída pelas diversas formas de sociabilidade que estão surgindo (MAFFESOLI, 1998 p. 111). Na atual sociedade, plural e multifacetada, a sociabilidade moderna, em crise, cede lugar a novas formas de tribalismo. A valorização de grupos ou agrupamento de pessoas pouco interessadas em vincular seus projetos de vida às grandes transformações imaginadas na modernidade, como revolução, conquista do poder do Estado, luta de classes, produz um novo cimento societal, que une as pessoas, em grupos ou tribos (MAFFESOLI, 1998, p. 108). Neste contexto, o sujeito exerce papéis variados, de acordo com seus gostos e interesses diversos (sexuais, culturais, religiosos).

Duas características do tribalismo são apontadas pelo autor: o não-ativismo, e “materialidade do estar junto”. O não ativismo se caracteriza pelo fato de que no neotribalismo não se utilizam das formas tradicionais de protestos. Sua resistência é “subterrânea”. Ou seja, o confronto não é direto como as formas institucionalizadas de oposição ao poder político, mas a partir de formas alternativas como a utilização da música ou da moda.

O uso de máscaras tornam maleáveis os deslocamentos nos contextos diversos “sobretudo numa variedade de cenas e de situações que só valem porque representadas em conjunto”, como diz Maffesoli (1998, p. 20). Assim, a necessidade de identificação com um grupo substitui o individualismo característico da modernidade.

Para o autor, as tribos formam uma Comunidade Emocional. Partindo da análise sócio-histórica que Weber (1982) faz da “Comunidade Emocional” (*Gemeinde*), ele identifica características que podem ser atribuídas a esse tipo de comunidades como: o aspecto efêmero, a “composição cambiante”, a “ausência de uma organização” e a estrutura quotidiana (*Veralltäglicung*). Esses grupamentos são encontrados em todas as religiões e, geralmente, à parte dos enrijecimentos institucionais (MAFFESOLI. 1998, p. 20).

A “emoção coletiva” age como uma cola nas relações sociais na atualidade. A isto também soma-se uma força que move os indivíduos e os organiza em grupos de interesse comum identificada como “vitalismo” (MAFFESOLI. 1998, p.110). Esta força decorre da necessidade vital de viver em sociedade e compartilhar sentimentos e ideias. Através do compartilhamento de sentimentos e visões semelhantes de mundo que os sujeitos se conectam. No entanto, como trata-se de pessoas em movimento, estes sentimentos e demais compartilhamentos estão propensos a mudanças, mantendo a efemeridade, também característica da sociedade contemporânea.

Estas formações tribais apresentam grande poder de mobilização, uma vez que o sentimento comum que une os sujeitos em tribo, o faz transcender sua individualidade, integrando uma massa e configurando uma “alma coletiva, na qual as atitudes, as identidades e as individualidades se apagam” (MAFFESOLI 1998, p. 93). São (...) comunidades de idéias, preocupações impessoais, estabilidade da estrutura que supera as particularidades dos sujeitos, eis aí algumas características essenciais do grupo que se fundamenta, antes de tudo, no sentimento partilhado(...) (MAFFESOLI, 1998 p.112).

Na concepção do autor, o coletivo interfere constantemente nas relações individuais, pois as opiniões e percepções sobre o que é real preexistem ao sujeito se originando na sociedade e, portanto, anterior a ele. Neste sentido, a ação conjunta entre os sujeitos prevalece sobre o individualismo. O sujeito contemporâneo compartilha seus costumes, sentimentos e ideologias e opera em grupo quando se trata de defender suas bandeiras ou lutar por objetivo em comum.

Da segunda corrente de pensadores, destacam-se Manuel Castells (2006) e Anthony Giddens (1997). Eles questionam se realmente existe um processo homogeneizador da globalização que moldaria, em determinado padrão, todas as sociedades humanas.

A primeira reflexão contrária seria a de quê a homogeneização cultural pelo Ocidente pode gerar o interesse pela diferença e outras culturas, assim as identidades nacionais, ao invés de desaparecerem encontrariam formas de se relacionar com o global e o local produzindo outras formas de identificação nesses espaços. Casos de tecelões indígenas, que ganham a vida produzindo artefatos típicos da cultura de sua origem são encontrados em vários pontos do planeta²⁵.

A segunda trata da distribuição desigual aos bens e serviços viabilizados pela globalização, que dificultaria essa homogeneização.

E a terceira, se atenta para a questão de quem é realmente atingido pela globalização, já que o fluxo da cultura é desigual, o que leva a crer que esse processo é um fenômeno efetivamente ocidental. Trata-se, portanto, de fenômeno que não é compartilhado por todas as pessoas do planeta. Suas consequências podem ser universais, como o caso da crise ambiental, no entanto, tanto a tecnologia, como o domínio dos meios técnicos, não estão disponíveis à toda população global.

O processo de homogeneização cultural e a consequente formação de identidades uniformes decorrentes do processo de globalização, não se concretiza de forma tão simples. Contribui para isto, o potencial intrínseco das TICs para a organização de movimentos sociais o que possibilita deslocamentos identitários atuantes, num contexto de resistência das culturas locais em relação às forças hegemônicas que caracterizam a globalização. O reagrupamento em torno de identidades primárias como a religiosa, nacional, surge como forma de segurança pessoal e combate à dissolução das sociedades em ícones de consumo (CATELLS, 2006, p. 234).

Neste aspecto, a internet e suas decorrências como o ciberespaço e as redes sociais digitais, implicam transformações importantes no sentido de identidade na contemporaneidade.

As novas formas de interações promovidas pela internet atuam fortemente na dinâmica entre o global e o local. Em um contexto de globalização, “ao invés de uma uniformização de interesses, é possível observar a resistência de manifestações locais, ligadas

²⁵ A influência da cultura indígena na indumentária in: http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/vista/detalle_articulo.php?id_libro=11&id_articulo=5472

às particularidades de cada região, em coexistência com valores não mais próprios de um território, mas universais” (BRINOL, 2002, p. 06).

A mediação da sociabilidade por meios tecnológicos resulta numa apropriação simbólica e social da técnica, que passa a ser comum nas relações sociais, algo que implica deslocamento das formas tradicionais de interação, “trazendo novas formas de controle da palavra, regulação do controle social, possibilidades de produção de sentido, políticas estetizantes e possibilidades expressivas” (BRINOL, 2002, p. 08).

Para Giddens (1997, p. 4), “a experiência mediatizada há muito que influencia tanto a auto-identidade quanto a organização básica das relações sociais”. Neste sentido, cria-se também um contexto que possibilita a democratização na troca de todo tipo de informação e produção de conteúdos. Além do deslocamento do tempo configurado na comunicação em tempo real a partir de diferentes pontos do globo, a internet possibilita formas de comunicação individualizadas e personalizadas.

Além das questões sobre a identidade na contemporaneidade, a própria concepção da realidade altera-se em decorrência da digitalização das relações sociais. Cada tecnologia da informação promove mudanças nas pessoas que interagem com ela, constituindo-se como meio de expressão coletiva ou individual, veiculando representações de individualidade e de identidade cultural.

Também por quê aqui cabe ressaltar que o momento de crise da modernidade, por conta da multiplicidade de papéis sociais, gera, de forma potencializada, a intolerância manifestada de formas variadas no ciberespaço. A reação contrária ao multiculturalismo e aos valores democráticos, utiliza as redes sociais digitais como meio de propagação da intolerância no Brasil, principalmente em relação à política (WAGNER, 1994).

Assim como as identidades, o conceito de comunidade também demanda alterações significativas frente à contemporaneidade, chegando a ser proposta a necessidade de mudança de sentido do termo (SANTOS, 2000).

Em sua abordagem clássica, vários autores, dentre eles Weber, Tonnies e Parsons (GIDDENS, 1997), apontam que uma comunidade constitui-se de laços como parentesco, amizade, e solidariedade. As normas apoiam-se no costume e na tradição e a integração se dá pela forma emotiva, afetiva e/ou tradicional, pois os contatos sociais predominantes são os primários. Neste sentido, a comunidade caracteriza-se a partir da homogeneidade de interesses

e ações produzindo a sensação de segurança e pertencimento nos sujeitos, além de uma forte sensação de identidade. Ou seja, o que caracteriza a comunidade e a diferencia da sociedade individualista e movida pela competição seria “um entendimento comum que fluía naturalmente” (BAUMAN, 2003, p. 16).

Os vínculos significativos gerados pela proximidade física entre os sujeitos decorrem num sentimento de solidariedade típico de uma organização comunitária. O sentimento de pertencimento e o compartilhamento de relações duradouras e expectativas recíprocas reforça os laços entre os sujeitos resultando numa limitada diferenciação de papéis e de divisão do trabalho. As comunidades quilombolas que se desenvolveram no Brasil a partir da união entre escravos fugitivos nos séculos XVII e XVIII, apresenta-se como exemplo do conceito. Nestas comunidades, a integração dos sujeitos é fortemente embasada em laços culturais, na manutenção de suas tradições e práticas religiosas, assim como na relação com o trabalho na terra e em sistemas de organização social próprios (BAUMAN, 2003).

No entanto, as comunidades conceituadas como tal vêm sofrendo ameaças pelo processo de industrialização num primeiro momento e pelo processo de globalização na atualidade. O processo de racionalização das sociedades atuais imbuído do entendimento e domínio científico da realidade acaba por estimular uma série de mudanças como o crescimento das cidades, a extensão das burocracias e o enfraquecimento das tradições. Estas mudanças geram, por sua vez, contextos opostos em que de um lado o conflito, a desorganização social, a ansiedade e as tensões psicológicas se impõem ao sujeito, porém, em contrapartida, surgem oportunidades novas de crescimento individual a partir da liberação dos controles e da coerção social (BAUMAN, 2003).

Neste sentido, para Bauman (2003, p. 34), a singularidade se opõe à diversidade, o que causa um conflito entre os conceitos de comunidade e liberdade, pois o individualismo e a concorrência acirrada que caracterizam as relações sociais na atualidade identificam como obstáculos os laços típicos de uma comunidade. A busca da identidade que clama por singularidade e diferença mina totalmente a ideia de homogeneidade e compartilhamento intrínsecos do conceito de comunidade.

Desta forma, a comunidade se impõe como um obstáculo à liberdade, pois a promoção da segurança:

(...) requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade equivale a escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal um tipo muito inseguro de segurança);

e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado (e, no limite, sem uma injeção de segurança, acaba por ser uma liberdade muito pouco livre). Essa circunstância provoca nos filósofos uma dor de cabeça sem cura conhecida. Ela também torna a vida em comum um conflito sem fim, pois a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos *outros*; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser a liberdade dos *outros*. (BAUMAN, 2003, p. 24).

Além da dinâmica interacional pautada em meios diversos, também ocorreu, com a globalização, o alargamento dos limites territoriais que a caracterizavam anteriormente, pois:

(...) a desterritorialização e instantaneidade promovidas pela internet facultam a formação de grupos de interesses comuns, mas sem vínculos territoriais, configurando uma nova forma de organização comunitária, com muitas especificidades. Assim, quando se fala em “comunidades virtuais”, é preciso entender que se trata de um fenômeno substancialmente diferente (BRAGA, 2011, p. 99).

Porém, o desenvolvimento e a dinâmica tanto de uma sociedade quanto de uma comunidade decorre de um processo longo e constante de negociação entre preferências individuais que nada mais são do que construções coletivas, desta forma a sociedade em rede representa uma nova configuração de comunidade que, apesar da desterritorialização promovida pelas tecnologias de informação e comunicação, reforça laços de solidariedade formados em distâncias geográficas antes impossíveis de serem vencidas. O advento da cibercultura e as comunidades virtuais que surgem a todo momento, na forma de redes sociais digitais, priorizam à coletividade e à comunhão de gostos, posicionamentos políticos, etc.

As interações de sujeitos em suas relações cotidianas - familiares, comunitárias, em círculos de amizades, trabalho, estudo, militância - caracterizam as redes sociais informais, que surgem espontaneamente, sob as demandas das subjetividades, das necessidades e das identidades. (AGUIAR, 2007, p. 03). Neste sentido, o ciberespaço contribui para o estabelecimento de identidades transnacionais, globalizadas. A diversidade de papéis sociais, que caracterizam a sociedade atual no ciberespaço, evidencia-se na profusão de perfis presentes nas redes sociais digitais. A partir delas, o sujeito pode procurar um relacionamento amoroso ou apresentar seu perfil profissional, assim como indica, a partir das redes e comunidades digitais que participa, suas preferências religiosas, de consumo e políticas, entre outras.

Do ciberespaço também decorre o que Silveira (2010, p. 32) entende por cibercidadania. Esta,

manifesta-se em diferentes movimentos na esfera do mundo virtual com vistas à defesa dos direitos do cibernauta, como, por exemplo, o site da organização não-governamental - ONG - dos Direitos Humanos dentro da rede. Nele estão elencados

manifestos e declarações do ciberespaço, que atualizam os conceitos híbridos da também denominada netizenship²⁶.

A reelaboração das identidade coletivas e as relações no ciberespaço também decorre na prática política na forma de ciberativismo. Neste sentido, das várias dimensões que formam as identidades contemporâneas, uma é o ciberativismo.

²⁶ cidadania

3. POLÍTICA E CIBERATIVISMO

3.1 - O espectro ideológico na Política: noções sobre Direita e Esquerda

Política, substantivo feminino, de acordo com o verbete, no dicionário Michaelis (1998, p. 1137), significa a “arte ou ciência de governar”. Sua etimologia remete ao grego *politikē* ou “ciência dos negócios do Estado” (idem).

De acordo com Chauí (2000, p. 476), há um uso generalizado da palavra. Observa-se a extensão de seu sentido quando se faz referência às várias modalidades de direção de grupos sociais e sua organização, administração e relações de poder. Para a autora, aquém das generalizações, o uso específico pode expressar três significados. O primeiro, referente “à ação dos governantes que detêm a autoridade para dirigir a coletividade organizada em Estado, bem como às ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e mesmo à forma do Estado”; o segundo, “aparece como algo distante da sociedade, uma vez que é atividade de especialistas e profissionais que se ocupam exclusivamente com o Estado e o poder. A política é feita “por eles” e não “por nós”, ainda que “eles” se apresentem como representantes “nossos”, e o terceiro, “derivado do segundo sentido, de conduta duvidosa, não muito confiável, um tanto secreta, cheia de interesses particulares dissimulados e freqüentemente contrários aos interesses gerais da sociedade e obtidos por meios ilícitos ou ilegítimos” (CHAUÍ, 2000, p. 477).

No Brasil contemporâneo, as manifestações promovidas a partir das jornadas de junho de 2013, quando a insatisfação pelo aumento das passagens do transporte coletivo em São Paulo desencadeou o que seria um movimento ampliado para todo o país, tendo como lemas comuns o combate à corrupção e a insatisfação generalizada com a política, parecem evidenciar o terceiro sentido descrito. O movimento contribuiu para o acirramento da polarização política que tomou o país nas eleições majoritárias de 2014. Temática esta que será discutida mais adiante.

A partir da origem da palavra, torna-se necessário uma breve exposição sobre a constituição do sentido da palavra política, da Antiguidade aos dias atuais.

Em termos de organização social e relações de poder, Hannah Arendt sugere que a política se desenvolveu a partir do “momento histórico em que se instaurou uma clara distinção entre: público e privado, liberdade e liberação, *bíos* e *zoé*, vida política e vida biológica” (SILVA, 2005, p. 01).

No contexto filosófico da Grécia Antiga, a gestão dos negócios do Estado consistia numa ciência prática. Ação humana, ou práxis, para Aristóteles. Para o filósofo, a práxis trata-se de uma ação humana com fim em si mesma, objetivando uma ação positiva que vise o coletivo. São três formas de atividade humana que compõem o sistema aristotélico: a Poiésis (produção), a Práxis (ação prática) e a teoria (Nicomano, p. 205). Por sua vez, de cada uma destas, resultam três modos específicos de conhecimento. A Poiésis (ou produção), que origina as Ciências Produtivas; a teoria que resulta nas Ciências Teoréticas; e finalmente, a Práxis (ou atividade prática), que dá origem às Ciências Práticas (ARISTÓTELES, 2005).

É das Ciências Práticas, da práxis humana, segundo o filósofo grego, que resultam a Ética, a Economia e a Política.

Segundo Bezerra (2015, p. 21):

a singularidade das Ciências Práticas se encontra no fato de que estas dizem respeito às ações que se originam e também terminam no sujeito e em seu desejo de agir, e por isso, são formas de pensamento que não se preocupam com o processo de criação de objetos materiais.

Neste caso, a criação de uma ciência prática, especificamente da política, representa também a prática da liberdade, pois não há nenhuma imposição para a produção material, diferentemente da Poiésis, obrigada sempre a resultar na produção de algum objeto concreto.

Além disto, para Aristóteles, a política é algo inato do ser humano e uma forma elevada da Práxis. Consecução de um modo de viver melhor, sempre tendo em vista o bem coletivo (SORJ, 2015, p. 19). Neste sentido, o homem é um “animal político” e a finalidade da política “consiste em organizar a sociedade de tal modo que nela seja possível a cada cidadão viver uma vida virtuosa e feliz e não apenas materialmente confortável” (AZAMBUJA, 1967, p. 11).

Crítico à concepção platônica, na qual apenas homens preparados deveriam se preocupar com a política, Aristóteles, desenvolve a clássica divisão das formas de governo, monarquia, aristocracia e república (ARANHA, 1992, p. 153). No entanto, ambos comungam da ideia de existência de um modelo ideal de governante. Aquele capaz de ser educado para o

exercício virtuoso das funções públicas. Neste caso, a concepção política grega caracteriza-se por ser "normativa e prescritiva, porque estabelece normas e indica caminhos para distinguir o bom governo da ação política corrompida" (idem, 1992, p. 153).

Vale destacar, o contexto de envolvimento de Atenas e Esparta na Guerra do Peloponeso. No momento em questão, a Antiga Grécia se organizava a partir de cidades estado. Estas consistiam em uma

comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a **isonomia** (igualdade perante a lei) e a **isegoria** (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar) (CHAUI, 2000, p. 479).

No entanto, apenas certos sujeitos eram considerados cidadãos, nas pólis. Isto determinava que o exercício da cidadania fosse inversamente proporcional à capacidade produtiva do sujeito, uma vez que mulheres, escravos e crianças não eram considerados cidadãos e, conseqüentemente, incapazes intelectualmente para a política.

A política medieval segue o princípio normativo da Antiga Grécia e Roma Antiga. Busca-se a definição das virtudes do bom e do justo, com predominância do pensamento religioso. Neste sentido, "o poder moral e toda ação se acha atrelada à ordem moral cristã" (ARANHA, 1992, p. 154). A interferência da Igreja Católica, nos assuntos políticos, caracterizou estados teocráticos (CHAUI, 2000, p. 394), não sem resistência e conflitos gerados com as monarquias locais.

A tradição grega tornou ética e política inseparáveis (...) a tradição romana colocou esta identidade da ética e da política na pessoa virtuosa do governante e a tradição cristã transformou a pessoa política num corpo místico sacralizado que encarnava a vontade de Deus e a comunidade humana. Hereditariedade, personalidade e virtude formavam o centro da política, orientada pela ideia de justiça e bem comum (CHAUI, 2000, p. 397).

Já no século XVI, em pleno Renascimento, Nicolai Maquiavel dá início à moderna concepção de política que se tornaria um marco no desenvolvimento da Ciência Política (ARANHA, 1992, p. 153).

Ao invés de conceber a política a partir de um ideal (normativa), como os antigos gregos ou ter como base a Bíblia e o Direito Romano, como na Idade Média, Maquiavel concebe a política a partir da verdade factual, da experiência real de seu tempo. Para ele, não há política sem o uso da força e o bom político é aquele capacitado para identificar e atuar sobre as forças em conflito.

Sendo assim, a concepção política de Maquiavel “não se refere portanto às utopias e às abstrações, mas ao jogo efetivo das forças em circunstâncias concretas. O bom político é aquele que consegue identificar as forças do conflito para nele atuar com eficácia” (ARANHA, 1992, p. 155).

Testemunha ativa de seu tempo, o filósofo italiano viveu experiências fundamentais no desenvolvimento de sua teoria política. Além de diplomata e conselheiro dos governantes de Florença, pode acompanhar a fragmentação da Itália, as lutas europeias de centralização das monarquias francesa, inglesa, espanhola e portuguesa, assim como a ascensão da burguesia comercial nas grandes cidade europeias (CHAUÍ, 2000, p. 395).

Pelo menos quatro pontos são apontados por Chauí (2000, pg. 395 e 396) como rupturas entre o pensamento medieval e o proposto por Maquiavel:

- não existe fundamento anterior e exterior à política, haja vista, que a política é obra da própria sociedade a partir dos conflitos sociais nela gerados. Estes conflitos nada mais são que a oposição entre dominados e dominadores que dividem a sociedade e impõe a necessidade de um polo superior, o poder político;
- como a sociedade é dividida e não homogênea, a única finalidade da política, já que o bem comum é uma ilusão, seria a tomada e manutenção do poder. A política não é “a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei” (CHAUÍ, 2000, p. 396):
- a virtude do governante não está na moral cristã ou num governo despótico, mas principalmente na capacidade de criar e manter instituições que o sustentem no poder, assim como a perspicácia para o enfrentamento de ocasiões diversas. Neste sentido ele jamais poderá ser odiado, mas temido e respeitado;
- qualquer regime político será legítimo desde que seja um república, pois “só é legítimo o regime no qual o poder não está a serviço dos desejos e interesses de um particular ou de um grupo de particulares (CHAUÍ, 2000, p. 397). No entanto, lógica política e virtude ética individual não se combinam, pois o caráter do governante deve variar com as circunstâncias, sob pena de enfraquecer e perder o poder.

Desta forma, Maquiavel “inaugura a ideia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos sujeitos” (CHAUÍ, 2000, p. 397).

O pensamento de Maquiavel serve de base para as concepções desenvolvidas nos séculos XVII e XVIII. Estas, refletem sobre a legitimidade do poder e as origens do Estado. Diferentes filósofos, como os ingleses Thomas Hobbes e John Locke, assim como o francês Jean-Jacques Rousseau, respectivamente, procuraram então “compreender o que justifica abandonar o estado de natureza para constituir o Estado, mediante contrato” (ARANHA, 1992, p. 156). São os considerados contratualistas, que compreendem a sociedade como uma somatória de sujeitos que fundam o Estado, sob contrato social, para garantir que os interesses individuais coexistam em harmonia.

Hobbes conclui que graças ao constante estado de guerra entre os humanos, foi necessário delegar o poder a um soberano que garantisse a paz. Os fundamentos do Absolutismo, defendido por Hobbes, são criticados por Locke, um dos fundadores do Liberalismo. Para ele, “o consentimento dos homens ao aceitarem o poder do corpo político instituído não retira seu direito de insurreição, caso haja necessidade de limitar o poder do soberano” (Idem, 1992, p. 156). É fundamental a existência de um Parlamento que controle o poder do Executivo.

Rousseau defende a possibilidade de uma democracia direta, na qual o cidadão é participante e ativo no processo de elaboração das leis que regerão o convívio em sociedade. Para ele:

o único fundamento legítimo do poder político é o pacto social pelo qual cada cidadão, como membro de um povo, concorda em submeter sua vontade particular à vontade geral. Neste sentido, cada homem, como cidadão, somente deve obediência ao poder político se este poder representar a vontade geral do povo ao qual pertence. O compromisso de cada cidadão é para com seu povo. E somente o povo é a fonte legítima da soberania do Estado (COTRIM, 1993, p. 243).

Das teorias contratualistas, origina-se o Liberalismo. Em consonância com os interesses da burguesia em ascensão, a teoria liberal atendia aos anseios burgueses ao legitimar a propriedade privada como direito natural. John Locke foi o primeiro a formular uma teoria coerente neste sentido, pois o pensador “parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. E esses bens são conseguidos pelo trabalho” (CHAUÍ, 2000, p. 401).

De acordo com a teoria de Locke, o Estado existiria a partir do contrato social e sua principal finalidade seria garantir o direito natural à propriedade. Este raciocínio contribui para que a burguesia se sinta legitimada perante a nobreza e a realeza, colocando-se como superior, haja vista, que ao contrário destes, aqueles são proprietários graças aos seus esforços

de trabalho. Em relação ao pobres, a burguesia também se declara superior, exaltando o conceito de meritocracia.

Em se tratando da função do Estado, a teoria liberal aponta pelo menos três funções: o Estado, por meio de leis e de força repressora (quando necessário) deve garantir o direito natural à propriedade privada, assim como a liberdade econômica; também deve arbitrar, por meio dos mesmos dispositivos já citados, os conflitos da sociedade civil, e por final, o Estado deve garantir a “liberdade de consciência, isto é, a liberdade de pensamento de todos os governados e só poderá exercer censura nos casos em que se emitam opiniões sediciosas que ponham em risco o próprio Estado” (CHAUI, 2000, p. 402).

O liberalismo foi a principal teoria política que contribuiu para o fim do Antigo Regime. Totalmente oposta às concepções teocráticas de poder que sustentavam o absolutismo, dotando-lhe de caráter hereditário, divino e natural, o liberalismo afirma o princípio republicano de poder. Para as teorias liberais “o sujeito é a origem e o destinatário do poder político, nascido de um contrato social voluntário, no qual os contratantes cedem poderes, mas não cedem sua individualidade (vida, liberdade e propriedade). O sujeito é o cidadão” (CHAUI, 2000, p. 403).

Também caracteriza-se pela laicidade, a economia de mercado, a propriedade privada dos meios de produção e o princípio do lucro e da livre iniciativa. Neste sentido, recusa-se a intervenção da Igreja nas questões públicas, ao separar-se a religião da política. O Estado também deverá ser mínimo em relação a possíveis intervenções na economia. Haveria um equilíbrio natural a partir da lei da oferta e da procura. Obviamente torna-se necessário para a economia de mercado, a defesa da propriedade privada e da livre iniciativa, garantindo assim, o funcionamento da economia e o incentivo ao empreendedorismo (ARANHA, 1992, p. 157).

Em princípio, o Estado Liberal preconiza uma república representativa, pautada sobre três poderes: Executivo, que administra os bens públicos, Legislativo, que institui leis, e Judiciário, encarregado da aplicação das leis. No entanto, assim como na antiga Grécia, apenas consideravam-se cidadãos os homens livres e independentes, excluindo-se da possibilidade de ocupar um cargo num dos três poderes, as mulheres e os não-proprietários. São evidências disto, exemplos relacionados ao reconhecimento da cidadania plena e ao sufrágio universal, para todos os sujeitos. Como, “o fato de que em duas das maiores

potências mundiais, Inglaterra e França, as mulheres só tenham alcançado a plena cidadania em 1946” (CHAUÍ, 2000, p. 404), além da situação da população negra nos EUA e o Apartheid na África do Sul. Ambas alcançando o status de cidadão nos anos 60 e 90, respectivamente.

Desta forma, pode-se observar que:

a ideia de contrato social, pelo qual os sujeitos isolados se transformarem multidões e esta se transforma em corpo político de cidadãos, não previa o direito à cidadania para todos, mas delimitava contrato ou pacto a uma classe social, a dos proprietários privados ou burguesia (CHAUÍ, 2000, p. 404).

Posta em prática, toda a teoria liberal implicou uma série de mudanças sociais. De um lado, é notório o desenvolvimento científico e tecnológico, de dimensões inéditas na humanidade, por outro lado, os problemas sociais decorrentes do capitalismo foram minimizados, em partes, nos países desenvolvidos, enquanto a maior parte do planeta, os teve intensificado (ARANHA, 1992, p. 159). Resultado de acontecimentos econômicos e sociais, o liberalismo também impôs mudanças na concepção do poder do Estado, alterando a estrutura política.

A partir da divisão entre Estado e sociedade civil, promovida pela burguesia liberal, estabelece-se uma clara divisão entre Estado e sociedade civil. Enquanto a burguesia liberal promoveu mudanças estruturais, que lhe oportunizaram, além do poder econômico, o poder político, foi criada a possibilidade de uma sociedade mais igualitária, segundo a perspectiva das classes populares.

O não cumprimento das expectativas, pelo Estado Liberal, resultou na emergência de uma classe trabalhadora predisposta à ação política e, em decorrência, no surgimento de novas teorias políticas, conhecidas como teorias socialistas (CHAUÍ, 2000, p. 407).

As críticas ao modelo burguês incidem principalmente sobre o papel do Estado frente às dificuldades vividas pelos trabalhadores do século XIX. Neste sentido, foram três as principais correntes socialistas desenvolvidas: o Socialismo Utópico, o Anarquismo e o Comunismo ou Socialismo Científico (CHAUÍ, 2000, p. 407).

O primeiro, decorre da preocupação de teóricos como, o francês Proudhon e o inglês Owen, com o estado de opressão em que vivem os trabalhadores. Para estes pensadores a desigualdade econômica, social e política decorre da existência da propriedade privada e da exploração do trabalho. Neste sentido, propunham a organização de cidades nas quais fossem

garantidas igualdades sociais, como moradia, alimentação, transporte, saúde e liberdade de pensamento e expressão (CHAUI, 2000, p. 408).

A partir de Proudhon, os anarquistas acreditavam na liberdade e bondade individual dos seres humanos para viverem felizes em comunidade. Partindo da crítica ao individualismo burguês e ao Estado Liberal, os anarquistas, como o russo Bakunin, “propõem o retorno à vida em comunidades autogovernadas, sem a menor hierarquia e sem nenhuma autoridade com poder de mando e direção” (CHAUI, 2000, p. 408).

O Comunismo ou Socialismo Científico surge não apenas como crítica ao Estado Liberal, mas também em relação ao anarquismo e ao Socialismo Utópico. Em sua crítica à economia política, Karl Marx aponta que a separação entre esfera privada da propriedade e esfera pública de poder, jamais aconteceu, independente do que preconizaram gregos, assim como a filosofia liberal. De acordo com o filósofo alemão, a sociedade “se constitui a partir das condições materiais de produção e da divisão social do trabalho” (CHAUI, 2000, p. 414), o mesmo acontecendo com a gênese do Estado. Nessa lógica :

a produção e a reprodução das condições de existência se realizam (...) através do trabalho (relação com a natureza), da divisão social do trabalho (intercâmbio e cooperação), da procriação (socialidade e instituição da família) e do modo de apropriação da Natureza (a propriedade) (CHAUI, 2000, p. 413).

A concepção de que todas as sociedades se constituem a partir de suas condições materiais de produção e da divisão social do trabalho, implicou os movimentos sociais que, a partir desta base teórica, desencadearam mudanças profundas na sociedade ocidental.

Com base nos princípios do Socialismo Científico, a Revolução Russa inicia o processo de divisão das sociedades ocidentais entre dois distintos modos de produção. O Capitalismo, na maior parte do ocidente, e o Socialismo, na região oriental. O conflito se estabelece de fato, a partir do final da II Guerra Mundial, quando a divisão do mundo em blocos, Capitalista e Socialista (além dos países de terceiro mundo), inaugura o período conhecido como Guerra Fria. Estava em curso a polarização entre dois sistemas político-econômicos opostos na concepção de Estado e sua relação com a sociedade civil.

A polarização entre mundo Capitalista e mundo Socialista, intensificou a oposição entre direita e esquerda²⁷. A primeira, de matriz liberal, pautada no princípio do Estado mínimo, enquanto a segunda, de matriz socialista e adepta do Estado de bem-estar social.

Em princípio, a origem dos termos está ligada ao processo revolucionário francês do final do século XVIII. A forma como tomavam assento, os membros da Assembleia Social (Convenção de 1792 a 1795), dividia-se a partir do assento do presidente, no meio da sala (OLIVEIRA, 2001, p. 187). A sua direita, sentavam-se os girondinos, representantes da alta burguesia conservadora, enquanto à esquerda ficavam os jacobinos, representantes da pequena burguesia e dos profissionais legitimados pela plebe de Paris.

Reforçou a utilização das expressões, o fato de que “os jacobinos queriam a continuação das medidas revolucionárias; os girondinos, não” (OLIVEIRA, 2001, p. 187). Neste sentido, a expressão esquerda ficou relacionada à ideia de revolução ou reforma radical, enquanto direita, o desejo de conservação do status quo. Os indecisos são considerados de centro.

Para Bobbio (1994, p. 67), os nomes atribuídos a díade, Direita e Esquerda, consistem num fato acidental que, diferente, em nada alteraria a dicotomia do espectro político. “Trata-se de uma banal metáfora espacial, cuja origem foi inteiramente casual e cuja a função tem sido apenas a de dar um nome, de dois séculos aos dias de hoje, à persistente, e persistente porque essencial, composição dicotômica do universo político”. Também considera que durante a Revolução Francesa nasceram os nomes, no entanto, não “a concepção horizontal de política” (BOBBIO, 1994, p. 74). Neste caso, o tipo de concepção, horizontal e/ou vertical, serve como metáfora do ordenamento nas relações estabelecidas entre governantes e governados no universo político.

De acordo com Bobbio (1994, p. 74):

Dimensão vertical e dimensão horizontal da política estão uma ao lado da outra, inclusive porque representam duas relações diferentes, independentes uma da outra, do universo político: a relação governantes-governados de um lado e a relação ou dos governantes entre si, ou dos governados entre si, do outro.

O pensador italiano também aponta que os termos Direita e Esquerda constituem-se em uma díade antitética, originada na “interpretação de universo concebido como

²⁷ Em relação à terminologia adotada, “o Brasil, a academia, os políticos, os meios de comunicação e os cidadãos têm utilizado majoritariamente a terminologia que polariza direita e esquerda” (SILVA, 2014, p. 150).

composto de entes divergentes, que se opõem uns aos outros” (BOBBIO, 1994, p. 32). Porém, na atualidade, tornou-se lugar comum a afirmação de que as expressões perderam seu sentido e se tornaram inócuas para o debate político. De acordo com Bobbio (1994, p. 34), são várias as razões para aderir a este discurso.

Dentre elas, vale destacar duas: a crise das ideologias, quando Fukuyama (1989, p.13) afirma no final da década de 1990 que “o ponto final da evolução ideológica da humanidade” havia sido atingido e a complexidade das sociedades democráticas atuais e oconsequentemente o surgimento de movimentos e problemas que não se enquadram no esquema tradicional da diáde.

O argumento de que os termos não comportam mais a política por conta da “crise de ideologia”, não procede na visão do pensador italiano, pois reduzir os termos à pura expressão do pensamento ideológico:

seria uma indevida simplificação. Direita e Esquerda indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contraste não só de ideias, mas também de interesse e de valorizações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade (BOBBIO, 1994, p. 33).

Em outra corrente argumentativa, alega-se que a complexidade das democracias modernas tornou inadequada a utilização dos termos, haja vista, que a diversidade presente nestas sociedades esgota a visão dicotômica da política. As convergências e divergências entre diversos grupos de opinião e interesse, em estado de concorrência entre si, tornam possíveis variadas combinações impedindo desta forma a colocação do problema em forma de antítese (direita x esquerda) (BOBBIO, 1994, p. 35). Neste sentido, Bobbio (1994, p. 36) defende a configuração de uma linha contínua entre os termos que, devido às variadas combinações possíveis nas sociedades democráticas, resultou num “espaço intermediário”, designado como “centro”. Discordando de quê este centro seria uma nova modalidade, Bobbio (1994, p. 36) afirma que “o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela a própria razão de existir”.

As posições intermediárias no espectro ideológico entre Direita e Esquerda, Bobbio (1994, p. 36) denomina como terceiro incluído e terceiro inclusivo. O primeiro, coloca-se exatamente no meio do espectro ideológico, enquanto o outro busca ir além dos

opostos, combinando-os numa síntese superior. O terceiro inclusivo é uma tentativa de terceira via no debate político, mas que não anula a díade.

Uma outra razão seria a superação da capacidade de descrição da sociedade atual por conta da contínua transformação que ela sofre e os novos problemas políticos gerados. A crise ambiental constitui-se em um exemplo a partir do momento em que os ativistas consideram ou presumem não se inscrever em nenhum dos lados do espectro ideológico (BOBBIO, 1994, p. 40). No entanto, o posicionamento destes movimentos não abre uma nova perspectiva, mas reforça a ideia da oposição direita e esquerda, pois variam conforme as circunstâncias.

Neste caso, os ecologistas poderiam ser:

definidos como um movimento transversal no sentido de que atravessam os campos inimigos passando indiferentemente de um campo ao outro, e ao assim fazerem mostram cabalmente que existe um terceiro modo de pôr em crise a díade: mais do que estar *no meio de* (Centro), Mais do que ir *além de* (Síntese), o mover-se *por* - um modo que se resolve em uma atenuação ou desautorização da díade mais do que em uma refutação ou em uma superação (BOBBIO, 1994, p. 41).

Em busca de uma definição mais objetiva do que consistem os termos Direita e Esquerda, Bobbio, amparado em diversos autores, observa que a díade representativa do “universo conflituoso da política”, varia na forma de duplas de opostos, em contextos e períodos históricos diversos, porém, nominadas de forma diferente. Neste sentido, apesar das terminologias variadas, observa-se a recorrência, em todas as variações, da contraposição entre “visão horizontal ou igualitária da sociedade e visão vertical e inigualitária” (BOBBIO, 1994, p. 94).

Neste panorama, a igualdade seria o princípio fundador, pois é o “único critério que resiste à usura do tempo e a dissolução a que estiveram sujeitos os outros critérios” (BOBBIO, 1994, p. 94). Para o pensador italiano, a díade se reafirma no fato que “(...) de um lado estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais, de outro os que consideram que são mais desiguais que iguais” (BOBBIO, 1992, p. 121). Desta forma, o contraste gerado leva à identificação de posicionamentos distintos em relação às desigualdades. Para a Esquerda, ela seria de ordem social e, por isso, passível de eliminação, já para a direita, as desigualdades seriam de ordem natural e, portanto, impossível de ser eliminada.

Tendo em vista o caráter relativo do termo “desigualdade”, o pensador italiano estabelece três variáveis: igualdade entre quem, em relação a que e com base em quais

critérios. A partir da combinação destes, é possível uma variedade enorme de tipos de repartições igualitárias²⁸.

A partir da díade igualdade-desigualdade é apresentada uma outra: liberdade-autoridade. No interior de cada campo, existem os moderados e os extremistas. Estes, representariam o viés antidemocrático de cada lado da díade. Presumível que nestes casos os extremos se toquem e resultem em autoritarismo.

Fazendo ressalvas a Bobbio, Bresser Pereira (2006, p. 26) afirma que a argumentação do pensador italiano leva a uma polarização entre liberais e socialistas, o que caracterizaria a definição de caráter preponderantemente econômico.

De acordo com Bresser Pereira (2006, p. 26):

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas.

Neste sentido, o posicionamento em relação ao papel do Estado determina a díade. Para a esquerda, o Estado deve garantir a justiça social e a igualdade de direitos, enquanto a direita defende o Estado mínimo, no qual sua principal função é a garantia da ordem pública e a “preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 27).

Independente da conceituação de Norberto Bobbio e das discordâncias de Bresser Pereira, em se tratando do pensamento acadêmico brasileiro sobre a questão:

se tem feito um divórcio entre a conceituação direita política e esquerda política e sua efetiva aplicação, apelando-se à subjetividade, ou se tem apresentado uma definição que acaba por situar essa diferenciação política em um plano que é preponderantemente econômico (SILVA, 2014, p. 153).

Desta forma, optam-se por pressupostos políticos que definam a existência da díade estudada, como a ideia de Estado e os atores políticos que representam a Direita e a Esquerda. .

A ideia de Estado, de acordo com a perspectiva weberiana, pressupõe a noção de círculo de poder, no qual se opõem detentores e não detentores de poder, sem definição da

²⁸ Aqui Bobbio faz uma distinção entre os termos igualitário e igualitarista, desconsiderando este para o debate, pois o considera uma utopia, haja vista, a defesa da ideia de que todos os homens devem ser iguais em tudo.

composição destes grupos. Ou seja, dentro do próprio Estado existem diferentes círculos de poder (SILVA, 2014, p. 154).

Os atores políticos se configuram a partir dos movimentos sociais. Estes entendem-se como “qualquer forma de organização que pretenda exercer influência sobre a composição do círculo de poder estatal e sobre suas decisões, sejam elas econômicas ou ligadas aos valores da sociedade” (SILVA, 2014, p. 154).

Neste sentido, os movimentos sociais podem ser tanto de Direita, quanto de Esquerda, conforme os objetivos em jogo. Para Silva (2014, p. 155), o que caracteriza os movimentos sociais de Esquerda é a busca pela ampliação e representação de grupos sub-representados nos círculos de poder. No caso dos movimentos sociais da Direita, o objetivo é a preservação da representação de grupos que já encontram-se devidamente representados dentro destes círculos.

De acordo com Silva (2014, p. 155):

1) há um Estado e, conseqüentemente, alguns detentores do poder; 2) são organizados movimentos sociais, buscando alterar ou preservar a composição e decisões do grupo que detém o poder; 3) aqueles movimentos que buscam empoderar os sub-representados são os movimentos de esquerda, e os que buscam salvaguardar ou ampliar o poder daqueles já devidamente representados são os movimentos de direita.

Cabe afirmar que, apesar da conceituação se propor à busca de objetividade e da maior neutralidade possível, tal conceituação teórica implica a observância de dois pontos: a dinâmica na posição dos atores que alteram suas posições durante o processo histórico e a “desvinculação entre o que é movimento de esquerda *lato sensu* e o que é movimento socialista” (SILVA, 2014, p. 157), demonstrando que existem, na realidade, vários movimentos de esquerda que não necessariamente compartilham dos objetivos do movimento socialista.

O primeiro ponto é evidenciado em “Para Além Da Esquerda e Da Direita”, de autoria do sociólogo Anthony Giddens (1996, p. 17). Na obra ele afirma que o significado de “conservadorismo” já não determina o espectro ideológico da díade, pois na atualidade, não apenas os que se denominam conservadores (se levar-se em conta que conservar é querer preservar), mas também os movimentos de esquerda, assumem agendas conservadoras. Neste caso, em se tratando de mudança, a esquerda se posiciona tão ou até mais conservadora do que a direita.

Giddens afirma que as perspectivas políticas de esquerda e de direita perderam seu significado anterior ao processo de globalização. Neste sentido, o autor formula propostas que vão, em sua concepção, além da esquerda e da direita. O sociólogo propõe que seja posta em prática uma “política radical reconstituída, que recorra ao conservadorismo filosófico, mas que preserve alguns dos valores centrais que até agora estiveram associados ao pensamento socialista” (GIDDENS, 1996, p. 18).

Em relação às teses de Bobbio, o autor inglês acrescenta que, além da busca pela igualdade, a Esquerda também crê que o governo é quem deva desempenhar o papel de liderança para o alcance desta meta. Segundo ele, “ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação. A igualdade é importante sobretudo por ser relevante para a oportunidade de vida, o bem-estar e a autoestima das pessoas” (GIDDENS, 1996, p. 51). Neste sentido, ambos concordam na questão da igualdade, no entanto, Giddens diverge na questão acerca do valor dado às concepções da direita e da esquerda, enquanto mecanismos norteadores na elaboração de soluções para os problemas da sociedade. Enquanto o pensador italiano defende a díade como algo de extrema importância na orientação à prática política de cada cidadão, o pensador inglês acredita que a velha dicotomia ideológica já não dá conta dos problemas da sociedade contemporânea.

A partir destas discussões optou-se por usar nessa tese os termos direita e esquerda e pautados nesses termos, parte-se, então, para a discussão sobre a Política na sociedade em rede e o advento do ciberativismo.

3.2 - Política, Democratização e Cidadania na Rede

A relação entre política e internet nunca ficou tão evidente, quanto a partir de 2011, com a Primavera Árabe, uma vez que nos anos seguintes várias manifestações sociais foram registradas em todo o globo, sendo a internet a protagonista, na organização e na divulgação de agendas políticas. A Primavera Árabe, o movimento *Occupy Wall Street* e as jornadas de Junho no Brasil em 2013, possuem em comum o uso extensivo da internet, principalmente as redes sociais digitais, na organização destes eventos.

O primeiro grande evento de utilização da internet em um movimento político foi em novembro de 1999, no que ficou conhecida como a Batalha de Seattle²⁹. Ela consistiu numa série de protestos contra a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio. O evento representa um marco na relação entre internet e política, ocorrendo o remodelamento na práxis política promovida por estes movimentos sociais e coletivos. Segundo Bezerra (2015, p. 14), este foi “o primeiro evento de grande repercussão que se utilizou de Internet como estratégia principal na gestão e na promoção do ativismo anticapitalista, alterando profundamente não somente a relação dos movimentos sociais com a rede, mas a própria constituição de tais movimentos”.

O ativismo político na sociedade em rede ampara-se na internet o maior meio de comunicação de massa da história.

Os meios de comunicação de massa tiveram seu nascimento a partir da imprensa. Esta estabeleceu um marco na disseminação da informação, ampliando o acesso a escritos diversos. A internet, a seu tempo, também estabelece um novo marco na medida em que mundializa a cultura ocidental e as informações e conhecimentos por ela produzidos. Neste sentido, o ciberespaço apresenta-se como o maior meio de comunicação de massa da história, assim como motor propulsor de várias mudanças culturais. A compressão do espaço-tempo nas interações sociais, bem como a possibilidade de produção e disseminação de informações ao alcance de todos os usuários da web, são exemplos.

A individualização da produção, assim como a intensa interação com a gama de informações veiculadas no ciberespaço, implica sensíveis alterações no modelo tradicional de comunicação, como a perda da exclusividade na produção e veiculação de informação pela indústria cultural, na convergência dos meios de comunicação e no advento da cultura participativa em uma sociedade em rede (COGO, 2005, p. 13).

Na relação entre espectador e meio de comunicação de massa, a circulação e a produção de bens culturais, antes quase totalmente dominadas pelos meios tradicionais de comunicação, atualmente enfrenta uma nova realidade, na qual a antiga audiência, além de consumir, agora também pode produzir e veicular conteúdos por meio do ciberespaço .

A ruptura promovida pelo ciberespaço com o modelo de recepção passiva dos meios tradicionais de comunicação de massa, como a TV e o rádio (muito presentes na vida

²⁹ http://www.bbc.com/portuguese/esp_seattle_img.htm

das pessoas no Século XX), configura um novo cenário no qual se altera o modelo de comunicação entre as partes. Estes meios anteriormente (junto com a imprensa escrita e o cinema) se relacionavam com a audiência por uma via única pela qual apenas os meios tradicionais poderiam produzir e veicular conteúdos. Desta forma, cabia a eles engendrar símbolos da indústria cultural, organizar e produzir elementos amparados no princípio da homogeneização de gostos, que impelem ao mercado de bens de consumo.

Pela lógica capitalista, na visão da Escola de Frankfurt, no “sistema de mercado” a economia é regida pela racionalidade econômica e organizada em função das necessidades de uma parcela restrita da sociedade: os consumidores. Nesta perspectiva, o sujeito configura-se em consumidor e a cultura confunde-se com o estar no mercado e ser consumidor. A produção cultural é induzida a seguir o princípio da produção em série, consumível por um grande número de pessoas e substituído por dinheiro, condicionando a cultura a personificar-se num:

produto feito de acordo com as normas gerais em vigor: produto padronizado, como uma espécie de kit para montar, um tipo de pré-confeção feito para atender necessidades e gostos médios de um público que não tem tempo de questionar o que consome. *A cultura* passa a ser vista não como instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento, mas como produto trocável por dinheiro e que deve ser consumido como se consome qualquer outra coisa (COELHO, 1994, p. 36).

Neste sentido, a mídia tradicional constitui-se em uma matriz configuradora de identidades culturais (COGO, 2005, p. 23) e a lógica que impera é a do mercado. No entanto, apesar disto, são perceptíveis os abalos que ela vem sofrendo a partir do ciberespaço. Graças a este meio digital, agora também há espaço para a visibilidade midiática de agendas cidadãs. Como por exemplo, na construção de estratégias e políticas que permitam a exposição de problemas locais e nas experiências identitárias dos movimentos sociais e do ativismo político, preocupado com demandas por cidadania.

Na economia, estas mudanças implicaram a implosão de conceitos e estratégias mercadológicas que se sustentavam principalmente nas limitações físicas de comercialização e na distribuição de bens e serviços (ANDERSON, 2006). Já, na política, o processo em curso resultou num movimento espaço-temporal, que tem produzido aumento acentuado do potencial de tensões sociais, assim como demonstrado um potencial para novas formas de exercer a liberdade de expressão e a responsabilidade de melhorar as condições de vida das culturas locais, pois:

(...) os tempos atuais produzem, simultaneamente, o desenvolvimento de uma cultura de massa através dos meios de comunicação e o florescimento das chamadas culturas locais. Estes dois elementos da transformação cultural encontram um lugar privilegiado de debate e formam parte de um processo mais amplo de construção de identidades (SILVA, 2014 p. 14).

Segundo Giddens (2005, p. 37), duas das mais influentes forças das recentes sociedades modernas, a tecnologia da informação e os movimentos sociais, uniram-se produzindo resultados surpreendentes. Os movimentos sociais espalhados pelo globo conseguem unir-se em imensas redes regionais e internacionais que abrangem organizações não governamentais, grupos religiosos e humanitários, associações que lutam pelos direitos humanos, defensores dos direitos de proteção ao consumidor, ativistas ambientais e outros que agem em defesa do interesse público.

Essas redes eletrônicas de contatos, agora possuem uma capacidade, nunca vista, de reagir imediatamente aos acontecimentos, de acessar e compartilhar fontes de informação, além de pressionar corporações, governos e organismos internacionais.

A internet está na vanguarda dessas mudanças, embora os telefones celulares, o fax e a transmissão via satélite também tenham apressado sua evolução. Ao apertar de um botão, histórias locais são disseminadas internacionalmente, recursos são compartilhados, experiências são trocadas e ações políticas são coordenadas em conjunto.

A habilidade de coordenar campanhas políticas internacionais é mais inquietante para os governos e mais estimulante para aqueles que participam dos movimentos sociais. Os movimentos sociais internacionais apresentaram um crescimento constante com a difusão da internet, por meio dos protestos a favor do cancelamento da dívida do Terceiro Mundo, das campanhas pela proibição das minas terrestres explosivas, confirmando a capacidade de unir defensores além das fronteiras nacionais e culturais (CASTELLS, 2013, p. 171).

Para alguns observadores, a era da informação está produzindo uma migração do poder dos Estados-nações às novas alianças e coalizões não governamentais. Existem os movimentos on-line que visam à difusão de informações sobre corporações, políticas de governos ou efeitos de acordos internacionais, para públicos que poderiam não estar a par desses assuntos. Alguns governos, mesmo democráticos, consideram as guerras em rede uma ameaça assustadora. Um relatório do exército norte-americano afirma que uma nova geração de revolucionários, radicais e ativistas começa a gerar ideologias da era da informação em que

as identidades e as lealdades do Estado-nação podem ser transferidas para o nível transnacional da sociedade global (CASTELLS, 2006, p. 478).

O fim dos monopólios da expressão pública é defendido por Pierre Levy, pois no ciberespaço o sujeito possui os meios e é livre para, por exemplo, “propor suas sínteses e sua seleção de notícias sobre determinado assunto” (LEVY, 1999, p. 240); existe uma crescente variedade de modos de expressão (vide as novas formas de escrita); são progressivas a disponibilidade de instrumentos de filtragem e de navegação e o desenvolvimento das comunidades virtuais e dos contatos interpessoais à distância por afinidade, sendo que o “principal fato a ser lembrado é que os freios políticos, econômicos ou tecnológicos à expressão mundial da diversidade cultural jamais foram tão fracos quanto no ciberespaço” (LEVY, 1999, p. 240).

Em consonância com este fenômeno, Machado (2007, p. 268) afirma que:

A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes.(...) Em suma, a rede é um espaço público que possibilita novos caminhos para interação política, social e econômica.

A utilização do ciberespaço configura-se então como plataforma para reivindicações na melhoria dos serviços prestados pelo Estado, denúncias de crimes de intolerância e contra os direitos humanos, assim com abusos de poder cometidos por autoridades públicas, entre outras pautas progressistas. Este conjunto de práticas é denominada como ciberativismo, o qual se pode identificar como “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet” (SILVEIRA, 2010, p. 05).

Uma das principais formas de participação política e posicionamento em relação ao espectro ideológico é o que será discutido a seguir: o ciberativismo.

3.3 - O Ciberativismo

De uma forma geral, o ciberativismo (tradução do inglês Cyberactivism) refere-se a formas de atuação política a partir do ciberespaço. A plataforma é utilizada para, desde a

defesa de posicionamento no espectro ideológico, até a organização de eventos relacionados à alguma causa ou movimento político.

De acordo com Bezerra (2015, p. 136), o ciberativismo trata-se de um:

tipo de estratégia que utiliza diversas técnicas e tecnologias de comunicação, baseadas na Internet, visando criar, operar e gerenciar diferentes modos de praxis política. Isto pressupõe o uso individual e/ou coletivo, sistematicamente orientado, de redes sociais e outras tecnologias *online* (as plataformas mais utilizadas são *Twitter*, *Facebook*, *LinkedIn*, *YouTube* e outras redes sociais populares como o *Whatsapp*, juntamente com *e-mail*, mensagens instantâneas e outras ferramentas de colaboração *online*) para táticas políticas múltiplas: alcançar e reunir membros, defender posicionamentos ideológicos, realizar eventos políticos e protestos, difundir mensagens, discutir temas de interesse de uma causa ou movimento, entre outras.

Neste sentido, destacam-se três principais formas de classificar as práticas políticas ciberativistas: A Conscientização/Defesa, a organização/mobilização e a ação/reação (BEZERRA, 2015, p. 136, 137, 138).

Na primeira forma, a internet aparece como a grande provedora de informações. A partir dela que se veicula noticiário alternativo à mídia tradicional. Desta forma, criam-se redes de distribuição de informação com potencial para a sensibilização de agendas sobre problemas coletivos desconhecidos, apoio a causas diversas e organização de ações práticas.

Acerca da segunda forma, Bezerra (2015, p. 137) destaca que:

a) a rede serve como meio de convidar pessoas para atuarem numa dada ação fora da rede, seja por meio de *e-mails*, *sites* ou redes sociais que divulgam eventos com data, local e horário; b) a Internet torna-se veículo de um chamamento para ação em situações em que os eventos políticos acontecem geralmente *off-line*, mas em que a articulação pode ser mais eficiente se executada *online*; c) a Internet também pode ser usada para promover a organização e mobilização de sujeitos em um tipo de ação *online*, como, por exemplo, em campanhas para bombardeamento de *e-mails* com *spams* para saturar um servidor-alvo.

No caso da ação/reação, destaca-se o papel dos hackers. Como hacker entende-se “um programador inteligente adepto a manipular ou modificar um sistema ou rede de computador”³⁰. Porém, a inteligência, neste caso, não garante o caráter e, neste sentido, existem sujeitos maliciosos que utilizam de seu conhecimento e destreza técnica para cometer crimes cibernéticos dos mais variados tipos. Exemplos como roubo de senhas de cartão de crédito e do sequestro de fotos pessoais são bastante comuns na atualidade. Por outro lado, os hackers também podem promover “tipos de ações politicamente orientadas apoiadas em

³⁰<https://www.avast.com/pt-br/c-hacker>

ferramentas de Internet, objetivando tanto a invasão como o congestionamento de sites, portais e servidores” (BEZERRA, 2015, p. 138).

Ainda para Bezerra, em relação ao ciberativismo (2015, p. 138):

A literatura sobre o tema aponta em dois sentidos: de um lado, a Internet funciona como um facilitador da ação coletiva tradicional, em termos de organização, mobilização e transnacionalização (apoiados na Internet); e, por outro lado, ela mesma cria novos modos de ação coletiva, expandindo e complementando o *repertório de ação coletiva* dos movimentos sociais contemporâneos (baseados na Internet).

Para Silveira (2010, p. 31), o ciberativismo consiste num “conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet”. Segundo o autor, a atuação de grupos e as atividades do ciberativismo podem ser percebidas tanto à Direita, quanto à Esquerda. Os exemplos são observados em casos como a proposta pelo Estado espanhol da Ley de Economía Sostenible e o movimento de software livre (SILVEIRA, 2010, p. 32). Estes movimentos acabaram por unir a diáde Esquerda e Direita na defesa das duas agendas, a liberdade para o compartilhamento de produtos diversos sem o pagamento de direitos autorais, assim como o desenvolvimento colaborativo de códigos fonte. Algo que “melhor aproveitaria as possibilidades interativas disponíveis nas redes de alta velocidade e processamento, bem como aposta na redução dos custos de transação e na superioridade do modelo ‘bazar’ para a manutenção e atualização de programas de computador” (RAYMOND, 2001, p. 21).

O ciberativismo se beneficia do caráter interativo do ciberespaço, pois (como já exposto anteriormente), este provocou abalos no monopólio da informação pelos meios de comunicação de massa tradicionais, assim como a derrocada de um único modelo de recepção passiva. Agora as pessoas podem produzir conteúdos, interagir (de forma positiva ou negativa) com conteúdos de outrem, além de poder procurar e selecionar os conteúdos que lhe interessam.

Estas possibilidades de comunicação, interação e produção contribuem então para a ação política. Sendo assim, “é dentro do ciberespaço e através de apropriação das informações e empoderamento dos usuários que movimentos sociais de diferentes naturezas encontram novas formas de organização, mobilização e disseminação” (BALESTIERI, 2014, p. 02).

Exemplos são encontrados no movimento mexicano, Zapatista de 1994, ou na Primavera árabe em 2011 (principalmente no Egito) e nas Jornadas de Junho de 2013, no Brasil. Em todos estes casos ficou evidente a utilização do ciberespaço para a organização dos movimentos e a disseminação de suas agendas.

A práxis ciberativista esteve presente nestes eventos quando se observam as ações comuns realizadas, como:

- 1) Uso coordenado das principais ferramentas e aplicativos de conexão remota: *Facebook, Twitter, Instagram, Youtube*, entre outros;
- 2) articulação profícua entre o ativismo digital e as manifestações nas ruas: enquanto os títulos relativos aos protestos apareceram nos temas mais comentados do *Twitter*;
- 3) criação de plataformas de transmissão de notícias ao vivo por meio de *Livestream* e outras;
- 4) *sites* e páginas que atuaram decisivamente na promoção dos protestos. (BEZERRA, 2015, p. 205)

Particularmente no Brasil, para analisar o ciberativismo, torna-se necessário levar em conta o grau em que os meios de comunicação espelham as forças políticas existentes. Os meios tradicionais, em sua quase totalidade familiares (as principais Globo, família Marinho; Band, família Assad; Folha de São Paulo, família Frias; Estado de São Paulo, família Mesquita; SBT, família Santos) e privados, também são beneficiados pela legalidade da propriedade cruzada de meios de comunicação. Isto implica o monopólio e a disseminação do noticiário político, não apenas pelos meios tradicionais (TV, rádio e jornais impressos), mas também pelo ciberespaço.

Nos EUA não há uma legislação específica para regulamentar a Mídia. A fiscalização fica “a cargo do *Federal Communications Commission* (Comissão Federal de Comunicações, ou FCC, na sigla em inglês), agência independente do governo criada em 1934”. No entanto, diferente do Brasil “a propriedade cruzada de meios de comunicação é proibida”. Assim, uma mesma empresa não pode ser proprietária de um jornal e de uma estação de TV ou de rádio na mesma cidade (BANDEIRA, 2014, s/p). No Reino Unido o regramento é recente, por conta de escândalos envolvendo um dos maiores proprietários de meio de comunicação do país. Porém, existe um sistema de filiação dos veículos ao novo sistema, que “não é obrigatória, mas há diversos “incentivos” para que façam parte: por exemplo, o veículo que não integrar o órgão precisa pagar as custas judiciais dos processos de acusação, mesmo se sair vencedor” (BANDEIRA, 2014, s/p).

Na vizinha Argentina, a chamada “Ley de Medios” é de 2009, contudo ainda na atualidade sua aplicação ainda gera polêmicas.

A lei define regras para emissoras de TV e rádio. O objetivo é a “regulação dos serviços de comunicação” e o desenvolvimento de mecanismos destinados à “promoção, desconcentração e fomento da concorrência com o fim de baratear, democratizar e universalizar” a comunicação (BANDEIRA, 2014, s/p).

Voltando ao Brasil, o posicionamento político destes veículos é claramente de oposição aos movimentos de Esquerda, haja vista, a diferença quantitativa no noticiário sobre escândalos políticos, dedicados a ambos os espectros ideológicos, nos quais se observa (ver anexo C) ³¹ a acentuação de manchetes negativas dependendo o espectro ideológico dos políticos envolvidos.

Segundo Santos Jr. et all (2015, p. 78), esta situação constitui-se em “paralelismo assimétrico”, quando ocorre a articulação tensa entre um sistema político e um sistema midiático que se definem, um em oposição ao outro”.

Os problemas de articulação entre as duas partes prejudica qualquer Estado que se pretende democrático, já que, “são os grandes conglomerados de mídia e seus editores que possuem a responsabilidade por selecionar o que deve estar no centro da atenção pública” (BALESTIERI, 2014, p. 07).

Esta “definição da agenda” é objeto da “teoria do agendamento”. O contexto de sua geração remonta à ideia de que o jornalismo deveria mediar as relações entre esfera pública e cidadãos. Um tempo em que o monopólio da informação, pelos grandes meios, era a única realidade.

No entanto, mesmo com as potencialidades de democratização da informação, promovidas pelo ciberespaço, atualmente:

É importante ressaltar que, apesar da pluralização dos atores na esfera de visibilidade pública, não é possível, de forma alguma, igualar o poder deles. Os meios de comunicação de massa continuam a ter uma importância central na construção dessa esfera, o que muda é que agora aumenta a disputa desse espaço com outras fontes de informação segundo (MAINENTI, 2012, p.5).

Neste sentido, pautas e notícias veiculadas na imprensa tradicional, ao mesmo tempo muito presentes e com eco nas redes sociais digitais, são confrontadas por outras fontes de informação.

Nas redes sociais digitais pode-se facilmente partilhar notícias de meios alternativos, assim como a própria opinião, o que gera engajamento. BALESTIERI (2014, p.

³¹ <http://www.manchetometro.com.br>

08), em pesquisa a sítios de ativismo político, observou que quanto maior a frequência das publicações, maior o engajamento dos usuários de *Facebook*. Para isto, também contribui o uso de hiperlinks. No entanto, isto não é suficiente para a anuência de grande parte da opinião pública.

Ao analisar o coberativismo, Sorj (2015, p. 15) o considera como uma terceira onda de transformação da esfera pública. De acordo com o autor, a sociedade civil latina no século XX formou-se a partir de três ondas de influência mútua. Estas ondas impulsionadas por movimentos sociais.

Num primeiro momento, são movimentos trabalhistas. Estes “movimentos sociais constituídos em torno da afinidade de interesses a partir do lugar que as pessoas ocupam no mundo do trabalho” (SORJ, 2015, p. 13). Em seguida, as ONGs, cujas demandas se relacionam “a movimentos sociais identitários (gênero, raça, orientação sexual, étnica) ou universalistas (direitos humanos, meio ambiente)” (SORJ, 2015, p. 13).

No caso da terceira onda, propõe-se três tipos diferentes de ciberativismo: Hackers, ativistas produtores de conteúdo virtual e “grupos constituídos offline, mas que utilizam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoios” (SORJ, 2015, p. 14). A partir desta divisão, ele conclui que o ciberativismo contribui para o debate político e para a organização de movimentos de cunho político, no entanto, ainda há muito a ser feito até que o ciberativismo se torne realmente decisivo no cenário político. Até por que, segundo Sorj (2015, p. 17):

deve-se exigir que no ciberespaço sejam aplicadas as mesmas leis de transparência y universalismo (existentes ou que deveriam existir) a respeito do uso de recursos públicos para financiar meios de comunicações tradicionais, para apoiar publicações online, websites ou blogs.

Para Bezerra (2015, p. 180), a internet tornou-se imprescindível para que os meios tradicionais de comunicação insiram causas de movimentos sociais em suas agendas, porém, ao limitar o projeto comunicacional ciberativista aos meios de comunicação tradicionais, há de se ter cuidado para que os ideias em causa não sejam distorcidos, pois “mesmo a originalidade das manifestações organizadas pela Internet ainda pode ser limitada pela apropriação/deturpação dos veículos de comunicação comerciais (BEZERRA, 2015, p. 180).

Como visto, o ciberativismo configura-se como alternativa aos meios tradicionais de informação, democratizando o acesso à informação. Contudo, o acesso aos meios digitais, além de não ser universal, também é utilizado pelos meios tradicionais na monopolização da informação. A “terceira onda”, segundo Sorj (2015, p. 14) possibilita produções e movimentos *offline* que não necessariamente representam avanço na democratização da informação.

O ativismo digital enseja uma nova forma de participação política que pluraliza as vozes e a disputa no espaço político. Neste sentido, o ciberativismo configura um espaço democrático na disputa política que, por sua vez, resulta na práxis de movimentos e ações orgânicas nas ruas. Mesmo com o monopólio da informação, que persiste sobre a opinião pública, os meios tradicionais estão dividindo cada vez mais espaço com os espaços democráticos proporcionados pelo ciberativismo. No entanto, o ciberativismo, que nasceu da necessidade de democratização dos meios de informação, também na atualidade é utilizado como estratégia para o discurso antidemocrático, o combate ao contraditório no campo das ideias, a divulgação de informações falsas e, principalmente, o discurso do ódio e a intolerância política. Questões estas que serão abordadas nos próximos capítulos do presente trabalho.

4 DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como objeto discutir como a intolerância política no ciberespaço, mais especificamente no Facebook, a partir de comentários de leitores em matérias jornalísticas na referida rede social digital. Como espaço público, esta rede social digital vem sendo utilizada para a disseminação de discursos intolerantes³², que em muitos casos evidenciam o discurso do ódio, verificado nos comentários em feeds de notícias e fanpages pessoais.

De acordo com dados do Central Nacional de Crimes Cibernéticos (SAFERNET, 2016), nos últimos anos ocorreu um aumento expressivo nas denúncias de crimes de ódio, cometidos no ciberespaço. A maioria destes crimes vem ocorrendo na rede social digital mais popular do mundo no momento, o Facebook³³. No Brasil, em quinto no ranking geral, mas o mais frequentado entre as redes sociais digitais, segundo o sítio Alexa³⁴ (serviço de Internet da Amazon, que mede o número de visitas em um sítio na internet determinando um ranking dos endereços eletrônicos mais visitados na web).

Como já destacado, dos vários tipos de intolerância identificados na rede (Dossiê comunica q Muda, 2006, p. 06), a que aparece em segundo lugar, logo atr[as do racismo, [e em relação à política. Constata-se facilmente, que a partir do período eleitoral de 2014, a polarização ideológica se acirrou elevando os ânimos, tanto da classe política, quanto do eleitorado. Possivelmente, um período da história do país, no qual mais se discutiu política, mas infelizmente também registrou o aumento da intolerância política.

Com uma vasta área ainda a ser explorada, os estudos centrados no ciberespaço e nas redes sociais digitais, encontram dificuldades e enfrentam desafios, na utilização de um método apropriado, em relação à compreensão das dinâmicas sociais e culturais próprias deste objeto. Dificuldades, como o consentimento dos sujeitos envolvidos na pesquisa, ou questões relacionadas aos aspectos públicos e privados, das informações obtidas, se tornam problemáticas quando tratadas a partir do ciberespaço.

³² • Jornal da USP, 23/05/2016: O perfil da intolerância ideológica no Brasil

³³ <https://www.lifewire.com/top-social-networking-sites-people-are-using-3486554>

³⁴ <http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>

Em princípio, a opção inicial era realizar uma pesquisa netnográfica, ou seja, a utilização do método etnográfico no ciberespaço, no entanto, problemas apontados por autores da área da Antropologia (TAFARELLO, 2013, p. 05) influenciaram na alteração do método, além de dificuldades próprias do ambiente estudado.

O principais problemas seriam, a confiabilidade nos dados devido a falta das interações face a face, pois, “supostamente se perderiam de vista certos modos de interação não redutíveis àquelas interações no ciberespaço (em termos de limitação gestual, entonação de voz, entre outras, se comparados com espaços *offline*)” (SEGATA, 2008, não paginado). Também, a alteração na noção de espaço, característica do ciberespaço, que consequentemente também altera a noção de campo, já que o meio constitui um fenômeno mundialmente distribuído. Na atualidade, as comunidades virtuais inauguram um campo de interações mediado por computadores, desterritorializado e sem limites geográficos (HINE, 2005).

No entanto, outras formas de pesquisar as redes sociais digitais se apresentam pois, além disto, de acordo com Frago *et al* (2015: 19): “não existem fórmulas prontas para fazer pesquisa: cada problema, cada método, cada amostragem e tratamento dos dados deve ser encarada como uma construção única, que pode servir de ensinamento e inspiração, mas nunca como um receituário pronto a ser seguido”.

Outro ponto a ser levado em conta é que, como trata-se de uma pesquisa, em sua maior parte, de caráter qualitativo, é necessário considerar a complexidade inerente desta para a obtenção de resultados pautados em probabilidades e medidas obtidas nas demais ciências, como as exatas e as naturais.

De acordo com Rauen (2015, p. 531):

a medida do que é verdadeiro em ciência humanas é diferente daquela que se obtém em ciências naturais, porque se faz necessário aceitar vontades e valores de pesquisadores e de sujeitos de pesquisa. O que se pode obter em ciências humanas são tendências e não leis determinísticas, de modo que o que se conclui em ciências humanas não pode ser encarado como absoluto ou definitivo, mas aproximativo.

Tendo em vista estas questões, optou-se pelo método de Análise de Redes Sociais.

A análise de Redes Sociais (ARS) possibilita o estudo multidisciplinar dos padrões das relações sociais. De acordo com Souza e Quandt (2008), a sua principal vantagem é a possibilidade de uma apresentação gráfica e quantitativa de teorias baseadas em conceitos sociais. O objetivo da ARS é observar a interação entre os atores (comentaristas das

manchetes) dentro de uma rede (portal notícias facebook), o que possibilita uma visão da estrutura da mesma.

Recuero (1999) destaca que a *ARS on line* tenta focar-se em ‘unidades de análise’ específicas como: relações (caracterizadas por conteúdo, direção e força), laços sociais (que conectam pares de atores através de uma ou mais relações), multiplexidade (quanto mais relações um laço social possui, maior a sua multiplexidade) e composição do laço social (capital social derivado dos atributos individuais dos atores envolvidos).

Outra vantagem do uso da ARS em ambiente digital é que ela:

permite perceber a estrutura das redes e quantificar, por exemplo, o quão próximos entre si são os atores (indivíduos ou organizações) participantes da rede (grau de conexão dos nós) e quem são os atores com mais conexões (nós mega conectados, os chamados *hubs*)³⁵.

A partir desta exposição, segue o detalhamento da pesquisa:

A análise do objeto desta pesquisa leva em conta a dinâmica da realidade das redes sociais digitais, procurando compreender os fatos sociais envolvidos no estudo, como as influências culturais e políticas que levaram aos resultados obtidos.

Em relação ao método, como meio técnico de investigação, este estudo procurou combinar três métodos. No entanto, para a coleta de dados, foi utilizado o método observacional. Por último, a pesquisa também possui características de um estudo comparativo, pois propõe-se “descobrir relação empírica entre variáveis”. Neste sentido, objetiva-se relacionar variáveis como, “comentário intolerante em fanpage de notícias” e político seguido no Facebook.

O método comparativo configura-se no tipo de raciocínio pelo qual “podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais” (SCHMITT; SCHNEIDER, 1998, P. 47).

A partir da classificação de vários tipos de menções de ódio e intolerância no ciberespaço, optou-se pelo tipo político, uma vez que se trata do maior tipo identificado pelo

³⁵ Revista Comunicando, Vem e traz um problema... de investigação! Os recursos e as soluções teórico-metodológicas. Vol. 5, No 1 - 2016

“Dossiê da Intolerância: visíveis e invisíveis no mundo digital”³⁶. De acordo com o dossiê, a intolerância de maior incidência no Brasil é a política, com quase 220 mil menções.

Também justifica-se esta escolha devido ao contexto de polarização política que o país vive desde o período eleitoral de 2014. A diferença pequena entre os candidatos no resultado do pleito acirrou a polarização e aumentou a agressividade no debate e no confronto ideológico.

Não mais importante, é a revisão sistemática em base de dados, procurando estabelecer parâmetros para a pesquisa, assim como conhecendo a produção acadêmica sobre, ou próxima ao tema proposto.

4. 1 O Estado da arte sobre a intolerância política nas redes sociais digitais

A partir do acesso a bancos de dados com publicações acadêmicas, foi possível o acesso a uma série de artigos pertinentes ao tema. O levantamento bibliográfico realizado serviu de base para a revisão da literatura acerca do tema pesquisado .

Com o objetivo de familiarização com o tema, a partir dos propósitos da pesquisa, a revisão de literatura realizada requereu uma reflexão crítica sobre o tema. A partir de então, foi possível verificar as contradições entre os autores, identificando assim as abordagens de maior interesse para o estudo o que, em consequência, levou ao estabelecimento de uma abordagem teórica adequada e capaz de fundamentar o trabalho (GIL, 2007, p.13).

Ao realizar o estado da arte sobre a intolerância política nas redes sociais digitais, foi possível identificar o que já se publicou sobre o tema, norteador o andamento da presente pesquisa. A revisão também serviu para indicar as lacunas existentes, demandando o aprofundamento destas questões.

Como trata-se de tema pouco pesquisado e atual, optou-se pelo espaço de três anos na coleta dos artigos. Neste sentido, foram pesquisados artigos de 2014 a 2017. As bases de dados pesquisadas foram: **SCIELO; PERIÓDICOS CAPES; GOOGLE ACADÊMICO e MUSE.**

Desta forma, o total de resultados gerais, encontrados segue na tabela abaixo:

³⁶ http://www.conexapublica.com.br/wp-content/uploads/2016/08/dossie_intolerancia.pdf

Quadro 1 - Bases de dados consultadas e resultados identificados

BASE DE DADOS	NÚMERO DE RESULTADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	615
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	8474
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	67414
MUSE: http://muse.jhu.edu	51

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

A sistemática para a exploração dos artigos coletados foi chegar por aproximação ao tema e objeto desta pesquisa, intolerância nas redes sociais digitais. Como trata-se de tema ainda pouco explorado, optou-se por mais de um descritor com diferentes temas norteadores. Como descritores principais e aproximados com o objeto da pesquisa, optou-se por três: **CIBERATIVISMO NAS REDES SOCIAIS/CYBERACTIVISM IN THE SOCIAL NETWORKS; DISCURSO DO ÓDIO NO FACEBOOK/HATER SPEECH IN THE FACEBOOK E INTOLERÂNCIA POLÍTICA NO FACEBOOK.**

A intenção foi refinar ao máximo o levantamento bibliográfico. Neste sentido, utilizaram-se descritores gerais que foram filtrados até a aproximação com o tema proposto.

Desta forma, a partir do refinamento da pesquisa, seguem nas tabelas abaixo, os resultados do tema de forma geral, até chegar a um dos descritores apresentados.

As informações também estão organizadas da seguinte forma: o descritor pesquisado; as questões norteadoras; o período de produção; o tipo documento e a forma de busca.

Na sequência, são destacados os títulos analisados e as considerações acerca de seus conteúdos.

2.4.2 Levantamento de artigos que tratam do tema

Descritor pesquisado: Ciberativismo

Questões norteadoras: redes sociais digitais, Facebook.

Período: 2014-2017

Tipo documento: Artigos Científicos

Forma de busca: avançada

A busca geral pelo termo *ciberativismo*, em português e inglês, resultou numa grande quantidade de artigos. O quadro demonstra que há uma produção bastante ativa sobre o tema.

Quadro 2 - Busca pelo termo: **CIBERATIVISMO/CYBERACTIVISM**

BASE DE DADOS	NÚMERO DE RESULTADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	7
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	118
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	1080
MUSE: http://muse.jhu.edu	0

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

A busca pelo termo *redes sociais digitais* apresenta uma quantidade, ainda maior de produções. sobre este tema. Também um tema atual e que requer a compreensão das consequências deste novo fenômeno contemporâneo, que são as redes sociais digitais.

Quadro 3 - Busca pelos termos: **REDES SOCIAIS DIGITAIS/SOCIAL NETWORKS**

BASE DE DADOS	NÚMERO DE RESULTADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	53
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	585
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	2640
MUSE: http://muse.jhu.edu	5

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

A associação entre os temas anteriores resultou em um número bastante reduzido se comparado as buscas anteriores. Acredita-se que a partir deste refinamento o objeto desta pesquisa possa ser discutido com maior fundamentação teórica.

Quadro 4 - Busca pelos termos: **CIBERATIVISMO NAS REDES SOCIAIS/ CYBERACTIVISM IN THE SOCIAL NETWORKS**

BASE DE DADOS	TOTAL DE RESULTADOS	RESULTADOS ANALISADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	08	06
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	20	03
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	12	00
MUSE: http://muse.jhu.edu	0	0

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

A partir do refinamento desta primeira etapa da pesquisa, parte-se para a apresentação e análise dos conteúdos dos artigos coletados.

Quadro 5 - Ciberativismo nas redes sociais a partir da base de dados: Scielo

BASE DE DADOS	SCIELO	
TÍTULO	AUTORIA	ANO
A AGENDA DA MULTIDÃO E O WEBATIVISMO NA CIDADE DE SÃO PAULO	SEGURADO, Rosemary	2015
A ENCRUZILHADA ENTRE RUA E INTERNET: REDES SOCIAIS COMO FATOR DE MOBILIZAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2013	BEZERRA, Silvia Ramos	2015
CIBERATIVISMO NAS REDES SOCIAIS: COMPARTILHANDO MUDANÇAS	RESENDE, Tamires Parreira. FREITAS, Yarim Mayma Ferreira. OLIVEIRA, Pedro Pinto de.	2015

BASE DE DADOS	SCIELO	
CIBERATIVISMOS - A FORMAÇÃO DE AGENDAS DE CONTEÚDOS ALTERNATIVAS EM TERRITÓRIOS MIDIÁTICOS NÃO HEGEMÔNICOS APROPRIADOS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS	BALESTIERI, Camille Roberta	2014
FACEBOOK E CIDADANIA: A REDE COMO FERRAMENTA DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL	SILVA, Hudson Wilde da. SOUZA, Gustavo Vinícius de	2014
ENTRE O CONTROLE E O ATIVISMO HACKER: A AÇÃO POLÍTICA DOS ANONYMOUS BRASIL	MACHADO, Murilo Bansi	2015

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

Na primeira produção, intitulada **A AGENDA DA MULTIDÃO E O WEBATIVISMO NA CIDADE DE SÃO PAULO**, a cidade de São Paulo configura-se como cenário para que, a partir do Facebook fossem analisados perfis em busca de ações de cunho político e cultural como, questões étnico-raciais, de gênero, de direito à cidade, entre outras. a partir da análise de 144 perfis de paulistanos declarados, o estudo identificou que a incorporação de ferramentas digitais na ação política vêm redimensionando a arena do debate público tornando possível a inovação nas formas de participação dos atores sociais.

Bezerra (2015), no trabalho intitulado **A ENCRUZILHADA ENTRE RUA E INTERNET: REDES SOCIAIS COMO FATOR DE MOBILIZAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2013**, também aborda o ciberativismo, porém, com foco nas manifestações políticas ocorridas na Europa, Oriente Médio, EUA e Brasil, entre os anos de 2010 e 2013. Os autores refletem sobre as transformações da política na contemporaneidade, em face do transcurso da atual crise econômico-ecológica, fundamentando-se em pensadores da *teoria crítica*, como Marx, Adorno, Horkheimer, Debord, e da Nova Crítica do Valor como: Kurz, Jappe e Trenkle. Como modelo teórico o estudo adota o que denomina *paradigma do antipoder*, conceito emprestado de John Holloway, que serve para entender a *esfera pública oposicional* praticada na Internet em sua tendência a uma práxis de ação direta, aberta, livre e anticapitalista.

A utilização da internet nas manifestações citadas por Bezerra (2015) também é tratada por Resende, Freitas e Oliveira (2015) na produção seguinte, **CIBERATIVISMO NAS REDES SOCIAIS: COMPARTILHANDO MUDANÇAS**. os pesquisadores buscaram compreender a Internet como meio de comunicação nas formas das redes sociais e o

comportamento dos ativistas no cenário da web de acordo com os dois contextos distintos. Os resultados obtidos decorreram de uma análise comparativa do ativismo político nos movimentos, da Primavera Árabe de das Jornadas de Junho no Brasil, observando as formas de comunicação e a construção do discurso na aplicação dos dispositivos para a atuação dos grupos ligados aos eventos.

O tratamento acerca da migração do ativismo de movimentos sociais na internet, é tratado por Balistieri (2014) em **CIBERATIVISMOS - A FORMAÇÃO DE AGENDAS DE CONTEÚDOS ALTERNATIVAS EM TERRITÓRIOS MIDIÁTICOS NÃO HEGEMÔNICOS APROPRIADOS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS**. De acordo com a autora, o ciberativismo praticado por estes grupos configura-se a partir da “expansão de territórios midiáticos físicos e o empoderamento dos usuários no âmbito virtual” (BALISTIERI, 2014, p. 6). A partir do Facebook, possibilita-se a circulação de discursos e a formação de opinião pública alternativos aos dos meios de comunicação de massa. Na pesquisa a autora recorre ao método de estudo de caso para avaliar, se os conteúdos que circulam nas páginas dos movimentos Avaaz e All Out são ou não produzidos de forma independente das agendas das mídias tradicionais e hegemônicas.

No artigo intitulado **FACEBOOK E CIDADANIA: A REDE COMO FERRAMENTA DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL**, Silva e Souza (2014), analisam como o uso do Facebook pode influenciar na conscientização política e social dos internautas brasileiros. Parte-se da identificação de conteúdos noticiosos e informativos postados na linha do tempo de determinado usuário, e os comentários e compartilhamentos de cunho político e social.

Tendo como objeto o grupo Anônimo, a pesquisa de Machado (2015), **ENTRE O CONTROLE E O ATIVISMO HACKER: A AÇÃO POLÍTICA DOS ANONYMOUS BRASIL**, trata da ação política do grupo, apontando o “hacktivismo” como uma forma de “resistência política nas sociedades de controle” (MACHADO, 2015, p. 3). O autor persegue o objetivo estudando a “faceta brasileira e hacktivista do coletivo” (MACHADO, 2015, p. 5). Motivações, métodos e a ética da ação política do grupo são analisadas a partir da comparação entre duas operações deflagradas pelo grupo em 2012: #OpWeeksPayment e #OpGlobo. Conclui-se identificando quatro das principais formas de engajamento político do grupo, como:

“promoção do anonimato; ‘evangelização’; formação de redes distribuídas; e o fato de o coletivo exibir e possibilitar várias formas de ações políticas (MACHADO, 2015, p. 13).

Quadro 6 - Ciberativismo nas redes sociais a partir da base de dados: Capes

BASE DE DADOS		CAPES
TÍTULO	AUTORIA	
INTERNET, ELEIÇÕES E DEMOCRACIA: O USO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS POR MARCELO FREIXO NA CAMPANHA DE 2012 PARA A PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO	ITUASSU, Arthur	2014
O PRINCÍPIO DA TEORIA DA AGÊNCIA EM MOVIMENTOS CIBERATIVISTAS	STALOGH, Rubens. REIS, Clóvis	2015
REDES SOCIAIS DIGITAIS NA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA: EXERCÍCIOS DE CIDADANIA	CÔRBO, Dayo de Araújo Silva. GONÇALVES, Márcio	2015

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

Na produção **INTERNET, ELEIÇÕES E DEMOCRACIA: O USO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS POR MARCELO FREIXO NA CAMPANHA DE 2012 PARA A PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO**, ITUASSU (2014) realiza uma pesquisa de campo na Internet tendo como objeto o uso das redes sociais digitais pelo candidato Marcelo Freixo em sua campanha para a Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2012. O objetivo foi a análise dos possíveis efeitos da internet para a democracia, por meio dos seus impactos nos campos da informação política e transparência da própria campanha. O estudo configura-se em uma análise qualitativa e quantitativa do objeto. Como resultado constatou-se “um uso bastante focado no objetivo de engajar e mobilizar os cidadãos em torno da candidatura, com relativa incidência de informação sobre a campanha, mas baixo incentivo à participação, ao menos via Web, ou à deliberação sobre os problemas da cidade” (ITUASSU, 2014, P. 11).

Partindo da perspectiva de que, o processo histórico da constituição de movimentos sociais é uma forma de organização humana e de comunicação neles existentes, o artigo intitulado **O PRINCÍPIO DA TEORIA DA AGÊNCIA EM MOVIMENTOS CIBERATIVISTAS**, tem como objetivo demonstrar que “perspectivas recentes de organização humana dadas através de redes de internet, mesmo em redes sociais virtuais

(RSVs), também cabem em análises já consolidadas, como é o caso da teoria da agência descrita por Sztompka (2005)” (STALOGH e REIS, 2015). O estudo configura-se como, predominantemente teórico e de caráter qualitativo. Conclui-se que em qualquer mobilização social existe uma essência comum que está por trás de sua organização, qual seja, o agente humano que, por sua vez, unido a outros agentes, pode promover a busca por mudanças sociais.

Em **REDES SOCIAIS DIGITAIS NA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA: EXERCÍCIOS DE CIDADANIA**, são analisadas as recentes manifestações ocorridas no Brasil nas Jornadas de Junho de 2013. O objetivo foi verificar a potencialidade do uso político da linguagem no âmbito das redes sociais na internet à luz do conceito de esfera pública política. A investigação incidiu sobre as redes sociais como espaços públicos de ação, propícios à construção de uma solidariedade entre cidadãos visando o conciliamento de ideias. O trabalho se fundamenta no conceito de esfera pública, de Jürgen Habermas estendendo a reflexão para o ambiente digital com a abordagem de Yochai Benkler, de esfera pública interconectada, adequada, de acordo com o autor, para “interpretar o uso das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano dos atores sociais a partir da liberação do pólo de emissão de conteúdo” (CÔRBO e GONÇALVES, 2015, p. 14).

Descritor pesquisado: Discurso do ódio

Questões norteadoras: Facebook.

Período: 2014-2017

Tipo documento: Artigos Científicos

Forma de busca: avançada

A busca pelo termo *discurso do ódio* apresenta uma quantidade, ainda maior de produções sobre este tema. Também um tema atual e que requer a compreensão das consequências deste fenômeno histórico, agora amplificado nas redes sociais digitais.

Quadro 7 - Busca pelos termos: **DISCURSO DO ÓDIO/HATER SPEECH**

BASE DE DADOS	NÚMERO DE RESULTADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	22
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	506
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	15.100
MUSE: http://muse.jhu.edu	2

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

A associação entre os temas anteriores resultou em um número bastante reduzido se comparado as buscas anteriores. Acredita-se que a partir deste refinamento, como no item anterior, o objeto desta pesquisa possa ser discutido com maior fundamentação teórica.

Quadro 8 - Busca pelos termos: DISCURSO DO ÓDIO/HATER SPEECH; DISCURSO DO ÓDIO NO FACEBOOK/HATER SPEECH IN THE FACEBOOK

BASE DE DADOS	TOTAL DE RESULTADOS	RESULTADOS ANALISADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	08	03
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	09	03
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	06	01
MUSE: http://muse.jhu.edu	0	0

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

A partir do refinamento desta segunda etapa da pesquisa, parte-se para a apresentação e análise dos conteúdos dos artigos coletados.

Quadro 9 - Resultado dos termos Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Scielo

BASE DE DADOS	SCIELO
TÍTULO	AUTORIA
<i>PRODUCT OF THE ENVIRONMENT EFEITOS DE INTERAÇÃO ENTRE PREDITORES CONTEXTUAIS E INDIVIDUAIS DE INTOLERÂNCIA SOCIAL NA EUROPA</i>	CANDEIAS, Pedro 2016

BASE DE DADOS		SCIELO
TÍTULO	AUTORIA	
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E EXPRESSÕES DE ÓDIO	SILVA, Júlio César Casarin Barroso	2014
UMA QUESTÃO DE GÊNERO: OFENSAS DE LEITORES À DILMA ROUSSEFF NO FACEBOOK DA FOLHA	STOCKER, Pâmela Caroline, DALMASO, Silvana Copetti	2016

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

O artigo **PRODUCT OF THE ENVIRONMENT EFEITOS DE INTERAÇÃO ENTRE PREDITORES CONTEXTUAIS E INDIVIDUAIS DE INTOLERÂNCIA SOCIAL NA EUROPA** analisa indicadores de intolerância social na Europa. Justifica-se o trabalho pelo baixo número de produções acadêmicas que estudam a intolerância social numa análise multinível, que testa efeitos de moderação. Com o objetivo de testar estes efeitos entre preditores individuais e contextuais num modelo de regressão para indicadores de intolerância social, foi possível confirmar a efetividade de dois efeitos de moderação, “(i) entre o sentimento de ameaça e a dimensão do *habitat* e (ii) entre a longevidade e o suporte à democracia” (CANDEIAS, 2016).

Silva (2014) estabelece como corpus empírico da produção **LIBERDADE DE EXPRESSÃO E EXPRESSÕES DE ÓDIO**, decisões da Suprema Corte dos EUA acerca da liberdade de expressão. A ideia principal é buscar elementos para compreender como tratar da expressões de ódio em um Estado democrático. Neste sentido, propõe-se parâmetros normativos para a regulação deste gênero de discurso configuradas em expressões de ódio, ou intolerância de qualquer tipo.

Na linha da discussão de gênero, a proposta do artigo, **UMA QUESTÃO DE GÊNERO: OFENSAS DE LEITORES À DILMA ROUSSEFF NO FACEBOOK DA FOLHA**, foi mapear os comentários ofensivos de leitores direcionados à presidente Dilma Rousseff, analisando os sentidos relacionados ao preconceito de gênero em duas publicações da página do jornal Folha de S. Paulo, no Facebook. Como amostra foram destacados 1158 comentários de leitores da Folha de São Paulo, em reportagem sobre a primeira declaração oficial após os protestos pró-impeachment do dia 15 de março de 2016. A partir da Análise do

Discurso e fundamentando-se nos estudos feministas pós-estruturalistas, foi verificado que 56% dos comentários constituem-se de ofensas com preconceito de gênero.

Quadro 10 - Resultado dos termos Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Capes

BASE DE DADOS		PERIÓDICOS CAPES	
TÍTULO		AUTORIA	
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DO ÓDIO: O CONFLITO DISCURSIVO NAS REDES SOCIAIS		STROPPA, Tatiana. ROTHENBURG, Walter Claudius	2015
TOLERÂNCIA E DEMOCRACIA HOJE: O DISCURSO DE DEPUTADOS EM DEFESA DA POSIÇÃO CONSERVADORA		ANTUNES, Deborah Christina	2016
UNA APROXIMACIÓN AL CONCEPTO DE DISCURSO DEL ODIO		SOTO, José Manuel Dias.	2014

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

O artigo **LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DO ÓDIO: O CONFLITO DISCURSIVO NAS REDES SOCIAIS** discutiu os limites necessários para enfrentar o discurso do ódio intensificado pela utilização da internet e das redes sociais “que reduzem, por um lado, a interação social direta entre os atores que passam a ser produtores de mensagens e não apenas receptores, e por outro, potencializam o anonimato e permitem a publicação instantânea de conteúdos” (STROPPA e ROTHENBURG, 2015, p. 3). Para o alcance do objetivo traçado, foi empregada uma pesquisa bibliográfica, complementada com dados jurisprudenciais brasileiros. As conclusões apontam que as restrições, que devem ser preservadas para casos extremos, deverão ocorrer pela ponderação dos interesses em jogo e em conformidade com uma metódica de proporcionalidade, evitando assim, decisões desproporcionais que interditem o debate público. Ao final apresentam-se parâmetros objetivos que devam ser seguidos pelo julgador que estiver diante de litígios envolvendo o tipo de conflito estudado.

Em **TOLERÂNCIA E DEMOCRACIA HOJE: O DISCURSO DE DEPUTADOS EM DEFESA DA POSIÇÃO CONSERVADORA**, Antunes (2016) analisa o discurso da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, quando da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que visava alterar o Código de Ética do

Psicólogo nos parágrafos que restringem qualquer correlação entre homossexualidade e distúrbios. Para a pesquisa foram utilizados os estudos da Escola de Frankfurt sobre os discursos de agitadores fascistas, o preconceito e a personalidade autoritária. Com base em Marcuse, questiona-se a tolerância repressiva e a democracia formal totalitária, possibilitando a compreensão da relação entre clima cultural e semi formação. Por final, discute-se o preconceito como sintoma não exclusivo de conservadores, mas como forma de existência na atualidade, o que indica a necessidade de promover a educação histórica e política para o desenvolvimento da consciência e combate a este problema da atualidade.

Soto (2014) analisa em **UNA APROXIMACIÓN AL CONCEPTO DE DISCURSO DEL ODIO** os instrumentos internacionais mais importantes que se ocupam da definição e limites do discurso do ódio. Constata-se a falta de clareza na aplicação de sanções por parte dos tribunais às diferentes manifestações que atentam contra grupos minoritários. O trabalho se debruça em exemplos de casos semelhantes apreciados pela Suprema Corte dos Estados Unidos, “la cual utiliza el criterio de la violencia inminente o estándar Brandenburg para valorar la ilicitud de un determinado comportamiento, frente a la jurisprudencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos que opta por un espectro más amplio al prohibir el discurso del odio” (SOTO, 2014, p. 12).

Quadro 11 - Resultado dos termos Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Google Acadêmico

BASE DE DADOS		GOOGLE ACADÊMICO
TÍTULO	AUTORIA	
AS TRINCHEIRAS DA FALA: DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK	ALVES, Carlos Jordan Lapa. PAULO, Tatiana Vantilio.	2017

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Partindo do fato do Facebook ser a maior rede social digital da atualidade, **AS TRINCHEIRAS DA FALA: DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK** analisa as publicações da página “Orgulho de Ser Hetero”. O objetivo reside na demonstração de como, a partir da facilidade de divulgação de conteúdos forjados através de um discurso do ódio nesses meios, se reafirma e impõe o padrão social da heteronormatividade que relega às margens da sociedade, os papéis que definem homossexuais e mulheres. O estudo conclui que

a propagação desses discursos ultrapassa os limites do ciberespaço, se materializando em agressões físicas e/ou simbólicas.

Descritor pesquisado: Intolerância

Questões norteadoras: Política, Facebook.

Período: 2014-2017

Tipo documento: Artigos Científicos

Forma de busca: avançada

A busca pelo termo *intolerância* apresenta uma quantidade, enorme de produções sobre este tema, haja vista que a palavra pode levar à vários usos, inclusive para a área da saúde.

Quadro 12 - Busca pelo termo: INTOLERÂNCIA

BASE DE DADOS	NÚMERO DE RESULTADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	187
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	1378
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	14700
MUSE: http://muse.jhu.edu	0

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

INTOLERÂNCIA

Dependendo do banco de buscas a associação entre intolerância e política varia, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 13 - Busca pelos termos: INTOLERÂNCIA POLÍTICA

BASE DE DADOS	NÚMERO DE RESULTADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	0
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	302
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	15200
MUSE: http://muse.jhu.edu	39

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

A associação entre os temas anteriores resultou em um número bastante reduzido se comparado as buscas anteriores. Acredita-se que a partir deste refinamento o objeto desta pesquisa possa ser discutido com maior fundamentação teórica.

Quadro 14 - Busca pelos termos: INTOLERÂNCIA POLÍTICA NO FACEBOOK

BASE DE DADOS	TOTAL DE RESULTADOS	RESULTADOS ANALISADOS
SCIELO: http://www.scielo.org/php/index.php	0	0
PERIÓDICOS CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br	10	00
GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br	2030	14
MUSE: http://muse.jhu.edu	05	1

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

A partir do refinamento desta terceira etapa da pesquisa, parte-se para a apresentação e análise dos conteúdos dos artigos coletados.

Quadro 15 - Resultado dos termos Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Google Acadêmico

BASE DE DADOS		GOOGLE ACADÊMICO	
TÍTULO	AUTORIA	ANO	
A OPINIÃO NAS REDES SOCIAIS: A PROBLEMÁTICA DA INTOLERÂNCIA E A CATARSE NO FACEBOOK	MARTINUZZO, José Antonio	2015	
LIBERDADE E INTOLERÂNCIA NAS REDES SOCIAIS	CARDOZO, Missila Loures	2016	
FACEBOOK: UMA MESA DE DEBATES OU UMA ARENA POLÍTICA DIGITAL?	SILVA, Denise Barros da	2016	
O ÓDIO, O MAL RADICAL E A MÍDIA: O AZUL, O VERMELHO E A INTOLERÂNCIA CONSTANTE NAS REDES SOCIAIS	DUGNANI, Patricio	2016	
A REDE DE OPOSIÇÃO RADICAL NO FACEBOOK	SANTOS JR. Marcelo Alves dos	2014	
O DISCURSO INTOLERANTE NA INTERNET: ENUNCIÇÃO E INTERAÇÃO	BARROS, Diana Luz Pessoa de	2014	
ENTRE INSULTOS E FALSAS HARMONIAS: A CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE AGRESSIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL NA CAMPANHA DE 2014	CHIARI, Geovana	2014	
MÚSICA, NEOFASCISMOS E A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA DO HATE ROCK NO BRASIL	OLIVEIRA, Pedro Carvalho	2014	
O FENÔMENO SHITSTORM: INTERNET, INTOLERÂNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	PEREIRA, Luiz Ismael	2017	
PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO HUMANIZA REDES NO FACEBOOK: COMBATENDO O DISCURSO DE ÓDIO EM REDES SOCIAIS	COHEN, Leandra	2015	
A REAPROPRIAÇÃO DO SENSACIONALISMO E O DISCURSO DO ÓDIO NA FANPAGE “PLANTÃO POLICIAL” NO FACEBOOK	MOREIRA, Fabio Leon	2014	

BASE DE DADOS		GOOGLE ACADÊMICO
TÍTULO	AUTORIA	ANO
BOLSONARO ZUERO 3.0: UM ESTUDO SOBRE AS NOVAS ARTICULAÇÕES DO DISCURSO DA DIREITA BRASILEIRA ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS	RIBEIRO, Luís Guilherme Marques	2016
DISCURSO DO ÓDIO NOS BLOGS DE OPINIÃO	SARAIVA, Ana Paula Viana. JAVORSKI, Elaine	2016
A CULPA É DO NORDESTE? AS ELEIÇÕES DE 2014 E A REPERCUSSÃO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS NAS REDES SOCIAIS	HOLANDA, André Fabrício da Cunha	2016

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

O artigo **A OPINIÃO NAS REDES SOCIAIS: A PROBLEMÁTICA DA INTOLERÂNCIA E A CATARSE NO FACEBOOK**, apresenta o cenário da polarização e os dispositivos que facilitaram esse processo entre direita e esquerda. Foca na formação de uma ideologia radicalizada da direita, “derivada da incapacidade de compreensão e aceitação do outro” (MARTINUZZO, 2015). Radicalização esta, intensificada na sociedade contemporânea da informação pela Internet. Espaço no qual o Facebook constitui um forte dispositivo viabilizador da radicalização ideológica, por conta de sua capacidade de criar ambientes de homofilia e relativa liberdade de expressão.

Em **LIBERDADE E INTOLERÂNCIA NAS REDES SOCIAIS** Cardozo (2016) problematiza-se a questão da intolerância no Facebook. O artigo decorre dos resultados de uma pesquisa ampliada acerca da interface entre as redes sociais e o regime de opinião atual. Para isto foi aplicado um questionário com os usuários da rede social digital em questão. Ao final verificou-se a “ocorrência de influxos na formação e circulação do pensamento cotidiano, que também implica comportamento, orientado, muitas vezes, por movimentos de catarse” (CARDOZO, 2016). Na interpretação dos dados retomou-se o conceito de catarse em Aristóteles numa releitura que inclui a liberação emocional não apenas dramática, mas configurada em uma “política dos afetos”.

Na mesma linha o artigo **LIBERDADE E INTOLERÂNCIA NAS REDES SOCIAIS FACEBOOK: UMA MESA DE DEBATES OU UMA ARENA POLÍTICA DIGITAL?**, discute como as “Redes Sociais, que permitem a livre expressão de sentimentos,

pensamentos e posições, pode tornar-se ao mesmo tempo alvo da intolerância, discriminação, da ofensa e do abuso na tratativa com pessoas conhecidas ou desconhecidas” (SILVA, 2016). Trata-se de uma pesquisa exploratória sobre a intolerância nas Redes Sociais, mais especificamente no Facebook, Twitter e Instagram. Como procedimento preliminar foi realizada pesquisa documental sobre virtualidade, redes sociais, intolerância, além de um breve questionário aplicado online com 475 respondentes.

Como principal resultado, segundo Silva (2016), constatou-se “que a utilização das redes sociais traz, muitas vezes, a sensação de poder expressar o que se pensa, porém, sem a responsabilidade das consequências que determinado posicionamento pode trazer”.

No artigo **O ÓDIO, O MAL RADICAL E A MÍDIA: O AZUL, O VERMELHO E A INTOLERÂNCIA CONSTANTE NAS REDES SOCIAIS** (DUGNANI, 2016), são averiguadas as expressões de ódio crescente, através do uso dos meios digitais, principalmente pelas redes sociais digitais. O estudo foi focado no discurso do ódio e intolerância crescente, no Facebook, a partir das eleições presidenciais de 2014. Como base teórica o estudo utiliza as questões do poder, do totalitarismo, do esquecimento, e do mal radical de Hannah Arendt, além do conceito de naturalização da ideologia, de Roland Barthes.

Santos Júnior (2014) realiza um conjunto de ações, mapeando, cartografando e analisando a Rede de Oposição Radical (ROR) no Facebook. No artigo intitulado **A REDE DE OPOSIÇÃO RADICAL NO FACEBOOK**, o autor procura compreender a formação de grupos de mídia social opositores ao governo do Partido dos Trabalhadores e a constituição da blogosfera progressista. Tendo como espaço de observação a comunidade ROR, o estudo foca os conteúdos gerados pelos usuários da página. Nestas observou-se um comportamento que se assemelha à cultura fã. Como resultado constatou-se que o canal promove “o engajamento afetivo dos seguidores por meio da retórica da intransigência e da intolerância dirigidas aos agentes petistas, como um comportamento *hater* político”(SANTOS Jr. 2014).

Numa linha próxima, também focado na Rede de Oposição Radical (ROR) , o estudo de caráter exploratório, **ENTRE INSULTOS E FALSAS HARMONIAS: A CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE AGRESSIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL NA CAMPANHA DE 2014** de Chiari (2014), aborda o surgimento desta rede, que aciona “a retórica antipetista e antiesquerdista no Facebook” (CHIARI, 2014). Neste estudo foram investigadas e analisadas as relações entre um conjunto de páginas, não oficiais,

como um movimento ideológico reacionário neoconservador. Para isto recorreu-se a mineração de dados e de análise de sites de redes sociais. O mapeamento indicou “a articulação difusa de canais antipetistas em seis subgrupos: militarista, fontes de informação, anticorrupção, anticomunismo, direitista e humorista. A divisão representa as disputas simbólicas de um discurso neoconservador que relembra traços ideológicos integralistas, nacionalistas e anticomunistas, mas que se reconfigura na contemporaneidade pela contraposição à alteridade política identificada como petista, esquerdista e bolivariana” (CHIARI, 2014).

O artigo **O DISCURSO INTOLERANTE NA INTERNET: ENUNCIÇÃO E INTERAÇÃO** (BARROS, 2014), introduz inicialmente as três características principais dos discursos intolerantes, como: do ponto de vista narrativo, são discursos de sanção aos sujeitos considerados como maus cumpridores de certos contratos sociais; Também são discursos passionais, nos quais prevalecem as paixões do ódio e do medo em relação ao “diferente” e por final são discursos nos quais se desenvolvem temas e figuras a partir da oposição semântica fundamental entre a identidade e a diferença. Com base nestes critérios, o objetivo foi “apontar, a partir dos traços gerais dos discursos preconceituosos e intolerantes, algumas particularidades desses discursos na internet, principalmente em relação a três características principais: a definição desses discursos quanto às modalidades falada e escrita, e a seus efeitos de sentido na interação entre os sujeitos envolvidos na comunicação; a organização enunciativa dos discursos na internet, sobretudo nas redes sociais; os percursos temáticos e figurativos neles construídos” (BARROS, 2014, p. 02). Por final abre-se as possibilidades para pesquisa acerca da autoria, da liberdade de pensamento e de expressão.

Com o intuito de analisar a presença dos fascismos no Brasil no período entre os anos de 1990 e 2010, o artigo intitulado **MÚSICA, NEOFASCISMOS E A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA DO HATE ROCK NO BRASIL**, observou como neste período de 20 anos, “alguns discursos representativos dos fascismos atuais se adaptaram ao cenário brasileiro e suas transformações.” (OLIVEIRA, 2014). Como objeto de análise foi selecionado o Hate Rock , haja vista, tratar-se de um gênero musical que difunde discursos fascistas na atualidade, constituindo-se em um mecanismo de ação política entre os movimentos adeptos destas ideologias. A técnica para a pesquisa incluiu a leitura e análise das letras de quatro diferentes bandas: “Brigada NS” (São

Paulo) e “Defesa Armada” (São Paulo), “Comando Blindado” (Rio Grande do Sul) e “Bandeira de Combate” (Bahia).

Também com foco no fascismo, o estudo intitulado **O FENÔMENO SHITSTORM: INTERNET, INTOLERÂNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS (PEREIRA, 2017)** examina a ação e o discurso intolerante como expressão do fascismo potencial, em específico no fenômeno digital denominado *shitstorm*. São diversas as formas como o autoritarismo e o fascismo potencial se apresentam. Como característica comum, a ação antidemocrática de ataques de preconceito e discriminação contra grupos historicamente desprotegidos. De acordo com Pereira (2017), “o papel da tolerância, de forma contrária, tende a proteger o diferente, o outro, para produzir justiça social” e desta forma justifica-se a compreensão e as implicações do fenômeno *shtistorm*, principalmente por conta das dificuldades jurídicas e institucionais para sua contenção.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO HUMANIZA REDES NO FACEBOOK: COMBATENDO O DISCURSO DE ÓDIO EM REDES SOCIAIS apresenta como tema “a construção da cidadania e conscientização da população a respeito dos Direitos Humanos no combate aos discursos de ódio em meio digital” (COHEN, 2016, p. 03). Para isto realizou-se um estudo qualitativo acerca das práticas informacionais do Humaniza Redes no Facebook no período de 14 de abril a 15 de julho de 2015. “O Humaniza Redes é um projeto do Governo Federal que visa garantir mais segurança na rede e enfrentar as violações aos Direitos Humanos que acontecem online por meio de três eixos de atuação: denúncia, prevenção e segurança” (COHEN, 2016, p. 05). Com o objetivo central de analisar as práticas de enfrentamento às ações discriminatórias nas redes sociais digitais, este estudo concluiu que o Humaniza Redes, ao disseminar informações sobre Direitos Humanos, combate a naturalização dos discursos de ódio contra distintos grupos sociais e auxilia no fortalecimento da democracia e cidadania, no respeito às diferenças e seu reconhecimento em ambiente virtual e não virtual (COHEN, 2016, p. 08).

Em **A REAPROPRIAÇÃO DO SENSACIONALISMO E O DISCURSO DO ÓDIO NA FANPAGE “PLANTÃO POLICIAL” NO FACEBOOK** Problematisa-se a estrutura narrativa que corporifica a produção noticiosa da página Plantão Policial, no Facebook. Aproximações teóricas referentes aos estudos sobre tabloidização e jornalismo

popular, fundamentaram o estudo. A pesquisa também abordou aspectos relacionados à recepção da audiência na construção de discursos de ódio e suas tipologias discursivas.

O título **BOLSONARO ZUERO 3.0: UM ESTUDO SOBRE AS NOVAS ARTICULAÇÕES DO DISCURSO DA DIREITA BRASILEIRA ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS** apresenta um estudo de caso da página do Facebook Bolsonaro Zuero 3.0, dedicada ao Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro (PP - RJ). Para isto, apresenta-se o fenômeno da "nova direita" política no Brasil (RIBEIRO, 2016, p. 03) visando o entendimento do papel das redes sociais digitais na dinâmica da opinião pública.

Com o objetivo de analisar a posição política da página e o caráter transmidiático do seu conteúdo, foi proposto uma categorização das tendências ideológicas manifestadas e das diversas mídias de origem. De acordo com os resultados, agrupando conteúdos dispersos por meio de fotomontagens e compartilhamentos, “a página colabora com a construção da imagem de Jair Bolsonaro como representante da extrema direita no Brasil, criando um canal para que partidários dessa posição política se expressem *online*” (RIBEIRO, 2016, p. 11).

No artigo intitulado **DISCURSO DO ÓDIO NOS BLOGS DE OPINIÃO**, buscou-se observar de que forma se dá a interação nas redes sociais entre pessoas públicas e o público seguidor. Neste sentido foi analisado o caso específico do jornalista Leonardo Sakamoto que compartilha, via redes sociais, artigos de opinião em seu blog homônimo. Como metodologia foi utilizada a análise de conteúdo, com base qualitativa e que resultou na classificação dos comentários em duas categorias: “os que debatem o assunto pautado e os de âmbito pessoal, que focam na figura do jornalista. Este último, divide-se em comentários negativos (com agressões) ou positivos (com elogios)” (SARAIVA, 2016, p. 09).

Os comentários também foram analisados a partir da utilização de intervenções visuais como emoticons, fotos, memes e gifs., observou-se a qualidade dos comentários desenvolvidos pelos internautas e se, de fato, o blog deixou de ser um lugar para o debate de ideias.

A CULPA É DO NORDESTE? AS ELEIÇÕES DE 2014 E A REPERCUSSÃO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS NAS REDES SOCIAIS, constitui-se em artigo que empreende análise sobre o discurso xenofóbico acerca dos nordestinos após a divulgação do resultado do pleito de 2014. Através de um monitoramento de conteúdo das

redes sociais durante este período, objetivou-se mostrar como o preconceito ganhou repercussão nas matérias jornalísticas e em redes sociais após o resultado das eleições.

Quadro 16 - Resultado dos termos Discurso do ódio no Facebook a partir da base de dados: Muse

BASE DE DADOS		MUSE
TÍTULO	AUTORIA	ANO
HATE SPEECH AND DOUBLE STANDARDS	KECK, Thomas M.	2017

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

No artigo **HATE SPEECH AND DOUBLE STANDARDS (KECK, 2017)**, o autor foca a proibição da expressão pública do discurso odioso dirigido a minorias raciais e religiosas (e em número crescente também contra a homoafetividade) elaboradas na Europa. De acordo com Beck (2017, p. 10), “essas leis foram submetidas a uma ampla gama de investigação legal, filosófica e empírica”, no entanto, ficaram fora das discussões, questões a que o artigo se propõe como: “as proibições estatutárias sobre o discurso do ódio deixam as sociedades democratas com a escolha de Hobson. Ou seja, “se essas sociedades proibirem as incitações de alguns grupos vulneráveis, inevitavelmente enfrentarão demandas paralelas de proteção de outros grupos desse tipo. Se eles aderirem a essas demandas, eles importam um vício cada vez mais apertado sobre valores de expressão livre incontornáveis; se não o fizerem, enviarão sinais claros de cidadania desigual aos grupos excluídos da proteção das leis” (KECK, 2017). Por final este artigo explora uma série de respostas legais européias contemporâneas ao discurso homofóbico e islamofóbico.

4.2 - Tipo de pesquisa em relação aos objetivos

Com relação aos fins, esta pesquisa se propõe exploratória e descritiva. A primeira, tem como objetivo investigar as implicações do ciberespaço, mais especificamente das redes sociais digitais, na evolução da cultura do ódio-intolerância no Brasil de 2016. Desta forma, pretende-se auxiliar na formulação de hipóteses mais precisas para estudos posteriores. Também procura “relacionar variáveis de determinado fenômeno social” (GIL,

2007, p. 31), neste caso a relação entre comentários intolerantes e posicionamento político-partidário.

4.2.1 - Procedimentos para a coleta de dados

A pesquisa documental é o principal procedimento utilizado. São utilizadas cópias das fanpages investigadas e dos comentários que fazem parte da amostra desta pesquisa, tratando-se assim de análise sobre “veículo de comunicação” (RAUEN, 2015, p. 195) escrito e visual na forma de documentos pessoais.

Bibliográfica por explorar literatura especializada, assim como artigos científicos e jornalísticos escritos nos último dois anos.

4.2.2 - Amostra

O universo da pesquisa foi composto da seguinte forma:

- As Fanpages³⁷ dos portais de notícias, G1- 1³⁸, UOL Notícias³⁹ e Terra Notícias⁴⁰, a partir do item “Publicações” do menu. A escolha destes deriva do fato de serem os três maiores ou com maior número de seguidores em 2015⁴¹.
- A partir do ranking fornecido pelo Trend Top 10, que destaca os 10 políticos brasileiros com o maior número de seguidores e curtidas no Facebook em 2016, foram selecionados os políticos bem mais colocados de cada parte do espectro ideológico, ou seja dois progressistas, dois centristas e dois conservadores. O primeiro no ranking geral é de Aécio Neves - Senador (PSDB-MG) - com 4,422⁴², identificado, para efeito desta pesquisa, com o centro. O segundo e o terceiro do ranking geral são 2º – Marco Feliciano – Deputado

³⁷ **Fanpage** ou Página de fãs é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus clientes no Facebook.

³⁸ https://www.facebook.com/pg/g1/posts/?ref=page_internal

³⁹ https://www.facebook.com/pg/UOLNoticias/posts/?ref=page_internal

⁴⁰ https://www.facebook.com/pg/TerraBrasil/posts/?ref=page_internal

⁴¹ <http://baianolandia.blog.br/top-10-maiores-sites-de-noticias-do-brasil-2016/>

⁴² <https://www.facebook.com/AecioNevesOficial>

federal (PSC-SP) – 3,479⁴³, 3º – Jair Bolsonaro – Deputado federal (PSC-RJ) – 2,784⁴⁴), representando o espectro de Direita. No 4º lugar geral apresenta-se Dilma Rousseff – Ex-Presidente (PT) – 2,746⁴⁵, identificada com o espectro de Esquerda. Em 5º – Marina Silva – Presidenciável e ex-ministra (Rede) – 2,447⁴⁶, compondo assim o quadro referente ao centrismo. Por último e em 7º – Luiz Inácio Lula da Silva – Ex-presidente (PT) – 2,235⁴⁷, completando o espectro de representantes progressistas.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram formulários para registro de comentários (Apêndice A).

A coleta de dados foi realizada a partir da seleção de reportagens nas três fanpages de portais de notícias elencadas anteriormente. A partir da ferramenta de busca destas fanpages foram procuradas reportagens do ano de 2016 que tratassem de um tema constante no debate político atual: “ditadura”. Destas reportagens pesquisadas foram selecionados em cada uma das fanpages as com o maior número de comentários. Destas, foram coletados 10% do total de comentários (e o total de curtidas nos comentários selecionados). O mesmo procedimento foi adotado em relação às fanpages dos seis políticos selecionados.

Como um padrão na polaridade política que o país vive, todas as três reportagens com maior número de comentários, e portanto selecionadas na amostra, referem-se a declaração do deputado, Jair Bolsonaro, eleito pelo PSC, exaltando a memória do Coronel Brilhante Ustra, conhecido por comandar a tortura durante o regime militar inaugurado em 1964.

4.2.3 - Instrumentos de Pesquisa

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram formulários para registro de comentários (Apêndice A).

A coleta de dados foi realizada a partir da seleção de reportagens as três

⁴³ <https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/>

⁴⁴ <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro>

⁴⁵ <https://www.facebook.com/DilmaRousseff/?rf=113509795329407>

⁴⁶ <https://www.facebook.com/marinasilva.oficial>

⁴⁷ <https://www.facebook.com/Lula>

fanpages de portais de notícias elencados anteriormente. A partir da ferramenta de busca destas fanpages foram procuradas reportagens do ano de 2016 que tratassem de dois temas específicos relacionados ao debate político atual: “bolsa família” e “ditadura”. Destas reportagens pesquisadas foram selecionados em cada uma das fanpages as com o maior número de comentários. Destas, foram coletados 10% do total de comentários (e o total de curtidas nos comentários selecionados).

4.2.4 - Operacionalização da Pesquisa

Foram utilizados indicadores dos seguintes documentos:

- “Dossiê da Intolerância: visíveis e invisíveis no mundo digital” (Idem).
- SAFERNET - Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos⁴⁸
- HUMANIZAREDES⁴⁹
- DAPP⁵⁰

Diretoria de Acompanhamento de Políticas Públicas que monitora em tempo real as principais redes sociais digitais utilizadas no país e no mundo.

4.2.5 - Procedimentos para análise dos dados

O tratamento dos dados ocorreu da seguinte forma:

Após a seleção das reportagens, num total de seis, foram analisados 10% dos comentários registrados num universo de 4280. Deste total, foram observados 428 sobre o tema “ditadura”. Deste montante, foram selecionados 242 comentários odiosos, ou seja, 57% do total geral. Na análise, para efeito de classificação, levou-se em conta a forma como os comentários referiam-se à reportagem selecionada. Desta forma, estabeleceram-se critérios como: menção positiva e/ou menção negativa e a partir desta - intolerância visível; intolerância invisível e tolerância. Como menção positiva entende-se todo comentário de crítica à ditadura. Na sequência, os comentários foram classificados em uma tabela (Apêndice xx), de acordo com o seu teor em relação ao tema da reportagem. Outros indicadores também

⁴⁸ <http://new.safernet.org.br/denuncie/>

⁴⁹ <http://www.humanizaredes.gov.br/>

⁵⁰ <http://dapp.fgv.br>

foram registrados e tratados para comparação. São eles: sexo, atividade profissional, região e nível de escolaridade.

A partir desta classificação, foram destacados os comentários classificados como intolerantes e identificada a conta do autor de cada comentário. Em seguida, foi analisada na conta de cada comentarista selecionado os grupos de Facebook que são seguidos. Por final, registrou-se quando um dos políticos selecionados fizesse parte da lista de comunidades ou grupos seguidos.

Outra estratégia fundamental, haja vista a amplitude de abordagens da AD, é a criação de **categorias de análise**. São dois os caminhos para sua elaboração: a) categorias criadas *a priori* (são pré-determinadas em função da busca de uma única resposta específica) e b) categorias não definidas *a priori* (emergem da “fala” do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria) (FRANCO, 2007).

Este processo inicia-se, de acordo com Franco (2007, p. 123):

pela descrição do significado (O significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu *corpus* de significação.) e do sentido (Implica a atribuição de um significado social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas) atribuído por parte dos respondentes, salientando-se todas as nuances observadas.

Numa segunda etapa da análise, parte-se para a classificação das convergências e respectivas divergências observadas nas respostas dos entrevistados e nos dados dos questionários. Neste sentido, as categorias vão sendo criadas à medida que surgem nas respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias, ou seja, o conteúdo que emerge do discurso é interpretado com algum tipo de teoria, sendo que na sequência o pesquisador deva fazer inferências a partir das diferentes respostas como diferentes concepções de mundo, de sociedade, de ética e cidadania.

A análise dos dados e os resultados, seguem no capítulo seguinte.

5 A CIBERCULTURA DA INTOLERÂNCIA POLÍTICA

5.1 - A ditadura de 1964 e O revisionismo histórico

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu dividido entre duas das potências vencedoras, com modos de produção distintos. De um lado os EUA capitalista e de outro a extinta URSS, que promovia o modo de produção socialista. Iniciava-se neste período o que ficou conhecido como Guerra Fria. O conflito foi marcado pelo embate psicológico decorrente da polarização capitalismo x socialismo. Psicológico, pois apesar do aumento significativo do poder bélico nuclear, pelos dois países, jamais houve o confronto nuclear de fato, mas uma série de conflitos armados localizados, como Irã x Iraque, Afeganistão x Paquistão, entre outros.

Um das decorrências da polarização Socialismo x Capitalismo, para o Brasil foi o Golpe de Estado de 1964. Não que o Brasil fosse um país jamais acometido pela subversão de sua ordem institucional, pois sua história está repleta de quebras institucionais (FERNANDES, 2017, s/p). Da Proclamação da República, que em 1889 pôs fim ao regime monárquico brasileiro, até a atualidade foram pelo menos 7 as ocasiões em que houve ruptura institucional, ou seja, um golpe de Estado. A sétima, o golpe de 1964 (FERNANDES, 2017, s/p).

De uma forma geral o Golpe de 1964, consistiu num regime civil-militar que perdurou no país durante 21 anos. Ele foi gestado pela associação entre civis e militares com apoio dos EUA (NAPOLITANO, 2014, p. 07). Sobre este apoio, Gaspari (2002, p. 124) afirma que,

no dia 7 de outubro de 1963, 46 dias antes de ser assassinado, John Kennedy presidiu uma longa reunião na Casa Branca e nela, em poucos segundos, fez a pergunta essencial a Lincoln Gordon, seu embaixador no Brasil: “Você vê a situação indo para onde deveria, acha aconselhável que façamos uma intervenção militar?”

No dia 31 de março de 1964, uma sublevação militar, apoiada por setores civis, derrubou o governo de Jango Goulart. Findou-se assim, o breve período de regime democrático e constitucional, que paradoxalmente decorreu também de um golpe militar, no Estado Novo de Getulio Vargas.

A grande justificativa para o golpe de 1964, sustentada tanto pelos militares quanto pelos setores da sociedade civil que o apoiaram, foi o receio de uma revolução

comunista e consequentemente o alinhamento ao bloco russo. Junto a isto, somava-se o desprezo à participação política das massas.

O que unificava os grupos militares eram o anticomunismo e a rejeição à política de massas, ou seja, a incorporação das massas no jogo político e eleitoral. Estes dois princípios conviviam com a obsessão pelo desenvolvimento industrial e superação do subdesenvolvimento de forma associada ao capital multinacional, criando um ambiente de “segurança e desenvolvimento” (NAPOLITANO, 2014, p. 210).

Durante os 21 anos da ditadura militar de 1964, foram cinco os presidentes militares. Todos na sequência, os generais: Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. De acordo com Elio Gaspari o golpe também promoveu episódios de “golpe dentro do golpe” (GASPARI, 2002, p. 37).

Após a ascensão ao poder do general Costa e Silva, a promessa de contexto de breve transição promovida pelos militares, foi substituída pelo acirramento do autoritarismo e o domínio da ala mais radical das forças armadas. Desta forma:

Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e extermínio, o último recurso da repressão política que o AI-5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo (GASPARI, 2002, p. 18).

O período posterior ao decreto do Ato Institucional 5 (AI5), inaugurou, de acordo com Gaspari, a fase mais violenta do regime. A repressão intensificada, levou ao uso da tortura de forma sistematizada e ao assassinato e desaparecimento de desafetos políticos, ou de qualquer pessoa que se postasse contra as violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade cometidos pelos agentes de repressão. Esta, para o autor, seria produto da “anarquia dos quartéis”, omitindo-se seu caráter institucional e sistemático: “A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões” (GASPARI, 2002, p.13).

O contexto histórico, as motivações e os resultados do golpe de 1964 são objeto de estudo acadêmico desde então. Esta perspectiva histórica construída pela literatura acadêmica, segundo Napolitano (2014, p. 210), é resultado do trabalho de cientistas políticos e sociólogos, porém, com pouca contribuição de historiadores, com exceção da guerrilha de esquerda e seus desdobramentos, assim como da questão da censura.

Desta forma, muitos destes trabalhos vem sendo “foco de revisões e sistematizações por parte de historiadores” (NAPOLITANO, 2014, p. 213). Como consequência, uma nova pauta historiográfica vem sendo construída. De acordo com o autor,

O desafio é articular e ponderar estes grandes eixos explicativos conforme momentos precisos do processo histórico-diacrônico que levou ao golpe, sem explicar o processo pelo seu desfecho ou a dinâmica política do regime pela memória dos seus protagonistas, do governo ou da oposição. A primeira perspectiva enseja a renovação da perspectiva contraditória da ação política marcada pelo conflito que pode ou não se institucionalizar, que pode ou não ser absorvido pelo sistema, sem que isto seja explicado pela impostura ou “erro” dos atores. A segunda questão enseja uma historicização da memória, paralela à autocrítica historiográfica que faça perceber o quanto de memória habita na história (e na historiografia) (NAPOLITANO, 2014, p. 213).

Neste sentido, a pauta que permeia estas pesquisas no âmbito da historiografia são processos históricos centrais, também temas de visões e revisões no plano da memória, como, o golpe, a guerrilha, a repressão e a transição. À historiografia contemporânea “cabe desfazer mitos construídos pela memória e analisar estes processos de maneira articulada, compreendendo os efeitos das ações ao longo do tempo, com suas durações e fixações na forma de leis e instituições e narrativas” (NAPOLITANO, 2014, p. 214).

Em relação à memória social e histórica do período militar, os governos civis posteriores, promoveram a agenda de esclarecimento das ações e responsabilidades do Estado no período ditatorial. Uma das últimas ações foi a criação da Comissão da Verdade. Em todas, o processos de superação das violências e crimes contra a humanidade cometidos no período, visam a verdade, à justiça e à reparação da memória. Contudo, no caso do Brasil, houve uma inversão da ordem destes princípios, pois

Desde 1995, há uma ampla “política de reparação” à base de indenizações materiais às vítimas, sem que o Estado democrático tenha conduzido um processo coerente e coeso de apuração da “verdade” e o conseqüente julgamento da cadeia de responsabilidades na violação dos direitos humanos durante o regime militar. Por outro lado, o “esquecimento comandado”, conforme expressão de Paul Ricoeur, imposto pela Lei de Anistia de 1979, é questionado por alguns setores da sociedade, mas esse questionamento não tem sido suficiente para gerar um amplo movimento nas principais forças da arena política brasileira, bem como nas instituições jurídicas no sentido de revisar o auto-perdão do regime aos seus agentes e reverter a impunidade (...) O Exército Brasileiro nega, até hoje, qualquer política sistemática de tortura ou desaparecimento de militantes de esquerda, qualificando-a como excessos de alguns agentes (NAPOLITANO, 2014, p. 217).

A versão do Exército brasileiro (que nega a abertura dos arquivos oficiais do período) somada à falta de uma base historiográfica promove a desinformação generalizada nas redes sociais digitais, contribuindo para posições intolerantes que em muitos casos

justificam ou até negam os casos de tortura cometidos durante todo o regime militar. Também tem contribuído para este estado das coisas, uma historiografia revisionista, na qual, de acordo com o historiador Demian Melo “tem como teses centrais a proposição de que a esquerda também era golpista, a amenização dos primeiros anos da ditadura, relativizando seu caráter ditatorial, e a desqualificação da esquerda armada como não democrática” (MELO, 2014, p. 159).

O deslocamento de sentido foi significativo, a tal ponto de não faltarem críticos denunciando a reabilitação da “versão dos vencedores”. Desde então, “o epíteto de *revisionista* tem sido largamente utilizado” (MELO, 2014, p. 158).

Na nova historiografia sobre o período, todo o processo político que antecedeu ao golpe indica movimentos como, o processo de desestabilização do governo Goulart, a formulação de um projeto de classe e a participação dos EUA, como suporte diplomático e militar.

Em sua tese de PhD, *1964, a conquista do Estado*, o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, apresenta “farta documentação” (MELO, 2014, p. 158), comprovando os movimentos anteriores ao golpe e principalmente a participação dos EUA. De acordo com Melo (2014, p. 160), “a ingerência estadunidense ganha significado mais preciso, já que aparece como uma das dimensões do bloco de forças sociais ideologicamente da direita articulados no Brasil.”

Em contraposição a tese de Dreifuss, *Democracia ou reformas?*, de Argelina Figueiredo, se apresenta como a primeira operação revisionista dentro da academia. A autora oferece uma leitura alternativa, em sintonia com o ambiente internacional neoliberal dos anos 1990. A ideia central é de que nem Esquerda e nem Direita eram apegados ao regime democrático. Em suma, “Figueiredo desloca o foco de sua explicação da direita civil e militar, do IPES, da Embaixada dos EUA etc., para co-responsabilizar aqueles que em 1964 foram apegados do poder” (MELO, 2014, p. 158). Neste sentido, esta tese é “relativista sobre as responsabilidades comuns nos dois polos do espectro político-ideológico para o golpe” (MELO, 2014, p. 162).

A respeito da literatura revisionista do período, Melo (2014, p. 163) discorre sobre os trabalhos do historiador José Ferreira. O referido historiador trata da “radicalização da esquerda” como a principal força motriz para o golpe de 1964. Desta forma, as forças

conspiratórias são apresentadas como forças de reação ao radicalismo do governo Goulart, o principal responsável pelo golpe.

O historiador, Daniel Arão Reis também compõe o grupo revisionista. Assim como na obra de Ferreira, “a direita figura quase sempre como uma força reativa à radicalização da esquerda, enquanto as alas radicais desta são acusadas de terem uma ‘visão instrumental da democracia’” (MELO, 2014, p. 166).

Na mesma linha revisionista, encontram-se o jornalista Elio Gaspari e o historiador Marco Antonio Villa. Ambos retratam o presidente deposto João Goulart, a partir de uma série de estereótipos criados por seus opositores. Além disto, acusam-no de ser o principal responsável pelo golpe, haja vista, que estava prestes a implantar uma ditadura comunista no Brasil. Contudo as afirmações não encontram qualquer base factual confiável (MELO, 2014, p. 167).

A cumplicidade da sociedade brasileira também é ressaltada pela literatura revisionista ao defender a ideia da natureza “civil-militar” no golpe de 1964. Para Melo (2014, p. 168),

parte da historiografia vem defendendo a mistificação calcada na ideia de algo como uma *cumplicidade* da “sociedade brasileira” com a ditadura, como se fosse possível a existência de tal “sociedade”, como algo coisificado e homogêneo. Essa reificação da sociedade, capaz de “assumir responsabilidades” ou “esquecer” (talvez até, “arrepêndida”, colocar-se “em frente ao espelho”), nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por “exigência do povo brasileiro”.

A literatura revisionista parece desprezar a voz dos agentes, atores diretamente envolvidos no curso dos fatos e que são silenciados pelas interpretações e sistematizações propostas pelos historiadores.

O projeto Brasil Nunca Mais, conduzido por lideranças religiosas, gerou uma importante fonte de documentação sobre o período. Sua importância está exatamente no farto material analisado para o registro do relatório final, 1.000.000 de páginas em 107 processos do STM (Superior Tribunal Militar) no período de 1961 a 1979 (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, P. 16). Diferente do método adotado pela literatura revisionista, o “Projeto Brasil Nunca Mais” apresenta relatos obtidos a partir do conjunto de processos, dedicando um tomo (num total de 6 tomos com 9 volumes) exclusivo com 4 volumes à questão da tortura. As evidências de crimes contra a humanidade e violações aos direitos humanos estão fartamente representadas nos relatos registrados nestes documentos.

O Projeto lançado no ano de 1985, período de reabertura promovido pelo governo militar, na atualidade conta com as plataformas digitais para divulgação dos documentos e preservação da memória histórica e social do contexto ditatorial pós 1964.

Na atualidade, expressões públicas de apoio e incentivo ao retorno de um Estado Ditatorial são comuns nas redes sociais digitais, assim como em manifestações de civis nas ruas, como será visto no capítulo seguinte. Porém, a partir do potencial do ciberespaço, como meio de disseminação de informação, é possível que as memórias daqueles que não possuíam “escuta”, e cujas narrativas eram omitidas da história oficial (Pollak, 1989), tornem-se públicas.

Neste sentido, o uso das plataformas digitais, ao mesmo tempo que democratiza a informação, pavimentam um caminho profícuo para o discurso do ódio e a intolerância política, o que será tratado a seguir.

5.2 - O ciberativismo da intolerância política: o discurso do ódio e a “banalização do mal”

A palavra tolerância derivada do latim *Tolerare*, dependendo do contexto pode ser utilizada como substantivo, adjetivo ou verbo. Em termos de significado, na atualidade, consiste em ato ou efeito de tolerar; indulgência, condescendência. Ou, qualidade ou condição de tolerante. Porém, ressalta-se que no termo carrega uma multiplicidade de significados, de acordo com usos e costumes, no decorrer da história:

Nos séculos XVI e XVII, com a Reforma Protestante começou-se a falar de tolerância religiosa como atitude necessária para a convivência entre católicos e protestantes. No século XIX, na França e depois em outros países do mundo, se falava das “casas de tolerância”, que eram casas de prostituição em que comportamentos sexuais que fugiam aos comportamentos admitidos pela sociedade eram tolerados (GEBARA, 2008, s/p)⁵¹.

O termo também é utilizado pelas Ciências da Saúde para indicar a aptidão de determinado organismo à determinado tratamento, ou alimento.

Seu antônimo, intolerância, do latim *intolerantia*, significa desprovido de tolerância; inflexível, rígido. Que não admite opiniões, atitudes, ideologias e crenças

⁵¹ http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=260&cod_boletim=14

religiosas diferentes das suas (DICIONÁRIO MICHAELLIS, 2017, s/p) ⁵². Como o lado oposto de uma mesma moeda, a intolerância resulta em conflitos e violência das mais variadas formas. Geralmente, atrelada ao preconceito, a intolerância pode ser praticada e percebida de várias formas: no racismo velado, ou em relação à aparência; em relação à idade ou classe social; por questões religiosas, ou de orientação sexual; no trato aos estrangeiros e nas diferenças políticas e ideológicas.

Na sociedade em rede, a intolerância vem se revelando das formas mais cruéis e violentas, a ponto de, no ano de 2015, o escritor italiano Umberto Eco, declarar que as redes sociais digitais deram o direito à palavra à uma “legião de imbecis”. Segundo Eco, “Normalmente, eles [os imbecis] eram imediatamente calados, mas agora eles têm o mesmo direito à palavra de um Prêmio Nobel”⁵³. A afirmação de Eco evidencia a amplitude que o discurso do ódio, e em muitos casos criminoso, ganha com as potencialidades do ciberespaço, que se caracteriza por um espaço democrático que possibilita a manifestação da intolerância política. De fato, se observa que muitos se escondem por trás de um codinome ou de falsos perfis. Percebe-se que a cara do conservadorismo muitas vezes está encoberta por uma máscara, principalmente, quando se transpassa a tênue linha entre liberdade de expressão e ilegalidade, já que muitos comentários ferem os direitos humanos e os direitos primordiais do cidadão em uma sociedade democrática.

Observando o número de crimes cibernéticos denunciados ao Safernet⁵⁴, no Brasil, o número de denúncias passou de 1492 em 2014, para 1692 em 2015. Um crescimento de pouco mais de 13% em apenas um ano.

Na eleição presidencial de 2014 ficou evidente a xenofobia nos milhares de comentários odiosos contra nordestinos, tanto que o fato chamou a atenção da Procuradoria Geral da República⁵⁵. Um dos casos de grande repercussão envolvendo o Facebook⁵⁶ foi o da auditora fiscal do trabalho, Ingrid Berger, denunciada ao Ministério Público do Trabalho

⁵² <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=intolerante>

⁵³ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2015/06/11/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto-eco.jhtm>

⁵⁴ ONG que monitora crimes e violações dos direitos humanos na internet

⁵⁵ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-11/pgr-teve-85-denuncias-de-preconceito-contr-nordestinos-apos-eleicao-do-1-turno.html>

⁵⁶ <http://www.viomundo.com.br/denuncias/auditora-trabalho-que-usaria-bomba-atmica-contr-o-nordeste-denunciada-por-incitar-odio.html>

(MTE) por postar mensagens de ódio e preconceito contra nordestinos. Na mensagem, a autora desejou uma “bomba de Nagasaki” aos nordestinos. A publicação da mensagem serviu como sinalização da realidade de um contexto de ódio e intolerância, já que ocorreu uma significativa quantidade de curtidas e compartilhamentos da mensagem, verificando-se que a população a acolheu de forma favorável (CARDOZO, 2014, s/p).

Posteriormente, o número de denúncias diminuiu, em comparação aos anos de 2015 e 2016, também de acordo com a ONG Safernet. No entanto, a própria ONG admite que a queda quantitativa não resulta em mais tolerância na rede, uma vez que, ao mesmo tempo que houve decréscimo no número de notificações, a comunidade brasileira no *StormFront*, fórum neonazista e nacionalista branco, cresceu vertiginosamente nos últimos dois anos⁵⁷.

Segundo o diretor da Safernet, Tiago Tavares, uma explicação plausível para estas contradições seria o alto índice de subnotificações, nas quais as pessoas presenciam o cibercrime, porém, não se revoltam mais e consequentemente não denunciam (SOPRANA, 2017, s/p).

Para a ONG, ‘a hipótese mais forte (...) é que uma parcela desses conteúdos passou a ser assimilada e compartilhada. Assim, existe o risco de a homofobia, por exemplo, ter sido banalizada por parte de usuários que antes a denunciava ou até endossada por outros usuários’ (SOPRANA, 2017, s/p).

Ainda de acordo com a mesma ONG, o Facebook lidera como principal meio utilizado pelas pessoas para a propagação de ideias contrárias à diversidade. Dentre os portais de notícia, destaca-se o G1, levando-se em conta a área de comentários de leitores (SOPRANA, 2017, s/p).

Muito diferente da ideia de que o brasileiro seria um povo pacífico, a realidade do ciberespaço, em específico nas redes sociais digitais, demonstra um internauta alheio aos direitos humanos e intolerante em relação ao multiculturalismo e às diferenças sociais.

Neste sentido, Hoepfner (2013, p. 30) aponta que contribuem para este estado das coisas fatores sócio históricos que se personificam em mitos tal o do brasileiro como povo pacífico e cordial (HOLANDA, 1979). Chauí (2000, p.04) atesta não tratar-se de um fenômeno recente, pois a sociedade brasileira, diferentemente do que se apregoa, historicamente está longe de possuir esses adjetivos, desnudados pelo ciberespaço, que

⁵⁷ <http://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2017/02/ha-um-aumento-sistematico-de-discurso-de-odio-na-rede-diz-diretor-do-safernet.html>

desconstrói os mitos fundadores (CHAUÍ, 2001, p.05) como o da cordialidade do brasileiro. É nas redes sociais digitais, que o espaço privado torna-se público e as opiniões e pontos de vista, que se pautam no preconceito e na intolerância, ficam mais expostos.

A novidade neste momento é que o ciberespaço potencializa o discurso intolerante a partir da organização de grupos e comunidades virtuais com o mesmo ideário. Desta forma, o que se conhece como filtro bolha atua como um “aliado” na disseminação da intolerância e do ódio nas redes sociais digitais.

Tanto os internautas, quanto as redes sociais digitais, operam a partir de um mecanismo que se baseia em algoritmos, o que Calixto (2015, p. 12) define como “filtro-bolha”. Este mecanismo, estabelece um critério de relevância pelo qual o usuário destas ferramentas é cada vez mais relacionado aos grupos e pessoas que compartilham de mesmos gostos, valores e ideologias.

O filtro bola consiste em um sistema

que, através de uma análise comportamental, escolhe as informações que serão transmitidas para cada usuário, de acordo com seus hábitos na rede. Analisando superficialmente, é um ponto importante para manter a comunicação em uma linha horizontal no ciberespaço. Mas não é isso que acontece, já que cada vez mais os usuários só têm contato com opiniões e interesses iguais aos dele (COSTA, 2016, p. 17/18).

Estes filtros auxiliam a organizar a realidade caótica e fragmentada, que caracteriza o ciberespaço em sua infinidade de informações disseminadas, mas ao mesmo tempo realiza projeções dos usuários, a partir de seus dados e do comportamento adotado na rede. No caso do Facebook, curtidas, compartilhamentos e comentários postados. Para Parisier (2011, p. 47)

Eles são os motores de previsão, constantemente criando e aperfeiçoando uma teoria de quem você é e o que você vai fazer e querer no futuro. Juntos, estes motores criam um universo único de informação para cada um de nós – o que denomino de filtro bolha - que fundamentalmente altera a maneira com a qual nós encontramos ideias e informações.

Sendo assim, o filtro atua como promotor de uma bolha na qual não existe discordância e nem mesmo o contraditório, o que limita os ambientes plurais favorecendo o recrudescimento de ideias uniformes em ambientes nos quais proliferam o discurso do ódio. A “alternativa ao modelo funcionalista de emissor-receptor” (CALIXTO, 2015, p. 25) preconizada pelos integrados, nos dizeres de Umberto Eco (2004), parece não se confirmar de forma efetiva quando imperam no fluxo “todos-todos” (MENDONÇA, 2017) ilhas de concordância e baixo pluralismo.

Para primeiro presidente do Facebook, Sean Parker, o sucesso da rede se deve principalmente à manipulação psicológica que decorre do processo de compensação gerado a partir do momento em que o sujeito dá um like num determinado feed e consequentemente recebe mais conteúdos similares ao curtido. Neste sentido, "como o Facebook e as demais plataformas sociais procuram atrair o máximo possível do tempo e da atenção das pessoas, elas fornecem um tipo de dopamina, o neurotransmissor que atua no controle dos movimentos, aprendizado, humor, emoções, cognição e memória, e tem um efeito gratificante" (PRIOLLI, 2017, s/p) .

Outro ex funcionário do Facebook aponta que “os ciclos de retroalimentação de curto prazo impulsionados pela dopamina que criamos estão destruindo o funcionamento da sociedade” (PRIOLLI, 2017, s/p). De acordo com o cingalês Chamath Palihapitiya, que foi vice-presidente de crescimento de usuários no Facebook, os algoritmos estão produzindo um mundo sem discursos, civis, sem cooperação, repleto de desinformação e falsidade, “corroendo as bases fundamentais de como as pessoas se comportam consigo mesmas e com as outras” (PRIOLLI, 2017, s/p).

No paradigma atual de relacionamento, imposto pelo Facebook, as interações interpessoais independem de tempo e espaço. Não há limitação de localidade e nem de horário que possa interferir no compartilhamento de informações. Cada internauta (usuário da internet) interpreta o que lhe é transmitido de acordo com seu meio e sua identidade cultural. Contudo, para que ocorra esta interação, os novos serviços oferecidos (como algo gratuito) na realidade recolhem os dados pessoais dos usuários, principalmente as preferências de consumo. Neste sentido, os usuários entram em um mundo no qual “o acesso aos bens e serviços que procuram exige submissão voluntária a formas cada vez mais detalhadas de coleta de dados e monitoramento on-line” (ANDREJEVIC, 2009, p. 06).

O historiador escocês Niall Ferguson, professor de Stanford, aponta que “uma das consequências das redes sociais gigantes é a polarização. As pessoas se agrupam em grupos de esquerda ou de direita. (...) há um maior engajamento em tuítes de linguagem moral, emocional e até obscena. As redes estão polarizando a sociedade, produzindo visões extremistas e fake news” (BELÉM, 2018, s/p). Segundo ele, a polarização excessiva nas redes sociais digitais, implica um processo que está levando a sociedade “a um estado de declínio que só pode ser qualificado de “incivilidade” (BELÉM, 2018, s/p).

De acordo com Ferguson (2018, p.122):

A sociedade civil foi tão erodida pelo advento das redes sociais que não podemos mais falar em sociedade civil. Os Estados Unidos se tornaram uma sociedade não civilizada. A polarização se tornou um veneno. Eu me pergunto se a civilização não está se tornando algo diferente, em uma não-civilização ocidental

Na mesma linha, O professor Fabio Malini, coordenador do Laboratório de estudos sobre Internet e Cultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) ressalta a “incivilidade” predominante no comportamento político do brasileiro a partir dos algoritmos que formam as bolhas das redes. Para ele:

A polarização é corriqueira na política. Mas, nas redes sociais, tem um modelo específico de atenção das pessoas que influi nisso. A proximidade tem sido a tônica de como algoritmos são construídos fortalecendo bolhas ideológicas, onde há atitudes impulsivas, que redundam em decisões emocionais (BELÉM, 2018, s/p).

Menos apocalíptico, Eugenio Bucci, professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, vê nas redes sociais digitais um terreno fértil para a insensatez. De acordo com ele por conta do “efeito bolha: as pessoas que fazem parte delas dentro das redes são governadas por algoritmos e não pelo discernimento racional. O que é um paradoxo, porque tudo o que o Brasil precisa neste momento é de sensatez” (BELÉM, 2018, s/p). No entanto, o professor trata com cautela a questão ressaltando eu as mesmas redes também contribuem para o arejamento das democracias imprimindo uma nova dinâmica nas relações entre a sociedade e o Estado (BELÉM, 2018, s/p).

No entanto, o algoritmo contribui na busca do reconhecimento dos discursos e ações odiosas por outros sujeitos, que pensam de forma homogênea e em oposição às diversidades e o pluralismo social. Ao encontrar eco estas vozes ampliam os espaços para a livre manifestação e o apoio de outros sujeitos.

Nas redes sociais digitais, a incidência maior de discursos odiosos acontece no Facebook, segundo o Dossiê da Intolerância. De acordo com o psicanalista Contardo Calligaris “nas redes sociais, é possível expressar o seu ódio, dar a ele uma dimensão pública, receber aplausos de seus amigos e seguidores e se sentir, de alguma forma, validado” (PERERA, 2017, s/p)

Em decorrência da incidência de ações e posições intolerantes na rede, também aumentam os crimes de ódio, muitos, na forma de discurso do ódio.

A palavra ódio, substantivo masculino, de acordo com o dicionário Aurélio significa, “aversão inveterada e absoluta; raiva; rancor; antipatia”⁵⁸. Sua etimologia remete ao latim *odium*, que por sua vez significa “raiva excessiva, bem como aversão, repugnância, rancor, ímpetos de vingança” (ZIMERMAN, 2012, p. 191).

Os casos de crimes cibernéticos de ódio possuem como características o ataque principalmente às minorias na forma de misoginia, xenofobia, racismo, homofobia, intolerância religiosa, etc. De acordo com o Dossiê da Intolerância (2016), no ciberespaço são 10 as principais formas mais evidenciadas: Aparência, Classe social, Deficiência, Homofobia, Misoginia, Política, Idade/geração, Racismo, Religiosa e Xenofobia.

O procurador da república Romulo Moreira Conrado em texto no sítio do Senado Federal, afirma que:

O discurso do ódio pode ser conceituado como o ataque a grupos étnicos, raciais, religiosos, minorias sexuais ou a qualquer outro grupo vítima de preconceito, inclusive em decorrência de origem territorial, caracterizado por pregar a intolerância em relação aos discriminados, buscando ou propondo, direta ou indiretamente, sua exclusão da sociedade, eliminação física, remoção do lugar em que vivem⁵⁹.

As semelhanças com os modelos fascistas de Estado também são muitas, uma vez que o autoritarismo que os caracteriza promove a perseguição, o preconceito com aqueles que não se alinham ao tipo idealizado imposto e a construção de dogmas pautados no senso comum (TIBURI, 2016, p. 167).

O autor Laurence W. Britt (2003), após analisar as características de sete regimes fascistas no Século XX encontrou pelo menos catorze semelhanças entre estes regimes analisados. São elas: o Nacionalismo, que se ampara em símbolos como bandeiras e slogans patrióticos; desdém em relação aos direitos humanos, que deriva da aceitação da violação destes direitos desde que seja contra um “inimigo” pré-determinado; identificação de inimigos, geralmente minorias étnicas e religiosas, por conta da ideia de que estes grupos representem ameaças a unidade social; supremacia dos militares, quando as forças armadas ganham uma atenção especial tornando-se prioridade do Estado; sexismo desenfreado evidenciado no domínio dos homens em todas as esferas do Estado que também atua como guardião da instituição familiar; controle das mídias de massa, com o controle de concessões pelo Estado, que quando não as domina, as dispõe para simpatizantes e colaboradores do

⁵⁸ <https://dicionariodoaurelio.com/odio>

⁵⁹ <http://senadofederal.tumblr.com/post/107305524777/o-que-é-afinal-discurso-de-ódio>

regime; obsessão com a segurança nacional que se sustenta no uso do medo como ferramenta de controle das massas; religião e governo entrelaçados como ferramenta de controle a partir da retórica religiosa; proteção ao poder corporativo ao aliar-se ao governo a aristocracia industrial e empresarial preservando os interesses e negócios da elite dominante; supressão do poder do trabalhador com a repressão aos sindicatos e a dissolução de qualquer organização trabalhista que possa colocar em perigo o regime; desdém por intelectuais e as artes a partir de ataques a qualquer forma de liberdade de expressão questionadora nas artes e nas letras; obsessão pelo expurgo com o aparelhamento da força policial dotada de poderes ilimitados e superiores às liberdades civis; apadrinhamento político e corrupção que são marcas comuns aos regimes fascistas devido a associação entre governo e apadrinhados políticos na apropriação dos bens públicos e por final eleições fraudulentas em que o aparelhamento do Judiciário garante a manipulação de resultados e a eliminação de concorrentes.

Na década de 1960 a pensadora judia Hannah Arendt teve seu prestígio abalado nos EUA e Europa ao publicar “Eichmann em Jerusalém” (1999), relato sobre o processo e julgamento do criminoso de guerra Adolf Eichmann. Nesta ocasião, o nazista defendeu-se alegando cumprir ordens superiores dentro da estrutura burocrática do Estado Nazista apresentando-se como uma pessoa “normal” cumpridora de seus deveres e obediente às ordens superiores. A partir deste ponto, Arendt discorre sobre a “banalidade do mal”. Segundo ela “O problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDT, 1999, p. 299).

Eichmann, que organizava as deportações de judeus, não representava o estereótipo do mal derivado de motivação ideológica, patológica ou demoníaca. O mal encontrado nele era banal por não ter explicação convincente. A banalidade do mal, então, contraria a tradição do pensamento ocidental sobre este fenômeno (ARENDT, 1999, p. 67). O mal neste caso não possui raízes e nem profundidade. “Tempos sombrios”, na expressão da pensadora, não são novos e nem “constituem uma raridade na História” (ARENDT, 1999, p. 07), porém,

(...) mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na terra (ARENDT, 1999, p. 08).

A publicação recebeu revisões e um pós-escrito com edições sobre passagens mais duras do texto, em virtude da gravidade de algumas afirmações. Estas comprometiam, além das autoridades alemãs, a elite judaica, e de certa forma, o povo judeu, por falta de resistência e passividade frente ao que se avolumava com o nazismo (ANDRADE, 2010, p. 109).

Ao analisar o depoimento de Eichmann, Arendt lhe atribui um novo tipo de crime, apenas passível de entendimento a partir da burocracia. O *hosti humani generis*, ou seja, inimigo do gênero humano (ANDRADE, 2010, p. 110), pratica assassinatos em massa num sistema totalitário, executando ordens e jamais as questionando, já que num sistema burocrático sua função é de mera execução do trabalho.

A afirmação do nazista em julgamento, “Não sou o monstro que fazem de mim. Sou uma vítima da falácia” (ARENDT, 1999, p. 269), instaura uma polêmica sobre como compreender as ações de Eichmann sem fazer uso de qualquer ontologia ou patologia como teorias explicativas. O advogado de defesa apresentou as ações do réu como produto de sua virtuosidade. Segundo ele, a culpa de Eichmann “provinha de sua obediência, e a obediência é louvada como virtude. Sua virtude tinha sido abusada pelos líderes nazistas. Mas ele não era membro do grupo dominante, ele era uma vítima, e só os líderes mereciam punição” (ARENDT, 1999, p. 269).

Arendt (1999) destaca uma série de características da personalidade do réu que evidenciam um sujeito condicionado e sem motivação aparente. O nazista era um cumpridor eficaz de seus deveres, não se corrompia, respeitava as normas vigentes e era extremamente apegado às regras de bom comportamento.

Destas análises que o termo ganha vida. Segundo Arendt (1993, p. 45)

Há alguns anos, em relato sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, mencionei a “banalidade do mal”. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade.

A explicação de Arendt para o mal, como o praticado pelos nazistas, não seria um fatalidade, mas uma possibilidade da liberdade humana. Um mal sem motivos, sem raízes e sem explicação (ANDRADE, 2010, p. 113). Um mal inédito que, além de monstruoso, banal e burocrático, ao mesmo tempo era sistemático e eficiente (ANDRADE, 2010, p. 114).

Como explicação para o mal tornar-se banal e normalizado, fazendo com que a monstruosidade de assassinatos em massa se tornasse algo trivial, a autora recorre a duas

características das sociedades de massa: a superficialidade e a superfluidade (ARENDT, 1993).

Neste sentido, agentes superficiais tendem a ceder ao mal com maior incidência, enquanto consideram suas vítimas supérfluas. A isto, a autora atribui o sentido utilitário que as sociedades de massa personificam. Para Arendt (1993, p. 405), “grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuamos a pensar em nosso mundo em termos utilitários. [...] Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram silenciosamente com os instrumentos totalitários para tornar os homens supérfluos.

A banalização do mal leva a refletir sobre a necessidade de difundir conhecimento morais para a escolha e a prática do bem, no entanto, Arendt (1993) conclui que isto, por si só, não é suficiente, mas, mais do que isto é necessário uma abertura para uma prática marcada pelo pensamento (ANDRADE, 2010, p. 115). Ou seja, não basta a disseminação de valores, mas principalmente, a colocação destes em prática.

Nas Origens do Totalitarismo é que Arendt (1993) inicia o percurso que levará à formulação da ideia de banalidade do mal. Os sistemas totalitários, como o comunismo soviético e o nazismo, são tratados pela autora como “o surgimento de estruturas de poder voltadas para uma forma total de dominação, que não se detêm nem mesmo diante da tarefa monstruosa de eliminar populações inteiras, para fazer triunfar idéias abstratas e crenças na superioridade de raças e de ideologias”. A obra foi escrita logo após o término da Segunda Grande Guerra, quando as atrocidades dos campos nazistas foram divulgadas para todo mundo.

A Segunda Guerra Mundial, como sabido, apresentou ao mundo um conjunto de barbáries que abalaram os alicerces da civilização global, tamanha a capacidade destrutiva das campanhas de ódio concretizadas nas diversas violações aos direitos humanos (PIOVESAN, 2012, p.39).

Como já visto, o Brasil das décadas de 1960 e 1970 do Século XX teve institucionalizada a violação aos direitos humanos justificada a partir do discurso de combate ao comunismo⁶⁰. Neste período, a “Tortura e violação das liberdades individuais formam a

⁶⁰ Cabe ressaltar que durante a ditadura Vargas, na década de 1930, esse fenômeno social também ocorreu, quando judeus comunistas foram deportados para a Alemanha nazista e mortos em campos de concentração. O exemplo mais emblemático foi a deportação de Olga Benário Prestes.

tônica do regime legitimado pela força (AI 5) que se constituiu em Terrorismo de Estado” (SANTOS, 2014, p. 02).

Além das violações aos direitos humanos, os dois contextos também guardam relação na intolerância e ações violentas fomentadas pelo discurso do ódio. Este, atualmente amplificado pelas redes sociais digitais, ganha projeção a partir da ação de *haters speech* (ROSENFELD, 2001, p. 02).

Os *haters speech* são sujeitos que propagam mensagens preconceituosas, geralmente contra as minorias sociais tendo como base o racismo, as diferenças religiosas, étnicas ou de nacionalidade. Rosenfeld (2001, p. 03) realiza importante distinção do ponto de vista conceitual circunscrevendo o fenômeno em *hate speech in form* e *hate speech in substance*. Para o autor, como *hate speech in form* podemos classificar aquelas manifestações odiosas, ao passo que o *hate speech in substance* se refere à modalidade velada do discurso do ódio.

Para Santos (2016, p. 05) o discurso do ódio é a “prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, classes e categorias, ou ainda, a sujeitos que pertencem a estas coletividades, sendo algo que pode estar relacionado ao desrespeito à diferença e à identidade.”

Nas redes sociais digitais, este tipo de discurso realiza-se pautado em estereótipos e estigmas sociais como se fosse uma disputa na qual quanto mais odioso o discurso, mais aceito e prestigiado é o emissor por grupos de pessoas que compartilham de suas ideias. “Parece haver um ‘ganho’ para quem incita ódio em redes sociais, e este ganho é a visibilidade, popularidade, reputação e influência. Tais fatores estão ligados à questões de pertencimento ao grupo ou afirmação de identidade” (SANTOS, 2016, p. 05).

Uma pesquisa na ferramenta de busca Google, revela 59500 entradas quando procura-se “discurso do ódio”, contra 27800 entradas quando busca-se “cultura da intolerância”. A diferença no número de buscas demonstra o interesse maior pelo tema “cultura do ódio”. Ou seja, há um número expressivo e representativo de pessoas que possuem o tem como interesse. Para Tiburi (2016, p. 32) “se o ódio irrompe no seio da sociedade civilizada em seu estágio tecnológico e, em nossa época, no ápice de tecnologia que é o digital, é porque, de algum modo, ele é parte dessa sociedade”.

O Dossiê da Intolerância revela pelo menos dez tipos de intolerância, identificados nas redes sociais digitais. Destas, faz parte desta pesquisa a intolerância política. Dentro desta perspectiva e devido a retomada do tema em discussões políticas e de políticos de grande expressão popular, o tema selecionado para busca nos stios do portais de notícia da amostra, foi “ditadura”.

Os comentários coletados sobre este tema representam o tipo de intolerância política investigada. Para a classificação e coleta dos dados partiu-se do princípio que apologia à ditadura incide em crime de acordo com a Constituição Federal, que prevê em seu Art. 5:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

O mesmo pode ser observado no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) em seus artigos 286 e 287:

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena – detenção, de três a seis meses, ou multa.

Apologia de crime ou criminoso

Art. 287 – Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena – detenção, de três a seis meses, ou multa.

Também atenta contra a dignidade humana a defesa do uso da tortura, de qualquer tipo, principalmente quando há disponibilizado imenso material de estudos acadêmicos sobre a questão, além de farta documentação (ver Projeto Brasil Nunca Mais) e relatos de envolvidos diretamente na prática. Neste caso, com admissão das violências em depoimentos de militares à Comissão da Verdade (ÉBOLI, 2014, s/p).

Neste sentido, os comentários com apologia à ditadura e à tortura foram considerados com alto grau de intolerância política, haja vista, que a seleção partiu de uma divisão binária entre os comentário intolerantes (apologia à ditadura e tortura) e os comentários (sem apologia à ditadura e tortura). Do total absoluto de comentários nas reportagens selecionadas, foram coletados e analisados os de cunho intolerante, de acordo com os critérios apresentados.

Na amostra foram selecionados 145 comentários. Destes, foram possíveis observar as informações das contas de 122 comentadores. Sendo que dessas, 23 contas estavam inacessíveis ou inativas. Na busca de um perfil aproximado, também foram

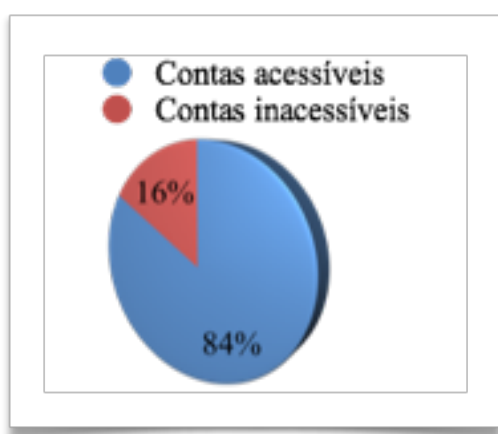
analisadas algumas variáveis como, sexo, nível de escolaridade, região e político seguido no Facebook.

Tabela 1

ACESSO CONTAS	TOTAL
Contas acessíveis	122
Contas inacessíveis	23

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Gráfico 2 - Acesso à contas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com o Dossiê da Intolerância das menções sobre política, na pesquisa da ONG Comunica Que Muda, 97,4% foram negativas. Percentual próximo ao obtido neste estudo com 93%. Posições políticas abstratas, assim como posicionamento político, apareceram em idêntica posição quando se trata deste tipo de intolerância, segundo o dossiê citado.

Numa rápida pesquisa no sítio Google (Anexo F), a partir das seguintes frases: “odeio a esquerda” e “odeio a direita” obteve-se, em março de 2017, 20.600 entradas para esta enquanto foram registradas 8.000 entradas para aquela. Quando registrado “ódio à direita” e “ódio à esquerda” (Anexo F) foram registrados respectivamente 19500 e 9110.

Quando o termo foi política registraram-se 16400 entradas para a frase “odeio política” e 7440 para “ódio à política” (Anexo F).

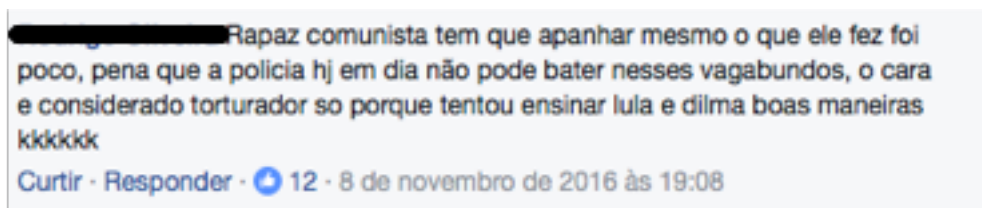
Uma consequência é o conflito nas redes sociais digitais que é levado para a rua, como aconteceu nas manifestações realizadas no país em 2015 e 2016. Além de agressões por

conta de discordâncias ideológicas entre manifestantes, em muitos casos também ocorreram com jornalistas. De acordo com Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), foram registrados pelo menos 102 casos de agressões a jornalistas desde as Jornadas de Junho⁶¹.

Um padrão que pode ser observado nos casos em que a violência toma conta das manifestações é a descrença na eficiência da política tradicional, segundo Clark McCauley, professor de psicologia no Bryn Mawr College, nos Estados Unidos em artigo ao New York Times⁶². De acordo com o professor, quando determinado grupo não alcança por meio democrático suas reivindicações, as chances de protestos violentos são mais prováveis.

Um elemento que contribui é o contexto de polarização econômica e política. Pesquisa da Escola Econômica de Barcelona concluiu que a polarização política e econômica está diretamente relacionada a contextos políticos violentos.⁶³ Ou seja, o próprio contexto polarizado desde as eleições de 2014 propicia um aumento da intolerância política.

Os comentários, em sua grande maioria, incitam a eliminação do “inimigo”, promovem uma espécie de revisionismo histórico, negando a tortura como política de estado durante o regime militar. Como pode se observar no comentário, o apoio à tortura é evidente, no entanto de forma irônica o comentário é concluído com uma justificativa para a negação da tortura praticada pelos militares:



A negação total do lado oposto, que deixa de ser visto pelo que é, isto é, um grupo com uma posição política diversa, encarado como inimigo, evidencia um enorme equívoco de quem ainda não aprendeu, ou não entendeu os princípios que regulam uma democracia.

Como resultado deste estado das coisas, em 2016, chegou-se ao ponto de se construir um muro para separar manifestantes durante a votação da aceitação do processo de

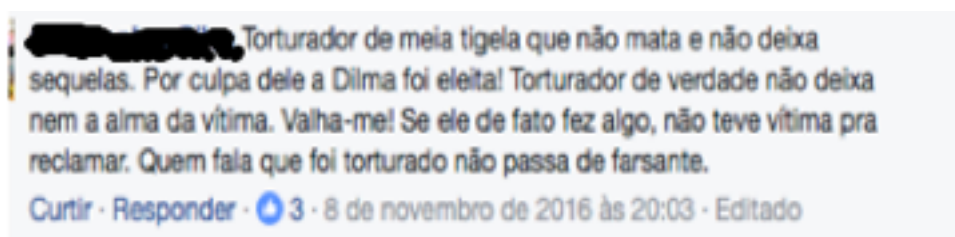
<https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/112022114/abraji-registra-102-casos-de-agressao-a-jornalistas-durante-cobertura-das-manifestacoes>

⁶² http://www.nytimes.com/2010/03/28/weekinreview/28carey.html?_r=1

⁶³ <http://www.barcelonagse.eu/news/economic-and-social-polarization-drive-violent-conflict-concludes-international-research>

impeachment de Dilma Rousseff, em abril de 2016 (DOSSIÊ INTOLERÂNCIAS, 2016, p. 67).

O tom jocoso é utilizado em uma reportagem sobre a declaração que o deputado federal Jair Bolsonaro fez acerca do Coronel Brilhante Ustra⁶⁴, ao Conselho de ética da Câmara Federal. Na visão do comentárista a tortura deveria ser prática lícita, e forma de ensinar “boas maneiras”. A intolerância política se apresenta na utilização do termo “comunista”, como se fosse algo a ser combatido pela violência.



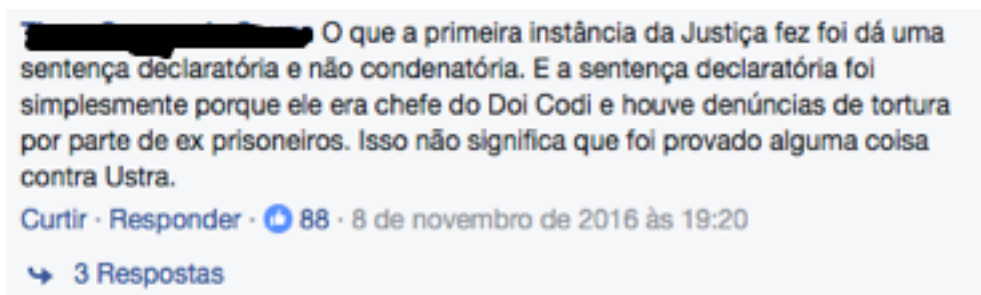
De acordo com Tiburi (2016, p. 51), a “Antipolítica” é responsável por este estado das coisas. Segundo a autora, “Política é a capacidade humana de criar laços comuns em nome da boa convivência entre todos, o que requer defesa de direitos para todos e respeito por cada um” enquanto a antipolítica “é a destruição orquestrada destas potencialidades. Ainda de acordo com Tiburi, contribui para a antipolítica, além de líderes “manipuladores” também os meios de comunicação de massa. Estes teriam um papel fundamental pois,

a propaganda disfarçada de jornalismo não consegue esconder o seu fascismo transformando a visão de mundo fascista (de ódio e negação da alteridade) em valor que é louvado por quem nunca pensou em termos éticos-políticos e, por isso mesmo, cai na armadilha antipolítica muitas vezes pensando que se tornou o mais politizado dos cidadãos. (TIBURI, 2016, p. 51)

O comentário a seguir utiliza raciocínio jurídico, identificando instâncias da Justiça e demonstrando conhecimento da existência do Doi Codi⁶⁵, demonstrando que não se trata de uma pessoa com nível de escolaridade baixo e desconhecimento do período. Constatase também um número expressivo de “curtidas” no comentário, Ou seja, um número expressivo de pessoas concorda com o Autor do comentário.

⁶⁴ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>

⁶⁵ Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna. De acordo com Gaspari (2002, p. 31) órgão de Inteligência do período ditatorial.



De acordo com a coleta realizada, um alto número de autores dos comentários não expôs este dado, num total de 46%. Do restante, verificou-se 34% com ensino superior e 20% com ensino básico. Segundo Ortellado (2016, p. 31), o perfil dos manifestantes pró e contra o *impeachment* de 2016 é bastante similar e em ambos “o recorte etário e de classe social é marcante. São, em sua maioria, pessoas com cerca de 45 anos e com curso superior”.

Tabela 2

NÍVEL ESCOLARIDADE	TOTAL
Ensino Básico	25
Ensino Superior	41
Não apresenta dados	56

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

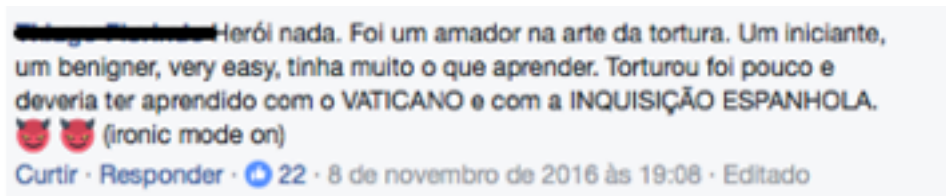
Gráfico 3 - Nível de escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

O comentário em seguida, também demonstra conhecimentos gerais como a existência da Inquisição Espanhola e sua relação com o período ditatorial, haja vista o uso da

tortura como característica comum. Ou seja, certamente não trata-se de um comentarista com baixo nível de escolaridade.



Segundo relatório do IBGE, em 2015 a conectividade foi “influenciada diretamente pela escolaridade da população. Ou seja, quanto mais anos de estudo um brasileiro tem, mais acesso à internet ele possui. Cerca de 7,4% das pessoas com menos de um ano de instrução usaram a internet no ano de 2015”. Deste total, quem possuía 15 anos ou mais de estudos, o percentual chegou a 92,3% (SANTOS, 2016, s/p).

Os dados coletados nesta pesquisa, assim como o perfil traçado (citado anteriormente) nas manifestações pró impeachment, demonstram uma diferença em relação à pesquisa realizada em 2007, pelo sociólogo Alberto Carlos Almeida.

Numa ampla pesquisa, captando os valores enraizados da sociedade brasileira, o estudo teve como objetivo relacionar as variáveis, nível de escolaridade e valores sociais. Neste sentido, o parâmetro central na subdivisão do universo pesquisado levou em conta a escolaridade da população brasileira. A proporcionalidade da amostra ficou estabelecida a partir dos seguintes percentuais do universo pesquisado: 25% representando as séries iniciais do ensino fundamental, 23% das séries finais, 31% do ensino médio e 9% e 12%, analfabetos e ensino superior, respectivamente (ALMEIDA, 2007, P. 23).

Um dos resultados da pesquisa demonstrou que quanto maior o grau de escolaridade, maior a aderência à valores democráticos. Do total da amostra, 57% de brasileiros com até o ensino fundamental, são mais autoritários, mais estatistas e revelam menos valores democráticos. À medida que a escolaridade aumenta, os valores melhoram o que demonstra, que a educação é a principal matriz a transmitir valores republicanos às pessoas (ALMEIDA, 2007, P. 63).

Neste sentido, a diferença indica uma mudança de comportamento do brasileiro com ensino superior em relação ao autoritarismo. Segundo levantamento realizado pelo

Centro de Pesquisas Pew, entre fevereiro e maio de 2017 em 38 países, a parcela de brasileiros que apoia pelo menos uma forma de governo "não democrática" supera a média global.

Numa escala de 0 à 10, 8,1 demonstram apoio a posições autoritárias, indicativo de forte propensão à adesão ao autoritarismo, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017, p. 14).

De acordo com o referido fórum,

o Brasil sempre tratou a violência de modo banal vide os diversos casos de linchamentos coletivos que são datados desde o período colonial. Caminhando para o final da década de 2010, pode ter havido uma maior visibilidade dos casos por conta das redes sociais e da organização de grupos que propagam e defendem a violência como forma de autorregulação social, sendimentando a banalidade da vida que rege o nosso cotidiano e com a permanência da violência como marca societária do país.

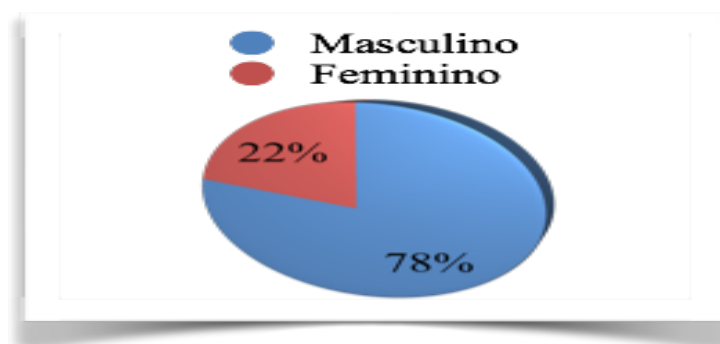
Nos dados coletados na pesquisa de campo deste estudo, a maioria dos comentários foi produzida pelo sexo masculino com 78% das publicações, enquanto o público feminino apareceu em 22% dos comentários.

Tabela 3

SEXO	TOTAL
Masculino	95
Feminino	27

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

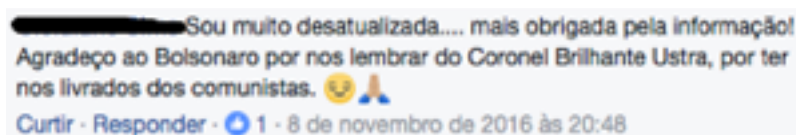
Gráfico 4 - Sexo



Fonte: Elaborado pelo

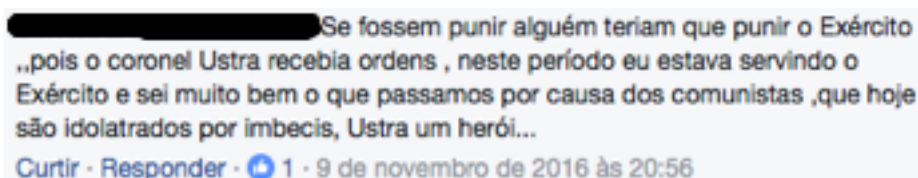
autor, 2017

Pode ser observado, no comentário que segue, a virulência que independe de sexo. A Autor do comentário⁶⁶ recorre a narrativa desenvolvida pela literatura revisionista, como já visto anteriormente. A retórica de que justifica-se o golpe, pois estava em curso outro golpe (MELO, 2014, p. 151).



Sou muito desatualizada.... mais obrigada pela informação!
Agradeço ao Bolsonaro por nos lembrar do Coronel Brilhante Ustra, por ter
nos livrados dos comunistas. 😊🙏
Curtir · Responder · 1 · 8 de novembro de 2016 às 20:48

Um comentário chama a atenção pela relação que poderia ser traçada com a obra de Arendt (1993) discutida anteriormente. O autor do comentário responsabiliza o “exército” pelos crimes cometidos pelo coronel. Neste sentido, cabem algumas indagações como: as violações aos direitos humanos, cometidas pelo Coronel Brilhante Ustra evidenciariam a “banalidade do mal”? No caso da Ditadura de 1964, a sistematização da tortura como instrumento político, teria se incorporado à burocracia do Estado? O autor do comentário revela também, que fez parte das Forças Armadas no período e de certa forma, presente evidências do posicionamento ideológico predominante na “caserna” (CASTRO, 2004, p. 07).



Se fossem punir alguém teriam que punir o Exército
„pois o coronel Ustra recebia ordens , neste período eu estava servindo o
Exército e sei muito bem o que passamos por causa dos comunistas ,que hoje
são idolatrados por imbecis, Ustra um herói...
Curtir · Responder · 1 · 9 de novembro de 2016 às 20:56

Importante considerar o depoimento de alguém que esteve à serviço do governo, no período, no entanto, é também necessário o cruzamento de informações em busca dos fatos. Tendo em vista toda a produção e documentação disponível sobre o período, a posição adotada pelo autor do comentário configura-se no que Tiburi (2016, p. 123) considera como “coronelismo intelectual”, que consiste na

prática autoritária no campo do conhecimento (...) começa na pesquisa científica universitária e se estende pela sociedade como um todo, dos meios de comunicação ao básico botequim onde ideias entram em jogo. Coronelismo intelectual é a postura da repetição à exaustão de ideias alheias. A reflexão só atrapalha, por isso é evitada.

Outro dado coletado e analisado foi acerca da região de origem dos autores dos comentários o maior percentual reside na região Sudeste com 42% dos comentários. A região

⁶⁶ Neste caso recorte é de um comentário identificado, mas por razões óbvias, não revelado.

Nordeste aparece em segundo com 23% enquanto o Centro Oeste indica o menor número de participações, apenas 3%.

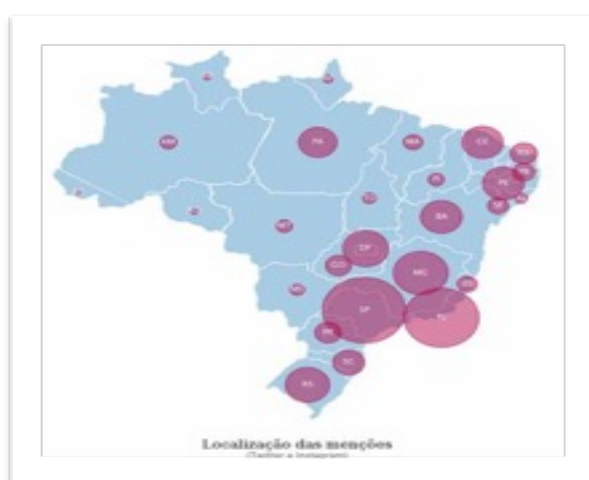
No mapa de calor mostrado pelo Dossiê da Intolerância a incidência de comentários intolerantes aponta principalmente para a região Sudeste. De acordo com reportagem do Estadão⁶⁷, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo registrou de 2015 até o mês de novembro de 2016, um crime de intolerância a cada 69 minutos. Os delitos mais cometidos são de injúria e ameaça, segundo a reportagem.

Tabela 4

REGIÃO	UNIDADES
Sul	16
Sudeste	57
Norte	9
Nordeste	31
Centro Oeste	4
Não apresenta dados	20

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Gráfico 5 – Região



Fonte: Comunica Que Muda

Acerca da autoria dos comentários e inscrição nas dez primeiras *fan pages* de políticos, a partir da ferramenta “curtir”, foram identificados 34% dos comentários como

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-registra-1-crime-de-odio-por-hora,10000089434>

seguidores do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC), totalizando a maioria dos comentadores, que permitiram acesso a esta informação. Nas duas colocações seguintes, encontram-se o deputado federal Marcos Feliciano (PSC) com 12% e o Senador Romário Farias (PSB) com 9%. Os menos seguidos pelos comentadores selecionados foram a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) com apenas 1% e o Deputado Federal Jean Willys (PSOL) com 2%.

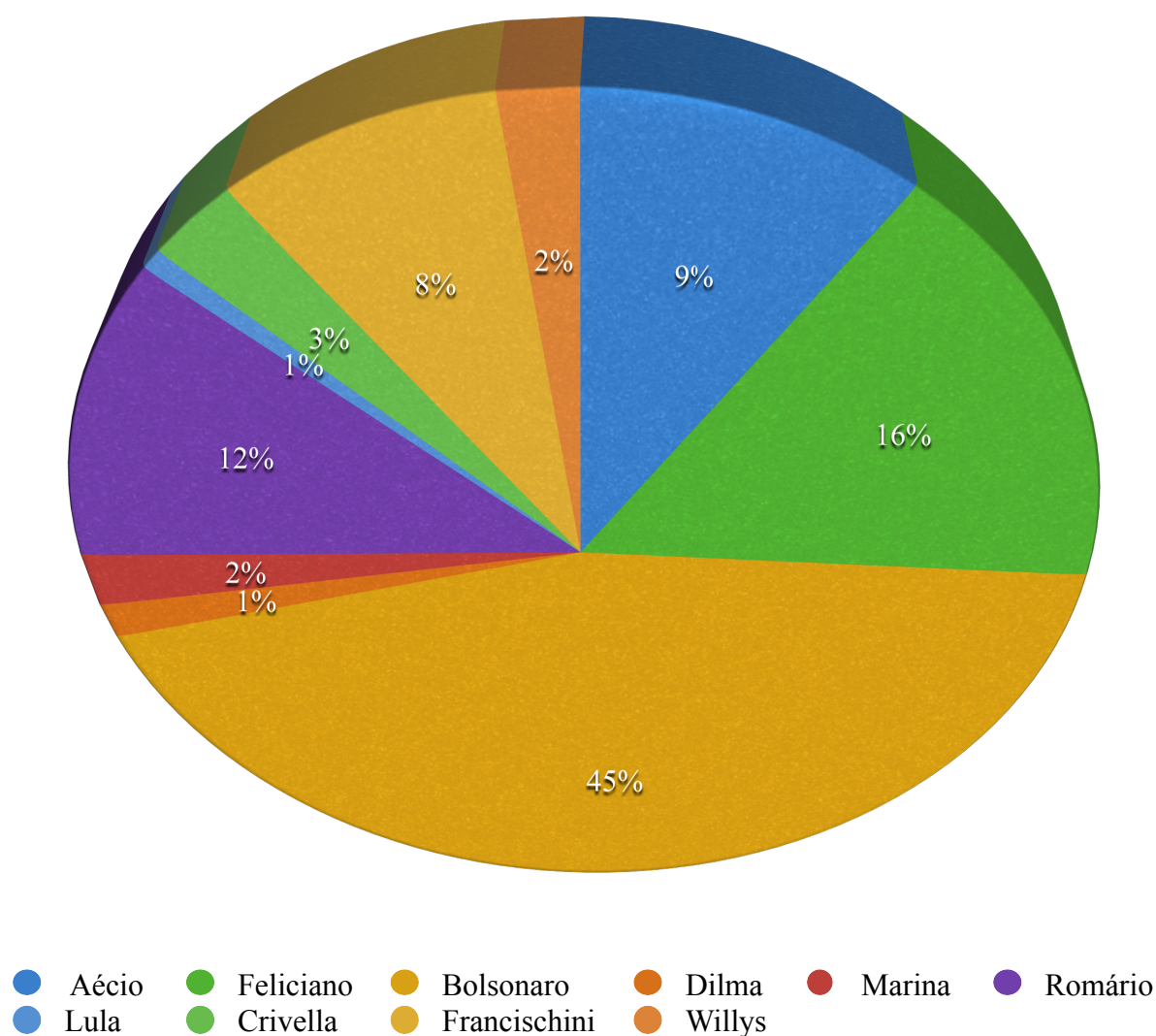
Tabela 5⁶⁸

POLÍTICO	SIGLA	POSIÇÃO NA DÍADE	TOTAL DE COMENTÁRIOS
Aécio	PSDB	D	13
Feliciano	PSC	D	22
Bolsonaro	PSC	D	62
Dilma	PT	E	2
Marina	Rede	E	3
Romário	PSB	E	16
Lula	PT	E	1
Crivella	PRB	D	4
Francischini	SD	D	11
Willys	PSOL	E	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

⁶⁸ A tabela indica a sigla e seu posicionamento no espectro ideológico sinalizando de acordo com D = direita, E = esquerda

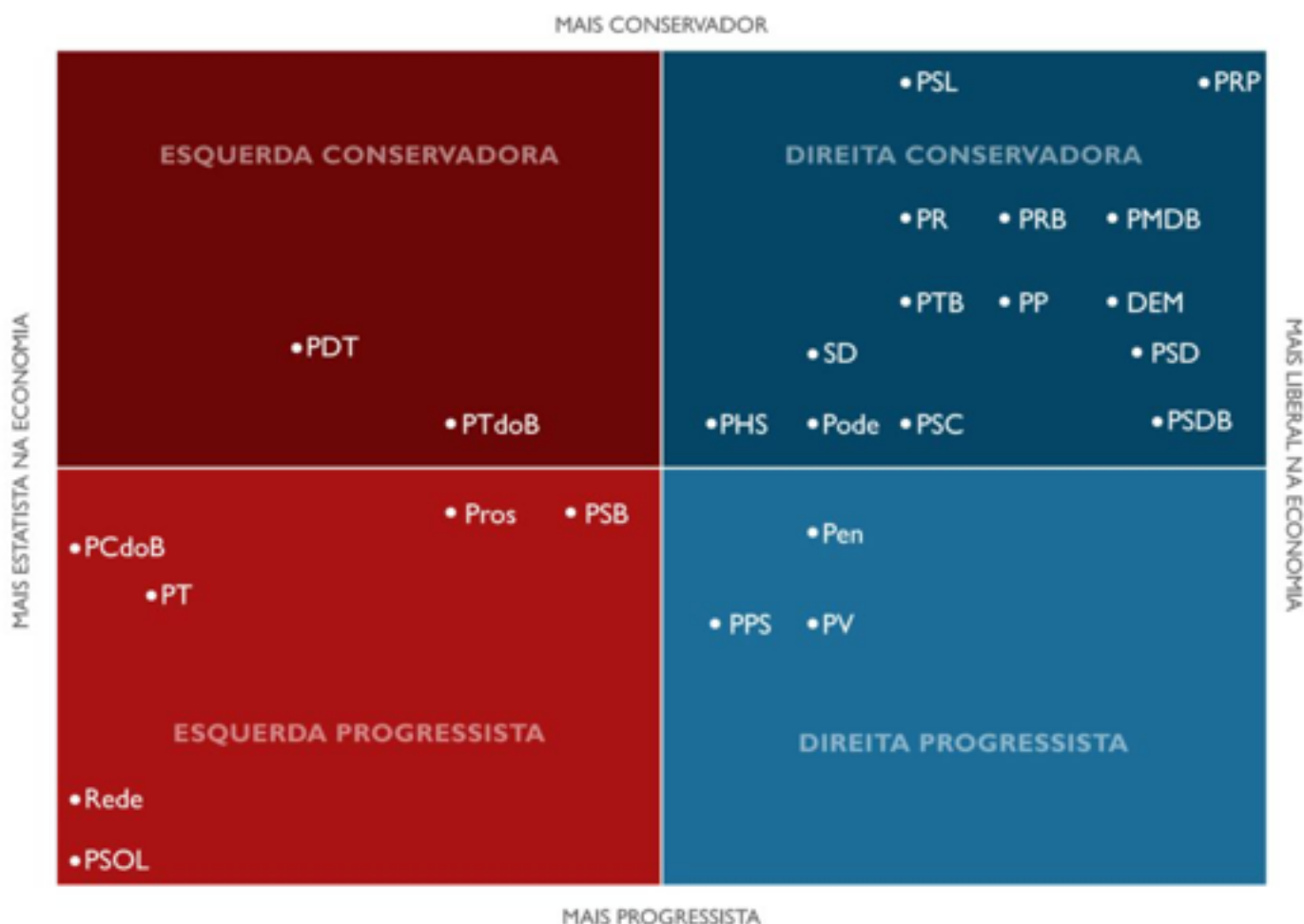
Gráfico 6 - Fanpage políticos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Levando-se em conta o espectro ideológico entre Direita - Centro - Esquerda tendo como referência a imagem 1, constata-se que a maioria dos autores de comentários que demonstram intolerância política seguem o representante de um partido de Direita. É possível observar nos dados percentuais que as duas primeiras colocações pertencem a políticos representantes da Direita.

Figura 2 - Espectro ideológico partidos políticos brasileiro



Fonte: BBC - Brasil <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41058120>

De acordo com os dados, o maior número de seguidores intolerantes segue o deputado federal Jair Bolsonaro. Percebe-se a relação entre os comentários e os posicionamentos de intolerância política adotados pelo referido deputado.

São vários os casos em que a intolerância de vários tipos é expressada pelo deputado. Na Paraíba em 2016, O deputado (PSC-RJ) incitou a violência contra MST num claro ato de intolerância política. Segundo o deputado, haveria a necessidade de dar fuzis para "homens de bem" contra os "marginais do MST"⁶⁹.

O deputado é conhecido pela série de polêmicas que já se envolveu em relação a temas relacionados aos direitos humanos. Além de declarações homofóbicas em que o

⁶⁹ http://www.revistaforum.com.br/2017/02/10/bolsonaro-diz-que-vai-dar-fuzis-para-homens-de-bem-contra-marginais-do-mst/#respond_97672

deputado declara preferir um filho morto do que homossexual; racistas, quando insinua que a cantora Preta Gil filha do compositor e cantor Gilberto Gil haveria sido criada em ambiente “promíscuo”⁷⁰; misóginas, quando declara não ter interesse em estuprar a então ministra Maria Rosário “pois ela não merecia”, o deputado federal defende a tortura⁷¹ e o golpe militar de 1964.

Mais votado pelo Rio de Janeiro na última eleição, o deputado também protagonizou um dos momentos mais lamentáveis da história do Câmara dos Deputados ao homenagear o coronel Brilhante Ustra⁷², torturador confesso da ditadura militar de 64. A tal homenagem foi proferida na sessão de votação na qual por 367 votos foi autorizada a instauração de processo de *impeachment* de Dilma Rousseff no dia 17 de abril de 2016.

Ao exaltar em plena Câmara Federal de um Estado democrático, um torturador confesso o deputado contribui para a negação da existência de crimes contra a humanidade cometidos pelos agentes do Estado ditatorial, assim como incorre na rejeição à memória factual do período.

Como será visto na sequência do trabalho a Constituição Federal, prevê em seu Art. 5, que "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático" O mesmo pode ser observado no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) em seus artigos 286 e 287:

A atitude, além de crime, configura atentado contra a História recente do país, assim como constitui-se em negação do “direito de ser lembrado”.

Este direito, de acordo com Daltoé (2014, p. 138), consiste em

metáfora que se dá a partir dos trabalhos da CNV, Comissão esta criada em 18 de novembro de 2011, de acordo com a Lei no 12528, e instituída em 16/05/2012 pela Presidenta Dilma Rouseff, com o propósito de apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período de 1946 e 1988, que inclui a ditadura (1964- 1985), buscando, conforme Art. 1o, “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional

A memória das vítimas da tortura, elevada à política de Estado pelo governo militar, que é negada, submetendo-as a uma nova violência.

⁷⁰ <http://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-condenado-por-declaracoes-homofobicas-racistas-15866495>

⁷¹ <http://elastica.abril.com.br/5-outras-declaracoes-pelas-quais-o-bolsonaro-tambem-deveria-ser-punido>

⁷² <http://www.revistaforum.com.br/2016/04/17/bolsonaro-dedica-voto-ao-coronel-brilhante-ustra-torturador-da-ditadura/>

A tortura, já no período ditatorial era definida pela associação médica mundial como:

A imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mentastro parte de uma ou mais pessoas, atuando por própria conta ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações, confessar, ou qualquer outra razão qualquer (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 01).

A tortura, de qualquer tipo, sendo legitimada, demonstra o nível de intolerância política que o país vive na atualidade.

Segundo o Dossiê da Intolerância (2016 p. 68), “Quase todas as intolerâncias políticas são visíveis, mostrando que as pessoas não se constroem em ofender ou discriminar os outros por posicionamentos políticos”. Para a polarização atual, ainda contribui o fato dos internautas brasileiros serem mais ativos politicamente *online*, do que os usuários de internet dos demais países americanos. Uma pesquisa realizada pela Worldwide Independent Network of Market Research (WIN) em nove países da região aponta altos índices de “ativismo online”.

No Brasil, a pesquisa realizada pelo IBOPE por meio de sua unidade de pesquisas online, o CONECTA, demonstrou que o percentual de brasileiros que leram sobre temas políticos nas redes, seguiram páginas relacionadas ao assunto ou postaram comentários relativos à questão política atual está acima da média das Américas.

O percentual dos que leram sobre temas políticos ou sociais nas redes nos últimos 12 meses é de 87%, bem acima da média, que é 59%. Em seguida, estão Colômbia (65%), Canadá (60%) e Peru (59%).

O blog Comunica que Muda descreveu em 2016, sete casos de intolerância política⁷³ que marcaram o ano: o cuspe do ator José de Abreu em sujeito que o insultava numa casa de refeições em São Paulo; os confrontos entre manifestantes pró e contra governo no episódio em que o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva foi levado coercitivamente para prestar depoimento no aeroporto de Congonhas; a agressão a jornalistas no mesmo episódio no aeroporto de Congonhas; a negativa de atendimento de uma médica a um filho de suplente de vereador, no RS; a agressão a um líder de grupo pró *impeachment* por militantes do Partido dos Trabalhadores em hotel de Salvador; a ameaça a uma mãe, no RJ, por que carregava sua

⁷³ <http://www.comunicaquemuda.com.br/sete-casos-de-intolerancia-politica/>

filha de cinco meses vestida com roupa vermelha e o episódio, envolvendo também a cor vermelha, na qual um cachorro foi agredido em Brasília.

A intolerância política também foi registrada em imagens nas manifestações pró *impeachment* de 2016. As 3 imagens coletadas tiveram como critério o tema "ditadura" e que, seguindo a linha deste trabalho, representam manifestações de intolerância política.

A contradição entre o livre direito à manifestação contrasta com a solicitação de uma intervenção militar, que justamente, como vários exemplos na história do país, tem como princípio a censura.

Uma possível explicação para a situação retratada seria o fato de o Brasil da segunda década do Século XXI apresentar um quadro de instabilidade econômica e política. De acordo com pesquisa realizada pelo London Business School, os pesquisadores Hemant Kakkara e Niro Sivanathana (2016, p. 6734), pesquisadores da área de comportamento organizacional, revelam que:

Quando confrontados com um meio de incerteza e com a falta de controle psicológico resultante, os sujeitos tendem a apoiar líderes dominantes, que acreditam ter a capacidade para enfrentar os ventos desfavoráveis e aumentar as chances de sucesso no futuro.

Russo (2015, p. 04), aponta que, em 2014, aproximadamente um a cada dois adultos no Brasil (47.6%,) relatou que acharia justificável um golpe militar em condições de alta corrupção. Ao comparar com o restante das Américas, o país aparece em sexto lugar.

Imagem 1



Fonte: <http://www.sensacionalista.com.br/2015/08/16/dez->

A intolerância demonstrada na frase, somada à simbologia das camisetas das senhoras que ostentam o cartaz, indica a associação entre nacionalismo e combate ao inimigo comum, o comunismo. A imagem expressa, de certa forma, a estrutura argumentativa do discurso do ódio que caracteriza esse tipo de discurso, incitando ao **banimento do outro**, ou

agindo na tentativa de banimento (SANTOS, 2014, p. 05). Ou seja, o diferente geralmente é considerado como inimigo.

Na imagem 3, a mesma retórica é repetida, agora nominado representantes políticos das esquerdas. A utilização da palavra “comunismo” também revela o pensamento anacrônico dos autores do cartaz, assim como remete à literatura revisionista que defende a eminência de um golpe comunista como principal vetor no golpe de 1964. Porém, estudos recentes demonstram que esta “ameaça” não correspondia a realidade. Uma das evidências é a total falta de desmobilização da esquerda no momento do golpe (PINHEIRO, 2014, pg. 132).

Imagem 2



Fonte: <http://www.sensacionalista.com.br/2015/08/16/dez-cartazes-das-manifestacoes-anti-governo-em-que-voce-nao-vai-acreditar/>

A terceira imagem representa uma total contradição entre discurso e ação. Uma manifestação social representa liberdade de expressão e pensamento. A Constituição Federal de 1988, é intitulada de “Constituição Cidadã” exatamente por respeitar princípios básicos de uma democracia. Neste caso, a pessoa que porta o cartaz utiliza sua liberdade de manifestação para pedir exatamente o oposto.

Imagem 3



Fonte: <http://www.sensacionalista.com.br/2015/08/16/dez-cartazes-das-manifestacoes-anti-governo-em-que-voce-nao-vai-acreditar/>

Em se tratando de um regime democrático é importante lembrar que:

a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato à garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas. É certo que a proteção da liberdade de expressão não é suficiente para assegurar a participação popular no debate político, pois os direitos fundamentais efetivam-se de modo interdependente: a eficácia de um direito fundamental depende da eficácia dos demais. Porém, não restam dúvidas de que tal liberdade é imprescindível que aqueles que desejam (SIC) manifestar-se na esfera pública tenham como fazê-lo e não sejam reprimidos por isso (TÔRRES, 2017, p. 62).

A polarização política, e a intolerância são explicitadas nas imagens 4, 5 e 6. Além deste tipo de intolerância, observam-se outros tipos presentes nas imagens. Misoginia e deficiência (DOSSIÊ INTOLERÂNCIAS, 2016, p. 42 e 58).

Imagem 4



Fonte: <http://adesivoscardoso.blogspot.com.br/?view=magazine>

Imagem 5



Fonte: <https://www.buzzfeed.com>

No caso dos adesivos com a imagem da ex-presidente Dilma Rousseff (na época ocupando a presidência da república), a evidência de misoginia é constatada no apelo sexual

Imagem 7



Fonte: <http://adesivoscardoso.blogspot.com.br/p/adesivos-de-parede-geladeira.html?m=1>

A imagem 7 evidencia o tipo de intolerância classificada como contra pessoas com deficiência. Está explícita a crítica ao ex presidente Luís Inácio Lula da Silva pelo fato de ser utilizada uma deficiência como forma de identificá-lo. Segundo o DOSSIÊ INTOLERÂNCIAS (2016, p. 42) "Os crimes de ódio contra deficientes envolvem intimidação, abuso, comentários de mau gosto, imitações e ataques morais. E a internet facilita abordagens de ódio". De acordo com o mesmo dossiê, o percentual de menções negativas indicado este tipo de intolerância chega a 93,4%.

A intolerância contra pessoas com deficiência também surge como forma de desqualificar um adversário político, como demonstra a imagem a seguir. Nela, observa-se que o deputado federal Jair Bolsonaro é classificado como "leproso". Faz-se uso do termo como forma de deprecição e desqualificação do político, por conta de seus posicionamentos ideológicos e em muitos casos, preconceituosos (Anexo D - manchetes jornalísticas sobre intolerância política).

Imagem 8



Fonte: DOSSIÊ INTOLERÂNCIAS (2016, p. 49).

A polarização político partidária acirrada nas últimas eleições tem causado muitas formas de manifestações tanto no espaço público quanto no virtual. As manifestações das Jornadas de Junho (SOUZA, 2013, p. 7) que culminaram no processo de cassação da presidente eleita no pleito de 2014. No entanto, das Jornadas de Junho para as manifestações de 2015 e 2016 duas questões chamam a atenção: a pauta sobre corrupção e o discurso da intolerância.

Nas manifestações de junho, apesar de iniciadas com o protesto contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, a pauta se tornou plural ao replicar-se em todo o Brasil. Foram vistas manifestações que clamavam desde a necessidade de combate à corrupção até à melhoria dos serviços públicos (SOUZA, 2017, p. 33). Nas de 2015 e 2016, esta pauta foi unificada em torno da retirada do Partido dos Trabalhadores do poder executivo federal. Além deste propósito unificado também submergiram palavras de ordem e cartazes com claras demonstrações de intolerância e ódio.

No caso dos cartazes encontrados nas manifestações, e apresentados anteriormente, assim como nas demais imagens, a linguagem empregada tende a expressar a subjetividade em um dado contexto histórico e social. Isto pode revelar formas de agir e pensar por meio de discursos que se materializam em um gênero cujo o objetivo é reivindicar um desejo individual que se crê amparado pela coletividade, pois Bakhtin (1995) defende que o individual não existe por si só, ele só se constrói pelo contexto e não há individualidade “pura”.

A partir destas constatações propõe-se, um breve exercício de análise dialógica das imagens apresentadas.

O contexto, as condições de produção, circulação e recepção dos enunciados, além de sua condição dialógica, abre espaço para que sentidos possíveis possam lhes ser atribuídos. O contexto histórico e social deste caso é o das manifestações pró *impeachment* que aconteceram nos anos de 2015 e 2016. Em termos nacionais é um contexto polarizado politicamente, no qual não há unanimidade em torno do processo de cassação do chefe do executivo federal (no caso a presidente eleita em 2014) em relação a sua legalidade. No entanto, no contexto dos espaços públicos nos quais especificamente estas manifestações aconteceram os cartazes identificam uma parcela significativa da população que acredita ser o processo legal e legítimo. No meio destas encontram-se facilmente manifestações intolerantes

nas quais a incitação à violência e o ataque aos direitos constitucionais são enunciados por meio de cartazes.

Levando-se em conta os números apresentados pelo Dossiê da Intolerância⁷⁴, que apresenta dados que colocam o Facebook como a maior plataforma com comentários e postagens de ódio, em muitos casos tem-se a impressão de que as expressões odiosas das redes sociais digitais se materializaram nas ruas.

Chauí (2000, p. 04) atesta que as manifestações de intolerância e ódio não se tratam de um fenômeno recente, pois a sociedade brasileira, diferentemente do que se apregoa historicamente, está longe de ser cordial e pacífica. O ciberespaço então, como já visto, desnuda os mitos fundadores (Idem, 2001, p.05) como o da cordialidade do brasileiro, principalmente nas redes sociais digitais em que o espaço privado torna-se público e as opiniões e pontos de vista que se pautam no preconceito e na intolerância ficam expostas.

Dos cartazes retratados neste trabalho, é claro o posicionamento anticomunista e a associação do comunismo ao partido dos trabalhadores, o que evidencia Bakhtin (2006, p. 123) quando o autor propõe a ideologia como um modo de percepção do mundo e do outro em condição inerente à linguagem. Neste sentido, por mais que o sujeito queira ser isento de subjetividade, sempre que um enunciado é proferido, são atribuídos valores ideológicos a ele. A partir disto deduz-se que os portadores dos cartazes posicionam-se contra o governo do PT reforçando sua opção pelo capitalismo.

Nos cartazes (imagens 1, 2 e 3), explicitam-se mensagens de intolerância ideológica: a proposta de assassinato de líderes representantes do espectro político progressista (imagem 3); A hierarquização da violência reafirmando a “normalidade” do feminicídio (palavra derivada de bandeira progressista) e conotando ao Partido dos Trabalhadores o problema da fome (imagem 2) e o Lamento por não terem sido mortos os líderes representantes progressistas durante a Ditadura de 1964 (imagem 1). Nesta, ao questionar-se o por que de não terem sido todos mortos em 64, não diz, mas deixa de forma implícita que foram cometidos crimes contra a humanidade pelo regime militar. Ou seja, “...

⁷⁴ Estudo realizado no ano de 2016 pelo blog Comunica Que Muda, de comunicação de interesse público da agência **nova/sb** Comunicação. Este levantamento foi realizado entre abril e junho, com o auxílio de um algoritmo (software Torabit) que vasculhou redes sociais digitais como Facebook, Twitter e Instagram armazenando mensagens e textos sobre racismo, posicionamento político.

ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam.”(ORLANDI, 2001, p. 82).

No cartaz da imagem 3 expressa-se também, mesmo sem ser dito, o desejo de supressão das liberdades individuais. Quando o manifestante frisa que “luta pelo fim da democracia” inveja uma proposta contraditória na medida em que se utiliza de um princípio democrático - livre manifestação - para pedir justamente o contrário - a supressão de direitos de livre manifestação pela intervenção militar. Ou seja, a liberdade é utilizada para ser suprimida.

Partindo do princípio de que estes vários elementos constituem o contexto de ódio produzido no ciberespaço, pretende-se tratar deste conjunto de características como uma cultura. A cultura do ódio formada por ideias cujo conteúdo incita à discriminação, seja ela racial, religiosa, de gênero, de orientação sexual, etc. Uma cultura na qual a tolerância e o respeito à diversidade são substituídos pelo preconceito generalizado e a opressão de minorias sociais segregadas e perseguidas por representarem (a esta cultura) uma inferioridade a ser debelada. Neste sentido, o Facebook contribui para a disseminação de uma cultura de ódio, pois implica a livre produção e circulação de conteúdos na rede. Esta propriedade além de privilegiar o ciberativismo também contribui para o que se entende como “cibercultura da intolerância”. Esta, consiste no uso das redes sociais digitais para a disseminação de conteúdos contrários às agendas democráticas.

Como cultura possui elementos que caracterizam tal conceito como um discurso pautado em retórica comum e de cunho religioso; Símbolos expressos em imagens e gestuais e ações concretas como o cibercrime.

Dos vários motivadores que contribuem para este estado das coisas, destaca-se a dificuldade histórica em reconhecer esta cultura do ódio, já que, a justificativa proposta de que o discurso é inferior a prática, ou seja, há uma hierarquia da agressão, pois acredita-se que a palavra não significa a materialização da ação. Neste sentido a agressão verbal ou escrita seria apenas uma ação sem consequências por não ter havido agressão física, que de acordo com esta crença materializaria a ação de agressão.

Há um não entendimento sobre o que se trata a liberdade de expressão prevista no artigo 5o, inciso IV da Carta Magna de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, pois esta assegura a garantia ao livre pensamento e à livre expressão tendo como prerrogativa às

liberdades individuais (direitos civis e políticos). Tal inciso caracteriza o espírito republicano configurando-se em um princípio democrático. Ou seja, liberdade de expressão não significa liberdade para a agressão.

Outra característica constatada no cerne da negação desta cultura é a “crença na autoridade da palavra” (SANTOS, 2014, p. 32). O agressor, ou opressor exterioriza seus pensamentos livremente nas redes sociais digitais sem levar em conta de que aquele é um espaço público. Para isto justifica seu discurso, como um direito de livre expressão por ter sido proferido em sua conta particular.

De forma resumida este conjunto de fatores se refere à

descaracterização – a renegação da existência do discurso do ódio alimentada por visões de mundo que se mostraram herdadas na tradição de pensamento ocidental: a crença na inocuidade da fala do discurso; a crença na propriedade do privado como lugar do discurso (idem, 2015, p.33).

Segundo Santos (2014, p. 05), a estrutura argumentativa do discurso do ódio comporta:

O banimento do outro, ou a tentativa de banimento (i) que se revela numa atitude de intolerância quanto ao diferente geralmente considerado como inimigo.

O acionamento do pânico, tanto moral quanto social (ii) instiga intencionalmente o medo entre a maioria dominante com o objetivo de torná-la opressora

O argumento ideológico (iii) de cunho político, social ou religioso mira a manutenção de um estado de coisas para um grupo dominante.

5.3 - Os marcadores da cibercultura da intolerância: mapa conceitual sobre a cibercultura da intolerância

Com base nas questões discutidas até o momento, destacam-se elementos que o autor entende como marcadores da intolerância política nas redes sociais digitais. Tendo como referência o conceito de tipo ideal, em Weber (1982), o perfil traçado a seguir não possui a pretensão de esgotar as possibilidades, mas permitira a elaboração de hipótese mais precisas em estudos futuros, uma vez que:

A criação de tipos ideais não é um fim em si mesmo. O único propósito de construí-los é para facilitar a análise de questões empíricas. Funciona como um instrumento para a ordenação da realidade, onde o cientista analisa os fenômenos e formações sociais podendo então conceituá-los e identificar suas manifestações (ARON, 2008, p. 234).

Neste sentido, são seis características a serem destacadas quando se trata de um discurso que demonstra intolerância política: o discurso do ódio; a proposição de revisionismo histórico, principalmente em relação à ditadura de 1964; a utilização de argumentação depreciativa (*ad hominem*); retórica contraditória; a divulgação de informações falsas (*fake news*) e o raciocínio maniqueísta.

Estas características reunidas configuram o que Aron (2008, p. 235). entende como os princípios basilares do conceito de cibercultura da intolerância. Neste sentido, segue o detalhamento de cada um dos elementos apresentados, a discussão teórica sobre estes e, por final, a apresentação de um mapa conceitual com a representação gráfica do conceito.

Crê-se que o discurso do ódio, no caso da intolerância política, incida principalmente no desejo de banimento do outro (ROSENFELD 2014, p. 05). Também observa-se uma ideologia do nazi fascismo na manifestação anticomunista, advertindo que o “anticomunismo se caracterizou pelo desprezo as ideologias de esquerda, governos de origem socialista, movimentos operários, greves e sindicatos” (GOULART, 2012, s/p)⁷⁵

Os exemplos que seguem envolvem representantes políticos dos dois lados do espectro político, em situações discurso do ódio.

O primeiro exemplo se refere a declaração do deputado federal pelo RJ Jair Bolsonaro sobre a necessidade de mudar o país a partir da tortura e do assassinato de pelo menos 30 mil pessoas (NOGUEIRA, 2017, s/p).

Segundo, Martins (2017, s/p), "Os discursos de ódio, presentes na mídia, nas redes sociais e nos argumentos de autoridades, levantam o debate sobre os limites entre a liberdade de expressão e a apologia e a incitação ao crime".

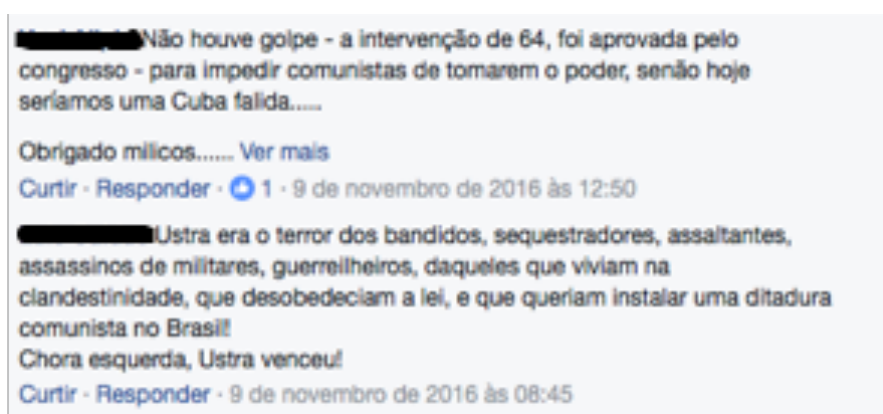
Assim como foram apresentadas imagens sobre a intolerância política anteriormente, também se ressalta que o discurso do ódio também se apresenta na música. Como exemplo o relançamento da música “Tô Feliz (Matei o presidente)” música composta por Gabriel Pensador no ano de 1992 com críticas diretas ao então presidente Fernando Collor

⁷⁵Fonte: <http://jornal.usp.br/atualidades/o-perfil-da-intolerancia-ideologica-no-brasil/>

de Melo. Desta vez a nova versão da música mira o presidente em exercício Michel Temer (CAMPOS, 2017, s/p.).

O terceiro exemplo decorre de reportagem do colunista Mario Vitor Rodrigues intitulada "Lula deve morrer". De acordo com o diretório do Partido dos Trabalhadores, houve abertura de denúncia sobre incitação à violência, crime previsto no artigo 286 do código penal. O autor do texto também recorreu à Justiça para solicitar proteção policial, por conta de várias ameaças de morte sofridas desde a publicação da coluna.⁷⁶

Sobre a proposição de revisionismo histórico, os comentários apresentados anteriormente demonstram a negação da tortura, assim como a minimização das consequências da ditadura de 1964 para o conjunto da sociedade brasileira, conforme pode aqui ser aferido:.



A mesma prática pode ser observada em grupos organizados a partir de 2014, entre eles o MBL (Movimento Brasil Livre). São movimentos que se rotulam como sociais e apartidários, apesar de evidências que demonstram o oposto. De acordo com Toja (2017, p. 10)

em uma gravação de fevereiro de 2016, **Renan Antônio Ferreira dos Santos**, um dos três coordenadores nacionais do MBL, diz em mensagem a um colega do grupo que tinha fechado com partidos políticos para divulgar um de seus protestos usando as “máquinas deles também”. Os coordenadores do MBL também negociaram e pediram outros tipos de ajuda a partidos, pelo menos, a partir do ano passado. Entre eles estão: **PMDB, PSDB, DEM e SD**.

Estes movimentos praticam um tipo de ciberativismo bem diferente do inicial, considerando que, no caso destes movimentos recentes, muitas agendas democráticas são criticadas (TOJA, 2017, p.07).

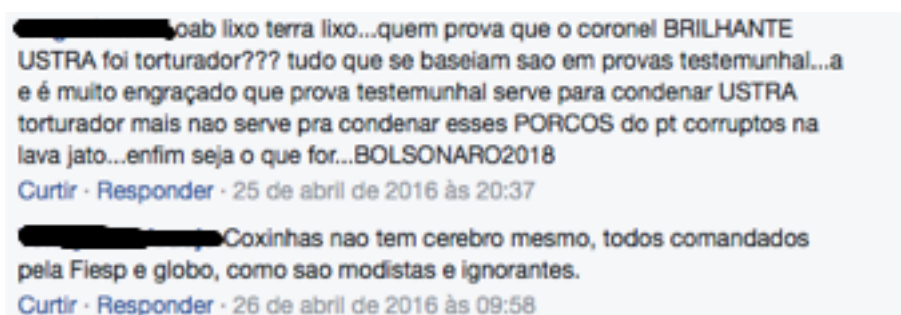
⁷⁶ <https://www.vivanoticia.com.br/2017/11/colunista-que-pediu-morte-de-lula-e.html>

Um caso ilustrativo de revisionismo histórico é o apoio dado ao sítio eletrônico independente, Brasil Paralelo.

De acordo com Franco (2017, p. 03), o sítio eletrônico busca produzir "uma narrativa de grandeza, de refundação da nacionalidade gloriosa, da invenção de um mito fundante que nos constituiria como povo eleito para qualquer patifaria patriótica". Ainda para o autor:

A pretexto de ensinar a verdadeira história, que teria sido escondida e deturpada pelos professores marxistas, esses autocratas do Brasil Paralelo produzem ideologia hierárquica e autocrática. É claro que os professores de história marxistas também constroem narrativas ideológicas antidemocráticas, sobretudo na medida em que se orientam pelo postulado básico de que a luta de classes é o motor da história. Mas isso não pode ser corrigido ou enfrentado com uma narrativa ideológica oposta, igualmente antidemocrática (FRANCO, 2007, p. 05).

Outra característica ou elemento comum nos comentários de intolerância política é a utilização de argumentação depreciativa, ou seja, o argumento utilizado visa sempre reduzir e desqualificar o interlocutor. Nos comentários abaixo, observa-se uma polarização entre "porcos do pt" vs. "coxinhas". No primeiro, verifica-se a exaltação ao Deputado Jair Bolsonaro sendo precedida pela classificação do Partido dos Trabalhadores como "porcos". Logo a seguir o argumento do autor do comentário é que os seguidores que apoiam o deputado Jair Bolsonaro não possuem cérebro.



A argumentação depreciativa, assemelha-se ao conceito *Argumentum ad hominem*. Isto é, "um tipo de falácia que se caracteriza quando determinada pessoa responde a um argumento com críticas negativas ao seu autor e não ao conteúdo apresentado". (DICIONÁRIO DE SIGNIFICADOS)

A retórica contraditória constitui mais uma característica, pois como já visto, utiliza-se o direito à livre manifestação para clamar-se pela proibição a este direito. O comentário abaixo, tenta justificar os atos criminosos de tortura, como algo legítimo. Ao

mesmo tempo que numera a quantidade de assassinatos de inocentes cometidos por líderes de Esquerda, afirma que o fato de ser “comunista” justifica sua eliminação. Neste caso, a defesa da ditadura iniciada em 1964 demonstra a crença de que é possível classificar uma ditadura como boa ou má. Assim, numa ditadura socialista presos políticos são vítimas, enquanto na ditadura capitalista, são criminosos que merecem a eliminação.

Dentro dessa perspectiva, um outro exemplo pode ser observado no apoio do MBL às demonstrações de autoritarismo estatal na intervenção sobre a greve dos policiais militares do Espírito Santo em fevereiro de 2017 (TOJA, 2017, p. 08). O detalhe é que o movimento autodenomina-se liberal.

Em outro caso, promoveu-se a defesa da censura a exposições de arte acusadas de pedofilia. Por conta do ativismo dos membros e seguidores do movimento, uma exposição artística foi cancelada em espaço cultural da cidade de Porto Alegre. A questão chama a atenção novamente pela contradição entre discurso liberal e ação conservadora.

Também abre a perspectiva de crítica as ações de movimentos à esquerda do espectro político. De acordo com o doutor em Estética e Filosofia da Arte da UFMG, Rodrigo Cassio Oliveira, ações como esta não são específicas de apenas um dos lados do espectro político, pois acontecem:

com muita frequência na mobilização que movimentos da esquerda fazem contra aquilo que eles consideram equivocado. Por exemplo, muitos movimentos de minoria são organizados e movidos pelo ímpeto do politicamente correto e atuam de forma contrária a arte. Às vezes querem impedir a divulgação de filmes com conteúdo machista, certas obras não devem ser exibidas porque estão ofendendo movimento de minorias X ou Y. Isso acontece muito hoje (MENDONÇA, 2017, s/p).

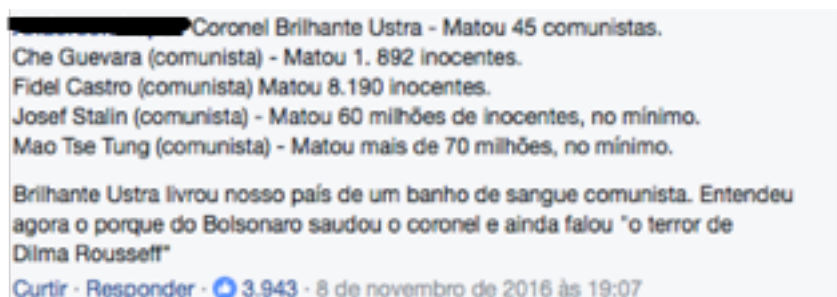
A retórica contraditória também pode ensejar a lógica da inversão, que depende da capacidade de distorcer os fatos. De acordo com Tiburi (2016, p. 59):

A retórica como campo da linguagem definiu as estratégias da distorção por meio de uma classificação das falácias. Ela pode parecer bem racional, mas, em geral, apela, como qualquer falácia, a uma espécie de drible argumentativo. Pela inversão basta colocar uma coisa no lugar da outra. Trocar o lugar de quem fala, por exemplo. Vemos essa lógica presente tanto na culpabilização da vítima, quanto na vitimização do culpado.

Dos comentários anteriores, o primeiro representa, de forma didática, esta lógica da inversão.

Toda a lógica da cibercultura da intolerância é reforçada pelo raciocínio maniqueísta, no qual, o bem e o mal estão em eterna disputa. Neste caso, o comunismo

representa todo o mal e merece ser destruído, como pode ser observado no comentário que segue. O comentário também apoiasse sobre o revisionismo histórico. Destaca-se a quantidade de “likes”, ou seja indicado concordância com o comentário.



Por final, o último elemento consiste na utilização de informações falsas. Neste caso, o tipo de ação nominada nos EUA, como *fake news*, consistem em notícias falsas veiculadas no ciberespaço com a intenção de auferir lucros com as curtidas recebidas na postagem. Desta forma o *fake news* vira a não-notícia e pode ser dividida em quatro categorias de acordo com a intenção de quem a veicula:

- i) os que intencionalmente buscam enganar através de manchetes tendenciosas; (ii) os de reputação razoável que compartilham boatos em larga escala sem verificar corretamente os fatos; (iii) os que relatam de forma tendenciosa fatos reais, manipulando a informação; e (iv) os que humoristicamente trabalham com situações hipotéticas. Nesses casos, o maior risco é que as notícias sejam compartilhadas fora do contexto. (SOUZA, 2017, s/p).

No cenário político atual em vários países do mundo, a utilização de *fake news*, é quase uma epidemia. Casos como a eleição de Donald Trump nos EUA evidenciam isto (SILVERMAN, 2016, s/p).

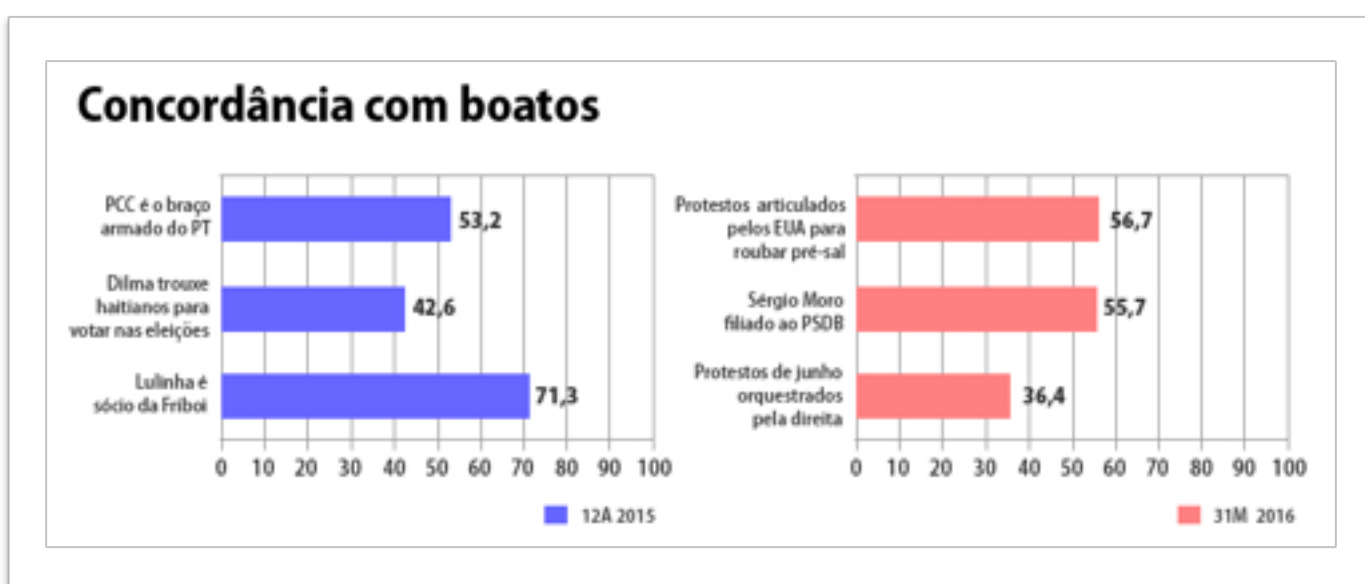
Novamente o Movimento Brasil Livre apresenta um exemplo acerca deste elemento. A “fake news” refere-se à divulgação de uma foto do velório do ex presidente cubano Fidel Castro na qual afirma-se que a população cubana havia virado às costas ao cortejo fúnebre do político morto. No entanto, trata-se da formação de um cordão de isolamento, até porque, de acordo com Toja (2017, p. 05), “um protesto como esse seria encerrado rapidamente pelas autoridades locais”. Constata-se que o povo cubano não estava de costas como forma de protesto contra o ex-presidente Fidel Castro, mas “Na verdade, as pessoas que aparecem nas imagens são voluntários que serviram de cordão de isolamento durante a passagem do corpo” (TOJA, 2017, p. 05).

De acordo com Souza (2017, p. 38),

Há um diálogo claro entre a ascensão das *fake news* e a pós-verdade, eleita palavra do ano pelo dicionário Oxford em 2016. Ou seja, aquilo em que as pessoas escolhem acreditar importa mais do que a verdade dos fatos. Dessa forma, ao encontrar uma notícia que se adeque às suas convicções pessoais, as pessoas não hesitam em compartilhá-la sem ao menos verificar a procedência dos fatos.

No Brasil, também não é diferente. A proximidade entre as fake news e a boataria é evidente e, desta forma, a política é envolvida. No quadro abaixo, são apresentados dados sobre o nível de concordância com boatos que percorreram os dois lados do espectro político.

Gráfico 8

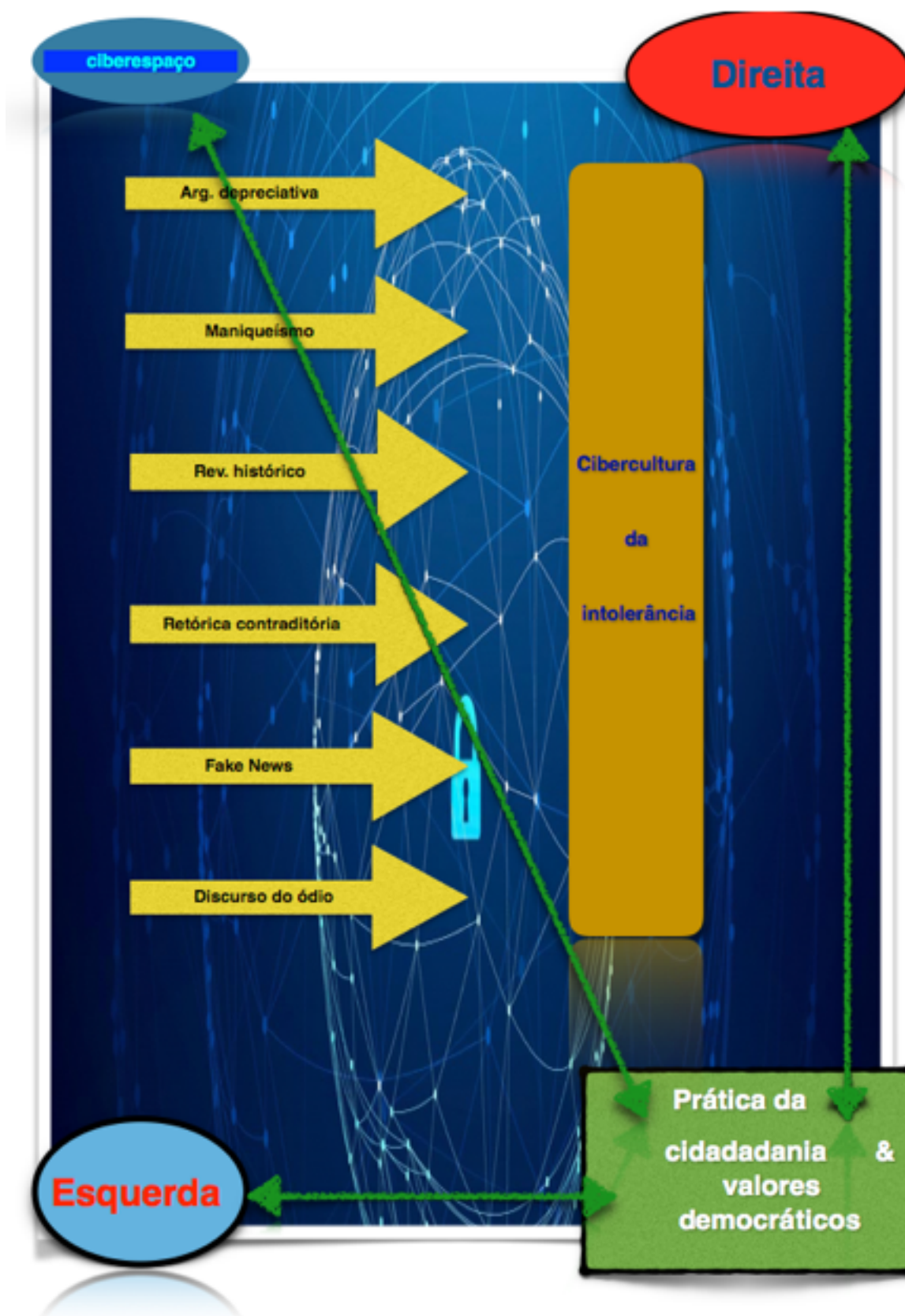


Fonte: <http://jornal.usp.br/atualidades/o-perfil-da-intolerancia-ideologica-no-brasil/>

Outro grupo que utiliza do expediente do ciberativismo, porém, antidemocrático, é o movimento denominado "Escola Sem Partido". Assim como o MBL, este movimento, que originou o projeto de lei 193/2016, se auto intitula apartidário, no entanto, recebe o apoio de vários políticos do espectro de Direita (NASSIF, 2016). O objetivo propagado é acabar com a "doutrinação de esquerda" nas escolas. No entanto, o próprio projeto se tornou refém do conceito, por conta da dificuldade em tipificar o que seria uma ação doutrinária na escola.

Além disto, a doutora em educação e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Sandra Unbehaum (Apud SANTANA, 2016, p. 48), afirma "que apesar do discurso de neutralidade, o Escola Sem Partido defende uma escola sem espaço para discussão da cidadania, garantia estabelecida na Lei de Diretrizes de Bases da Educação (9.394/96)"

Imagem 9 - Cibercultura da Intolerância



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Entende-se que a convergência entre estas seis características constituem a cibercultura da intolerância. Utiliza-se um princípio democrático exercido pelo ciberativismo inicial na utilização das redes sociais digitais. Estas atuaram como meio eficaz para a veiculação de agendas defendidas por movimentos sociais. A própria literatura, como visto no estado da arte sobre o tema, ainda considera o ciberativismo como a disseminação de ideais democráticos, porém, as mesmas plataformas são utilizadas para defender ideias anti democráticas. Ao conjunto das características que identificam tais ações, o autor define como cibercultura da intolerância.

O mapa demonstra uma grande área considerada o ciberespaço. De forma transversal, o espectro político é representado. Esquerda de um lado e direita do outro. Ao centro as setas indicam as seis características identificadas nos discursos de intolerância política. No entanto, o mesmo espaço que favorece a cibercultura da intolerância, também pode ser ocupado pela prática da cidadania e dos valores democráticos.

É necessário que se combata a antipolítica (TIBURI, 2016) denunciando os líderes manipuladores, assim como os interesses mercadológicos por trás das mídias tradicionais. De forma geral, a cibercultura da intolerância dissemina e banaliza o mal (ARENDT, 1993), o que requer não apenas a promoção de valores democráticos, mas a colocação destes em prática. Apenas assim acredita-se que a intolerância política e de outros tipos possa ser controlada e gradualmente diminuída.

O Institute for Strategic Dialogue constitui-se numa organização que atua há 10 anos na luta contra ideologias extremistas baseadas em ódio. Seu principal objetivo é compreender como se organizam e agem grupos que propagam ódio e intolerância nas redes sociais digitais.

Em sua publicação mais recente, foram analisadas 5000 conversações em 50 plataformas diferentes, para mapear a extrema direita. Três fatos serviram de pano de fundo:

A operação “The Defend Europe”, que tentou proibir a entrada de refugiados libios na Europa; as aches do grupo “Unite the right”, que ganharam notoriedade após as manifestações em Charlottesville, nos EUA; e as eleições na Alemanha, que registraram o AFD, partido de extrema direita, como o terceiro mais votado no pleito.

De acordo com os resultados, foi possível traçar pontos de conexão e convergência. O cruzamento entre os dados coletados apontou o forte alicerce que a extrema

direita vem construindo com alcance além das barreiras geográficas. São pelo menos três os pontos que se conectam na conclusão da pesquisa:

A convergência por plataformas (digitais) : encontros e conversações online fazem com que os usuários identifiquem interesses extremistas em comum e migrem a conversa para plataformas mais reservadas e possibilitam o surgimento de novas alianças. **A convergência por ideologia**: a identificação de pontos em comum nas ideologias e objetivos de cada grupo e a união de interesses. **Convergência Tática**: A estruturação da extrema direita para se unir com outros grupos e lutar por objetivos em comum, mesmo quando os movimentos não lutem 100% pelos mesmos ideais. Isso nas redes sociais digitais se divide entre conteúdos de entretenimento sobre esta ideologia, visibilidade e sucesso no alcance o anonimato para as negociações estratégicas (EBNER, 2017, p. 26).

Por outro lado, é fundamental observar que a cibercultura da intolerância não é exclusividade apenas de um dos lados do espectro político, mas um conjunto de elementos presentes nos dois sentidos ideológicos. "Da direita à esquerda, passando pelo centro, todos os espectros políticos e ideológicos no país têm errado, (...), em reduzir a prevenção à violência e o combate à criminalidade como uma pauta exclusivamente policial e afeita à esfera penal e de controle da ordem pública" (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, p. 37).

5.4 - A prática cidadã e a valorização dos princípios da democracia

Por outro lado, a mesma rede social digital é utilizada para denunciar os casos de explicitação da cultura do ódio. Em vários momentos após episódios de incitação ao ódio, destacam-se nas redes sociais digitais, não apenas mensagens diretas, mas também a denúncia de agentes públicos fomentando esta cultura. Um exemplo é o caso do vereador de uma cidade do interior de SC⁷⁷ que, em plena tribuna, se referiu aos nordestinos como “vagabundos” por utilizarem um benefício do Estado, enquanto o segundo maior número de beneficiários está localizado no sudeste do país, mais especificamente em São Paulo (<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados>). Este tipo de comportamento evidencia o que afirma Hoepfner (2014, p. 23) pois,

O discurso do ódio mais comumente refere-se à expressão de xenofobia, racismo, sexismo, homofobia, misoginia etc. Mas ele também pode ser expresso no contexto do discurso positivo, do amor exagerado, nos casos de idolatria, chauvinismo,

⁷⁷ https://www.youtube.com/watch?v=mYyc_qCouls

nacionalismo, bairrismo, afirmação de classe, credo, raça etc, que implicam diretamente na premissa de uma subvalorização do outro.

No entanto, como já afirmado, a intolerância política, ao mesmo tempo que ganha força na utilização das plataformas digitais, também é denunciada, implicando a necessidade de discutir os limites para a liberdade de expressão e da práxis da cidadania como alternativa de esclarecimento e conscientização da importância do uso democrático das redes sociais digitais. É na veiculação de agendas civilizatórias como, a tolerância ao multiculturalismo e as liberdades e garantias individuais que residem as esperanças em um mundo mais justo e igualitário.

5.4.1 - Liberdade de expressão x apologia ao ódio: a práxis cidadã como alternativa para a intolerância

A liberdade de expressão configura um direito fundamental das sociedades democráticas. Sua inclusão nas constituições liberais, assim como em tratados e convenções internacionais como elemento jurídico remonta à Revolução Francesa, porém sua primeira expressão é anterior à queda da Bastilha. Menção a este princípio aparece pela primeira vez no *English Bill of Rights*, “um estatuto político formulado no contexto da Revolução Gloriosa que defendia os direitos dos cidadãos britânicos” (LEVI & LUNA, 2014, p. 178).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão apresenta, em seus artigos 10 e 11, os princípios que norteiam a expressão:

Art. 10.o Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11.o A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

No Brasil Imperial, o princípio já existia, sendo extinto no período republicano pela censura imposta pelo Estado Novo de Vargas. O princípio só foi resgatado com a Constituição de 1988, nela, foram introduzidas inovações como a “liberdade de manifestação do pensamento, dando maior amplitude ao rol de direitos e garantias individuais, vedando

apenas o anonimato como forma de evitar a verbalização do discurso sem a devida responsabilidade” (LEVI & LUNA, 2014, p. 179).

Neste sentido, a liberdade de expressão só é possível se plenamente garantida a liberdade para que as pessoas manifestem seus pontos de vista segundo suas convicções, tanto na esfera privada quanto na pública. Desta forma, são vários os objetivos que personificam a liberdade de expressão. Seriam eles:

a) a procura da verdade, b) o mercado livre das ideias, c) a autodeterminação democrática, d) o controle da atividade governativa e do exercício do poder, e) o estabelecimento de esfera aberta e pluralista de discurso público, f) a garantia da diversidade de opiniões, g) a acomodação de interesses juntamente com a transformação pacífica da sociedade, h) a promoção e expressão da autonomia individual, i) a formação de concepção multifuncional das liberdades de comunicação (MACHADO, 2002: 237-291).

É clara a importância do referido princípio, principalmente como exercício dos direitos políticos e conseqüentemente para a fiscalização do poder público e seus atores. Desta forma, qualquer intervenção estatal deve ser considerada perigosa dentro de um sistema democrático. Contudo, o princípio não é absoluto e, sendo assim, cabe se questionar quais seriam os limites para sua aplicabilidade.

Algumas questões tornam-se pertinentes para o estabelecimento de limites entre a liberdade de expressão e a livre agressão. Seriam elas: quais seriam os limites para a liberdade de expressão? O que fazer em relação ao discurso do ódio que inundam as redes sociais digitais? Como é possível medir, em discursos e palavras, os danos causados aos alvos dos ataques?

A concepção do princípio varia de acordo com a cultura jurídica de cada país. Levi & Luna (2014, p. 180-190) fazem um quadro comparativo entre EUA, Alemanha e Brasil, na procura de respostas e soluções para o problema posto.

Na perspectiva estadunidense, o princípio já aparece na primeira emenda constitucional de 1791. Consiste em uma visão da liberdade negativa pautada no “mercado das ideias” (LEVI & LUNA, 2014, p. 181). Este supõe um Estado neutro que não intervenha na determinação da verdade ou falsidade dos argumentos. Acredita-se que, num debate aberto, sem intervenção estatal, a verdade prevalecerá. Desta forma, “no modelo norte-americano, a intervenção estatal só se justificaria quando as ações dos sujeitos provocassem danos aos demais” (LEVI & LUNA, 2014, p. 183).

Exemplos da aplicação deste princípio pode ser percebida na liberdade de manifestação de vários grupos historicamente intolerantes como os nazistas e a Klu Klux Klan. O protesto da extrema direita estadunidense contra negros, imigrantes, judeus e gays, ocorrido em agosto de 2017⁷⁸, demonstra a aplicação dos princípios da liberdade negativa.

No modelo alemão, a liberdade de expressão é relativa. Como decorrência do nazismo, acima deste princípio, consta a inviolabilidade da dignidade humana. Sendo a dignidade humana um direito fundamental e princípio constitucional supremo, “quando os casos apresentam fatos nos quais a dignidade humana e a liberdade de expressão colidem, esta deve render-se para que a dignidade humana prevaleça” (LEVI & LUNA, 2014, p. 185).

Neste sentido, o sistema de justiça alemão preconiza que “haverá sempre a ponderação de valores em face de conflitos entre a liberdade de expressão e outros direitos fundamentais. Para os casos de violação de um direito constitucional, a solução se dará pelo princípio da proporcionalidade” (LEVI & LUNA, 2014, p. 190-191).

O sistema jurídico brasileiro se assemelha ao germânico nesta questão. O caso *Ellwanger*, julgado pelo STF em 2003, evidencia isto. O réu, fundador da editora gaúcha *Revisão*, foi autor e editor de livros que disseminavam ódio aos judeus. A grande contribuição do caso foi a conclusão do plenário ao indicar que a liberdade de expressão não pode servir de suporte para o preconceito e a incitação da violência contra humanos (LEVI & LUNA, 2014, p. 188).

Segundo Levi & Luna (2014, p. 191), uma possível solução para o combate ao discurso do ódio:

seria a construção de políticas que garantam efetivamente o acesso às mídias e aos meios de comunicação das minorias vítimas de discriminação em nossa sociedade, de modo que as diferentes etnias, religiões, culturas e gêneros, estejam de fato representadas, pois ao assegurar voz e visibilidade a esses grupos é que se ergue uma sociedade igualitária, plural e desprovida de qualquer forma de intolerância.

Neste sentido, a sensibilização para a convivência tolerante e o respeito à diversidade social, são fundamentais para o exercício e a prática da cidadania.

A prática da cidadania consiste num exercício complexo de adaptação às novas interfaces, informações e comportamentos produzidos num mundo globalizado em que a internet e todo um novo sistema tecnológico configura-se como fenômeno de mídia com impacto profundo nas culturas nacionais.

⁷⁸ <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>

Ao mesmo tempo em que as novas tecnologias abrem espaços para novas agendas, produção e veiculação de conteúdos diversos dos meios de comunicação de massa, democratizando o acesso a novos saberes, por outro lado os grandes conglomerados de mídias se apropriam de conteúdos veiculados nas redes e também desenvolvem plataformas destinadas a cooptar a audiência fiel aos meios tradicionais.

Por cidadania, leva-se em conta o processo histórico de construção do conceito que evoluiu em seu significado a partir das mentalidades e ideologias que caracterizaram cada época. Além disto, há de se levar em conta as diferentes práticas de cidadania em diferentes civilizações, de acordo com a ideia de pertencimento a uma comunidade e dos direitos e deveres de cada um, convergência comum no significado da palavra em vários dicionários (AUDIGIER, 2005, p.168). “cidadão e cidadania apelam sempre à delimitação de um território e de um grupo, território onde os direitos são aplicáveis e grupo como conjunto de pessoas titulares desses direitos” (AUDIGIER, 2005, p. 05).

Neste caso, apesar dos significados semelhantes em diferentes línguas e culturas (FONTE), o conceito de cidadania só é passível de abordagem a partir da contextualização dela enquanto prática social, processo ideológico e construção histórica. Devido a sua complexidade e multidimensionalidade, cujas referências vão se alterando em contextos históricos diversos ao longo do tempo o conceito está distante de uma significação estável e partilhada (AUDIGIER, 2005, p.168).

Dentro desta perspectiva, o mundo globalizado engendra novos significados ao conceito ampliando sua abrangência em relação a temas antes não relevados como questões pertinentes a serem contempladas nas discussões sobre cidadania. A saber, problemas sociais de diversas ordens, desigualdade de gênero, identidade nacional, agendas das minorias, democracia participativa e meio-ambiente. Uma escala global de múltiplas questões que, rompendo barreiras geográficas, pautam a sociedade atual.

Ouve-se cada vez mais falar de uma super-cidadania que engloba a cidadania local, regional, nacional, supranacional. Mais do que ser cidadão nacional impera ser cidadão do mundo. Notória a sua força, abrangência e complexidade. Assiste-se deste modo ao que se chama de globalização da cidadania. O conceito alargou o seu horizonte (RIBEIRO, 2010, p. 67).

Também no processo de alteração dos significados e ampliação de sua extensão o conceito de cidadania transformou-se principalmente em relação ao processo de autonomia do sujeito assegurada pelo direito civil no respeito “a esfera privada das pessoas, seus direitos de

livre expressão, de livre associação” (PERRENOUD, 2005, p. 21). Para o autor, “seria justo reconhecer que a concepção da cidadania mudou e, com isso, mudaram também os meios legítimos de educar e de instruir” (PERRENOUD, 2005, p. 22).

Considerada pela ótica de sua construção histórica o conceito de cidadania perpassa todo o período compreendido entre a ideia de participação nas cidades-estado da Grécia antiga até o advento da modernidade amparada nos valores iluministas que apresenta concepções sobre quem é cidadão e quais direitos que goza enquanto tal (RIBEIRO, 2016).

Dentro desta perspectiva Ribeiro (2016, p. 37) afirma que:

a cidadania teve avanços e recuos, períodos áureos e esmorecimentos. Alturas onde foi definida como muito importante outras onde foi esquecida e esvanecida das mentes dos cidadãos. O conceito assumiu, ao longo dos tempos, um significado axiológico diferenciado e evolutivo, com necessidade de redefinição dos seus ideais e referenciais.

Na atualidade, propõe-se uma cidadania multidimensional, complexa e mais abrangente, mas consoante com os desafios que o planeta enfrenta capacitando o sujeito a ter competências que o auxiliem nas ações e respostas aos desafios do mundo contemporâneo (RIBEIRO, 2016).

Segundo (RIBEIRO, 2016, p.69), a cidadania multidimensional abrange quatro dimensões: uma pessoal, outra social, a terceira espacial e por último a temporal. Neste sentido, ela implica as seguintes capacidades:

a capacidade de olhar os problemas como membro de uma sociedade global; (ii) a capacidade de trabalhar com os outros de forma cooperativa e de assumir responsabilidades ao nível dos papéis e deveres na sociedade; (iii) a capacidade de compreender, aceitar, apreciar e tolerar as diferenças culturais; (iv) a capacidade de pensar de forma crítica, sistematicamente; (v) a disponibilidade para resolver conflitos de forma não violenta; (vi) a disponibilidade para mudar o seu estilo de vida e hábitos de consumo para proteger o ambiente; (vii) a capacidade para defender os direitos humanos e (viii) a capacidade e a disponibilidade para participar na vida política em nível local, nacional e internacional.

Desta forma, os desafios postos pelas novas tecnologias, assim como repensar o conceito de cidadania ensejam a construção de novos horizontes educativos, assim como expõe novos problemas que surgem em relação às desigualdades sociais, como por exemplo, a exclusão digital, pois “um uso fácil, inteligente e autônomo da Internet e das redes que a substituirão supõe competências presentes de modo muito desigual no momento em que se abordam essas mídias, cujo desenvolvimento também será desigual” (PERRENOUD, 2010, p. 56).

Também incluem-se neste rol as contradições que permeiam nosso cotidiano como a cidadania planetária e a identidade local; a globalização econômica e o fechamento político; as liberdades e as desigualdades; a tecnologia e o humanismo; a racionalidade e o fanatismo; o individualismo e a cultura de massa; a democracia e o totalitarismo (PERRENOUD, 2010).

Dentro desta perspectiva, o ciberespaço apresenta-se como meio potencial na sensibilização dos valores da cidadania a partir do uso de ferramentas virtuais como as redes sociais digitais, onde novos atores sociais surgem representados por ferramentas como *weblog*, *fotolog*, *facebook*, *twitter*, etc; ou seja, “espaços de interação, lugares de fala construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade”. (RECUERO, 1999, p. 35).

Como aponta Recuero, “Uma rede social é definida por um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos) e suas conexões (interações ou laços sociais)”. (RECUERO, 1999, p. 37). As redes sociais são anteriores à internet, que apenas ampliou o “espaço” para as interações. Isso só foi possível a partir da criação do aplicativo WWW (*World Wide Web*) no início dos anos noventa do século passado. Essa ferramenta possibilitou organizar os conteúdos da rede por sítios de informação, expandindo a utilização dessas tecnologias para além dos ambientes militar e científico, que as originaram.

Para Castells (2006, p. 565-566),

Redes constituem a nova morfologia das nossas sociedades, e a difusão da lógica da rede modifica substancialmente a operação e os produtos nos processos de produção, experiência, poder e cultura. Enquanto que a forma de rede de organização social existiu noutros tempos e noutros espaços, o paradigma da nova tecnologia de informação fornece o material de base para sua expansão hegemônica por toda a estrutura social. (...) As redes são estruturas abertas, com o potencial de se expandirem sem limites, integrando novos nós desde que sejam capazes de comunicar dentro da rede, nomeadamente desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base na rede é um sistema altamente dinâmico e aberto, susceptível de inovar sem ameaçar o seu próprio equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas (...) e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo.

Numa visão um pouco mais simplificada, Recuero (1999, p. 102) define sítios de redes sociais como “sistemas que permitem 1) a construção de uma persona através de um

perfil ou página pessoal; 2) a interação através de comentários e 3) a exposição pública da rede social de cada autor”.

A partir desses pressupostos, tornam-se evidentes as implicações sociais das redes digitais (principalmente a ocidental), que despertam temas relacionados a novas formas de sociabilidade, de organização de movimentos sociais e de sensibilização com os valores da cidadania. Mais especificamente, apresentam-se como passíveis de discussão e análise questões relacionadas à privacidade, à possibilidade de movimentação e organização política, à segurança nas transações realizadas na Internet (bancos e sites de compras), ao uso patológico das redes sociais digitais e suas implicações psicológicas (depressão e ansiedade), à exposição de informações pessoais, ao acesso irrestrito a todo tipo de conteúdo, o contato com pessoas desconhecidas e o ativismo político.

São temas e questões que permeiam a discussão acerca do ciberespaço e que podem ser classificadas (assim como na análise anterior acerca das implicações da internet) em duas linhas de análise: uma otimista, na qual se elencam os benefícios que as novas tecnologias de informação e comunicação promoveram nesta sociedade baseada na informação e no conhecimento; e outra mais crítica. Nesta, Egler (2010, p. 210-211) aponta a possibilidade de as TICs e a nova organização em rede configurarem um novo formato de dominação dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento, haja vista o domínio tecnológico e a posse do capital informacional dos primeiros.

O autor também pondera sobre essas duas linhas, expondo que:

Trata-se, portanto, de duas formas de interpretar a sociedade da informação, uma primeira que faz a sua crítica associada ao desvendamento de estratégias que definem as formas como são utilizadas as redes, para ampliar o poder de dominação econômica e política. Um segundo posicionamento mais otimista que procura analisar seus efeitos sobre a vida cotidiana, a formação de identidades, as possibilidades de estabelecer um lugar-comum, e observam suas potencialidades na formação de novos espaços de cooperação que busquem, na experiência das redes, a formação de um novo espaço público de ação coletiva que se forma em benefício da emancipação social. (EGLER, 2010, p. 210-211).

Pierre Levy (1993) procura responder, de forma positiva, algumas das questões que surgem a partir de uma análise mais crítica da sociedade em rede. Para o fato de essas novas tecnologias tornarem-se fonte de exclusão, o autor aponta caminhos como a necessidade de observar a tendência de conexão e não seus números absolutos, considerando o fato de o número de pessoas que participam do ciberespaço haver aumentado de forma exponencial desde o fim dos anos 80, sobretudo entre os jovens.

A sociedade do bit, ou “Sociedade Informática” Lévy (1996, p. 99), resulta em novas formas de contato e interação entre os sujeitos. As novas tecnologias foram fundamentais para as transformações nas relações sociais observadas atualmente ampliando os espaços democráticos e consequentemente privilegiando o exercício da cidadania. Nestes espaços, fazem-se desfazem-se amizades em um clique (BAUMAN, 2003, p. 95) e a produção e a veiculação de textos e mídias diversas encontram eco formando nichos de interesse no ciberespaço.

Neste sentido, as mensagens individuais ganham o espaço público onde podem ser externalizadas, no entanto, em muitos casos, ao invés da promoção de uma cultura para a cidadania, observa-se uma proliferação de mensagens preconceituosas e intolerantes.

O ciberespaço constitui campo profícuo para a cultura da cidadania. No entanto, para isto, torna-se necessário um exercício que requer aprendizagem e prática de uma racionalidade que demonstre ao sujeito também as necessidades do coletivo e a interdependência entre as partes. É fundamental que os sujeitos tenham consciência e reflitam sobre suas ações cotidianas e as implicações em suas vidas assim como em seu entorno. O lixo jogado na rua casualmente poderá retornar na forma de entulho em períodos de chuva ocasionando uma série de problemas para a cidade.

A afirmação da democracia passa pelo reconhecimento dos direitos políticos como gênese de todos os direitos inerentes ao cidadão. A afirmação da cidadania passa pela radicalização da democracia gerando em todos os sujeitos o sentimento de pertença à comunidade política.

Norberto Bobbio (1992, p. 39) afirma que o futuro da democracia depende do ter cidadãos ativos que se pautem nos seguintes ideais: o ideal da tolerância, contra o fanatismo e a crença cega na própria verdade e na força capaz de impô-la; o ideal da não violência na solução dos conflitos sociais; o ideal da renovação gradual da sociedade na revolução silenciosa de mentalidades e do modo de viver; o ideal da irmandade, a fraternidade da revolução francesa, que une todos os homens num destino comum, e faz do método democrático um hábito com possibilidade de perdurar.

A cidadania ativa, a tolerância, a não-violência, o respeito às diferentes mentalidades, a solidariedade e irmandade, cultivados nos ambientes sociais, farão destes ambientes educativos espaços propícios ao desenvolvimento de uma consciência cidadã.

Neste sentido, os espaços de socialização (tanto primária quanto secundária) detêm um papel fundamental no desenvolvimento de uma cultura da cidadania.

A família é o primeiro espaço social da criança, no qual ela constrói referências e valores, e a comunidade é o espaço mais amplo, onde novas referências e valores se desenvolvem. A primeira experiência de comunidade acontece na escola e as informações e experiências educativas nela realizadas irão sinalizando rumos. Entre estes, a cidadania.

A escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, já que é na escola que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar (ARANHA, 1992, p. 35).

Nas organizações empresariais e demais organizações, no mundo do trabalho e da organização social, a cidadania será cultivada quando estas agirem de acordo com as expectativas que a sociedade nutre com relação a elas. A organização cidadã educa para a cidadania e prima por manifestar no desenvolvimento dos seus objetivos e ações os seguintes princípios:

- **Responsabilidade social:** benefícios aos colaboradores, respeito à comunidade onde está inserida, atividades de ação social (combate ao analfabetismo, controle de DSTs, etc.), investimento em cultura (aproveitando as leis de incentivo fiscal)
- **Responsabilidade ambiental:** reciclagem de materiais, políticas de diminuição de emissão de carbono, reflorestamento, tratamento de efluentes.
- **Política de gestão:** investimento no bem-estar dos colaboradores, incentivo ao aperfeiçoamento, satisfação dos clientes internos e externos, constantes avaliações.
- **Política de qualidade:** os produtos e serviços devem manter os padrões de qualidade internacional, com durabilidade, seriedade, atendimento ágil e garantia dos produtos ou serviços oferecidos.

Também na contemporaneidade é possível observar uma proliferação de movimentos sociais e grupos de cidadãos na rede. A possibilidade de comunicação rápida, barata, universalmente acessível e de grande alcance, fez da Internet o instrumento principal de comunicação dessas organizações e grupos. Para Sassen, os ativistas da Internet podem ter reinventado a “representação” na forma de um espaço universal, desenvolvendo uma nova dimensão de práticas democráticas. Neste sentido, de acordo com Sassen (2001, p. 234)

a Internet, seja na luta pelos direitos humanos, seja pela defesa do meio ambiente ou dos direitos civis, submergiu como um poderoso meio para as não elites se manifestarem, comunicarem, criar e organizar grupos de ação global. O

crescimento dos atores globais tem alterado profundamente o papel dos governos na era digital e, como consequência, tem dado mais relevo ao papel da sociedade civil no espaço electrónico como uma força que, através de uma multiplicidade de interesses públicos, pode resistir à avassaladora influência do mundo das grandes corporações.

Assim, a cibercultura surgida a partir do advento da internet gerou transformações culturais e identitárias (CASTELLS, 2006). A sociedade e o cotidiano da maioria dos humanos foram tomados por uma gama de produtos eletroeletrônicos que ampliaram as possibilidades de interação entre os sujeitos e fomentaram uma via de posicionamento em relação ao exercício da cidadania e o ativismo político. Neste contexto, é natural que existam relações de comunhão e conflito, haja vista, que numa sociedade plural e democrática deva se preservar a convivência pacífica entre visões diferentes de mundo. No entanto, tornam-se cada vez mais necessárias ações que visem a compreensão e a sensibilização para os valores democráticos, principalmente os da tolerância com as diferenças e o respeito às liberdades e garantias individuais. Apenas desta forma crê-se que a barbárie não tomará o lugar da civilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual de polarização política, os meios de comunicação e informação figuram como atores fundamentais. As redes sociais digitais, como fruto da internet, ocupam espaços das mídias tradicionais, introduzindo uma disputa sobre o monopólio da informação. Mesmo com o pleno domínio das mídias tradicionais, agora é possível o compartilhamento de versões diversas do mesmo fato.

Um dos principais movimentos neste sentido é o ciberativismo. Em princípio, movido por agendas democráticas, foi ferramenta importante no destino de governos em vários pontos do planeta, como exemplos a Primavera Árabe.

Como visto, o ciberativismo evidencia-se como importante ação política, levando-se em conta seu potencial para a disseminação de uma cultura da cidadania, haja vista, as possibilidades de democratização da informação e a liberdade na produção de conteúdos que representam avanços em relação ao aperfeiçoamento democrático.

No entanto, na atualidade, movimentos intitulados sociais utilizam as estratégias da cibercultura, para promover agendas, no entendimento deste autor, antidemocráticas. Apelo à censura, manifestações a favor da volta da ditadura, além de agressões mútuas entre ambos os atores da diáde que configura o espectro político ideológico, Direita e Esquerda.

A partir da discussão acerca dos termos Direita e Esquerda e esta diáde no espectro político, concluiu-se que ela se repete na combinação sujeito/coletividade.

Neste sentido, as esquerdas compartilham da preocupação e agendas visando ao coletivo, as direitas defendem a primazia do sujeito.

Contudo, independente de ideologias, agendas civilizatórias como as garantias fundamentais do indivíduo estão sob ameaça e neste sentido, justifica-se a busca da compreensão do que se considera a instituição de uma cibercultura da intolerância.

Defende-se que esta forma de cultura “digital” é formada por um conjunto de elementos que se apresentam como marcadores do quanto mais integrado está o sujeito à “cibercultura da intolerância”. Neste sentido, entende-se que este conceito corresponde ao tipo de ciberativismo antidemocrático.

A partir destes pressupostos foram, estabelecidos os objetivos geral e específicos da pesquisa, antecidos de um problema de pesquisa.

Acredita-se que a questão problema estabelecida foi respondida tendo em vista os dados apresentados no capítulo 4 deste trabalho. O resultado, que cumpre o objetivo geral, aponta para uma maior aderência à cibercultura da intolerância de indivíduos que seguem políticos representantes de partidos posicionados à Direita do espectro ideológico.

sendo assim, os demais objetivos traçados para este estudo também foram alcançados. como a conceituação, a partir de pressupostos teóricos dos termos cibercultura, ciberativismo e sociedade em rede. Também foram tratadas as transformações estruturais na relação recente entre as redes sociais digitais e sociedade e a formação das identidades culturais "digitais" neste contexto. A discussão, com base em pressupostos teóricos sobre no que consiste o espectro político ideológico e os conceitos de Direita, Esquerda e Centro, também foi realizada, assim como foram apresentados os dados sobre a intolerância política e discurso do ódio nas redes sociais digitais no período de 2014 à 2017.

Acredita-se também que foram corroboradas as hipóteses ao identificar-se que a maioria dos autores de comentários de intolerância segue um dos políticos conservadores da lista selecionada para esta pesquisa, assim como demonstrar que há uma incidência maior de comentários intolerantes/odiosos nas reportagens sobre “ditadura”. Também foi possível identificar e classificar os elementos que configuram a cibercultura da intolerância e o perfil de seus fomentadores;

Uma das pretensões desta pesquisa é ampliar os horizontes do tema trabalhado propondo como alternativa à promoção da cultura cidadã e à defesa dos princípios democráticos que possam garantir a tolerância ao multiculturalismo e a diversidade social. Nestes sentido, ressalta-se o papel da educação para a conscientização dos valores democráticos e o uso responsável das redes sociais digitais.

Pesquisas mais detalhadas podem aperfeiçoar o mapa conceitual proposto, assim como identificar outras características do problema, não identificadas neste estudo.

Outro aspecto a ser ressaltado é a possibilidade de replicar a pesquisa a partir dos mesmos critérios e procedimentos. Apesar da impossível neutralidade absoluta em pesquisas na área das humanidades, a utilização da pesquisa quantitativa teve como principal intenção permitir o máximo de neutralidade possível em relação ao viés ideológico do pesquisador.

Neste sentido, partindo-se do princípio que somos, em essência, seres subjetivos com visões de mundo construídas sob a influência de diversas instituições sociais que nos cercam desde o nascimento, o trabalho inspira-se no educador Paulo Freire ao afirmar que “não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: a sua base ideológica é inclusiva ou excludente?” (FREIRE, 2002).

Por final como trata-se de temática nova e como consequência com pouca produção acadêmica, métodos e referências bibliográficas diversificadas poderão auxiliar na ampliação das discussões sobre o tema e na elaboração de novas hipóteses de pesquisa.

Apesar de florescer nas redes sociais digitais uma cibercultura da intolerância, que estimula a intolerância política, o pensamento homogêneo e o desrespeito à diversidade cultural, cerceando o pluralismo tão necessário em sociedades ditas democráticas, o potencial das redes sociais digitais para o ciberativismo alinhado à disseminação de valores democráticos, como princípios de cidadania e respeito ao multiculturalismo e ao pluralismo de ideias, ainda é viável.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Sônia. **Redes Sociais na internet: desafios à pesquisa**. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 30., 2007, Santos. Anais eletrônicos... Santos, 2007. Disponível em: <http://www.sitedaescola.com/downloads/porta1_aluno/Maio/Redes%20sociais%20na%20inter%20net-%20desafios%20%E0%20pesquisa.pdf>. Acesso em 20 abr. 2017.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; CARVALHO, Eleonora M.; SANTOS JR. Marcelo Alves do. **Ciberativismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. São Paulo: Record, 2007.
- ALVES, Carlos Jordan Lapa; PAULO, Tatiana Vantilio. **As trincheiras da fala: discurso de ódio no Facebook**. TEMÁTICA. Ano XIII, n. 04. Abril/2017. NAMID/UFPB. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em 22 de jul. de 2017.
- ALVES, Giovanni. MARTINEZ, Vinícius (orgs.). **O Ciberespaço como Arquitetura da Liberdade – Tentativas de Territorialização e Controle da Rede**. Marília: Ed. Práxis, 2002.
- ANDERSON, C. **The Long Tail: The New Economics of Culture and Commerce**. 1 st New York: Hyperion, 2006.
- ANDRADE, Marcelo. **A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: 2010.
- _____. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Trad. Antonio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- ANDREJEVIC, Mark. **Privacy, Exploitation, and the Digital Enclosure**. Amsterdam Law Forum: revista da University, Amsterdam.V.1, n.4, 2009. Disponível em:<<http://amsterdamlawforum.org/article/view/94/168>>. Acesso em: 07 ago. 2016.
- ANTUNES, Deborah Christina. **Tolerância E Democracia Hoje: O Discurso De Deputados Em Defesa Da Posição Conservadora**. *Psicol. Soc.* [online]. 2016, vol.28, n.1, pp.3-13. ISSN 0102-7182. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p003>> Acesso em: 07 ago. 2016.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1992.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A dignidade da política: ensaios e conferências.** Trad. Antonio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico.** São Paulo. Martins Fontes: 2008.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2005.

AUDIGIER, François. **A educação para a cidadania em alguns de seus debates.** p. 164. In: PERRENOUD, Philippe. Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política.** São Paulo: Globo, 1967.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1995.

BALESTIERI, Camille Roberta. **Ciberativismos – a formação de agendas de conteúdos alternativos em territórios midiáticos não hegemônicos apropriados pelos movimentos sociais.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Palhoça: 2014.

BANDEIRA, Luiza; CORRÊA, Alessandra; CARMO, Marcia; JARDIM, Claudia. **Como funciona a regulação de mídia em outros países?.** BBC Brasil on-line, 2014. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141128_midia_paises_lab> Acesso em 30 mai. 2017.

BAREM, Manuela. **Adesivo com imagem de Dilma de pernas abertas é vendido no Mercado Livre.** Editora fundadora do BuzzFeed Brasil, 2015. Disponível em <https://www.buzzfeed.com/manuelabarem/adesivo-com-imagem-de-dilma-de-pernas-abertas-e-vendido-no-m?utm_term=.ttv8appw9#.drnXOEEP7> Acesso em: 22 abr. 2017.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **O Discurso Intolerante Na Internet: Enunciação E Interação.** Xvii Congreso Internacional Asociación De Lingüística Y Filología De América Latina . João Pessoa - Paraíba, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BELÉM, Euler de França. **A marcha da insensatez: redes sociais estão destruindo a sociedade civil.** Revista Bula, 2018. Disponível em <<http://www.revistabula.com/12570-a-marcha-da-insensatez-redes-sociais-estao-destruindo-a-sociedade-civil/>> Acesso em 11 de jan. 2018.

BEZERRA, Silvia Ramos. **A política em tempos de internet**. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Ciências Da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes. São Paulo: S. R. Bezerra, 2015.

BEZERRA, Silvia Ramos. **A encruzilhada entre rua e internet: redes sociais como fator de mobilização nas manifestações brasileiras em 2013**. 2015. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/20597/16764>> Acesso em 20 mai. 2017.

BIGNOTTO, Newton. **Arendt e o totalitarismo: Os estudos sobre o totalitarismo esclarecem a face trágica do século 20 e os desafios das democracias no século 21**. Revista Cult on-line, 2017. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/arendt-e-o-totalitarismo/>> Acesso em 20 de set. 2017.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo. Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

BRAGA, Adriana. **Sociabilidades digitais e a reconfiguração das relações sociais**. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, no 9, ago/dez, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal.

BRASIL: **NUNCA MAIS**. Projeto A. Tomo I, vol. 1. São Paulo. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Novos estud. - CEBRAP no.74 São Paulo Mar. 2006

BRINOL, Petty. **Personality and Social**. Journal of Personality and Social Psychology, 2002.

BRITT, Laurence W. **Fascism Anyone?** Free Inquiry Magazine , Vol 22 no 2, 2003.

CALIXTO, Douglas. **Educomunicação e redes sociais: caminhos para cidadania em meio ao esgotamento do diálogo e à escalada de ódio**. Rio de Janeiro, 2015.

CAMPOS, João Pedro de. **Governo quer censurar rap de Gabriel O Pensador que ataca Temer**. 2017. Disponível em <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/component/search/?searchword=ustra&ordering=newest&searchphrase=all&limit=0&Itemid=116>> Acesso em 22 nov. 2017.

CANDEIAS, Pedro. **Product of the Environment efeitos de interação entre preditores contextuais e individuais de intolerância social na europa**. REV. SOCIOL. POLIT. VOL. 24 NO.57 CURITIBA MAR. 2016. Disponível em . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782016000100093&script=sci_arttext&tlng=en> Acesso em 27 abr. 2017.

CARDOZO, Claudia. **Auditora que usaria bomba contra o NE denunciada por incitar ódio**. Viomundo. 2014. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/auditora-trabalho-que-usaria-bomba-atomica-contr-o-nordeste-denunciada-por-incitar-odio.html>> Acesso em 18 out. 2016.

CARDOZO, Missila Loures. **Liberdade e Intolerância nas Redes Sociais**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. V. 1 São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CETIC - **PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL 2005-2009**. SP – 2010.

CHAUÍ, MARILENA. BRASIL. **Mito fundador e sociedade autoritária**. Perseu Abramo, São Paulo: 2000.

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHIARI, Geovana. **Entre Insultos E Falsas Harmonias: A Construção Dos Efeitos De Agressividade No Discurso Po**

Lítico Eleitoral Na Campanha De 2014. Disponível em <[https://www.academia.edu/](https://www.academia.edu/13322424/Entre_insultos_e_falsas_harmonias_a_construção_dos_efeitos_de_agressividade_no_discurso_pol%C3%ADtico_eleitoral_na_campanha_de_2014)

1 3 3 2 4 6 1 1 /

[Entre_insultos_e_falsas_harmonias_a_construção_dos_efeitos_de_agressividade_no_discurso_pol%C3%ADtico_eleitoral_na_campanha_de_2014](https://www.academia.edu/13322424/Entre_insultos_e_falsas_harmonias_a_construção_dos_efeitos_de_agressividade_no_discurso_pol%C3%ADtico_eleitoral_na_campanha_de_2014)> Acesso em 30 out. 2016.

COELHO, José Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COGO, Denise. **Comunicação, mídia e cidadania: um percurso pelas interfaces de um Núcleo de Pesquisa da Intercom**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. São Paulo: Intercom, 2005.

COHEN, Leandra. **Práticas Informacionais Do Humaniza Redes No Facebook: Combatendo O Discurso De Ódio Em Redes Sociais.** Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 16, 2015.

CÔRBO, Dayo de Araújo Silva. GONÇALVES, Márcio. **Redes Sociais Digitais Na Esfera Pública Política: Exercícios De Cidadania.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano Artigo Seção Dossiê Mídia e Cidade. Número 6. Volume 6 /Julho 2015

COSTA, Isabella Mudesto Dias. **Efeito Filtro-Bolha: uma análise do discurso de ódio nos comentários das charges da *Tribuna de Minas* no processo de impeachment de Dilma Rousseff.** Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel. Juiz de Fora: 2016.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de filosofia: elementos da história do pensamento.** São Paulo: Saraiva, 1993.

DALMASO, Silvana Copetti; STOCKER, Pâmela Caroline. **Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha.** Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3): 398, setembro-dezembro/2016. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/46743/32489>> Acesso em 20 abr. 2015.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. **Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?** Revista Gestão Organizacional, v. 6, 2013.

DALTOÉ, Andréia da Silva. **O Direito De Ser Esquecido, O Direito De Ser Lembrado: Memória, Esquecimento E O Funcionamento Da Metáfora.** Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos – No 33, 2014.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial.** São Paulo: Senac, 2003.

DICIONÁRIO MICHAELLIS, 2017 Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=intolerante>> Acesso em 20 abr. 2017.

DUGNANI, Patricio. **O Ódio, o Mal Radical e a Mídia: O Azul, o Vermelho e a Intolerância Constante nas Redes Sociais.** PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2016 (13 A 15 DE OUTUBRO DE 2016) Disponível em <http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT4/GT04-PATRICIO_DUGNANI.pdf> Acesso em 20 out. 2016.

ÉBOLI, EVANDRO, **Coronel aliado de Ustra admite tortura na ditadura e diz que militares não são monstros.** O Globo on-line, 2014.

Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/coronel-aliado-de-ustra-admite-tortura-na-ditadura-diz-que-militares-nao-sao-monstros-13884461>> Acesso em 25 de mai. de 2107.

EBNER, Julia; Davey, Jacob. **The Fringe Insurgency Connectivity, Convergence and Mainstreaming of the Extreme Right**. London, 2017.

EGLER, Tamara Tania Cohen. (2010). **Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas**. Sociologias, Porto Alegre, n. 23.

FERGUSON, Niall. **A grande degeneração**. São Paulo: Planeta, 2013.

FERNANDES, Cláudio. **"Quantos golpes de Estado houve no Brasil desde a Independência?"**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historia/quantos-golpes-estado-houve-no-brasil-desde-independencia.htm>>. Acesso em 04 de nov. de 2017.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 22 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Yarim Mayma Ferreira; OLIVEIRA, Pedro Pinto de; RESENDE, Tamires Parreira. **Ciberativismo Nas Redes Sociais: Compartilhando Mudanças**. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Campo Grande - MS – 4 a 6/6/2015 Disponível em <<http://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2015/resumos/R46-0099-1.pdf>> Acesso em 20 abr. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 39p.

FRAGOSO, S., RECUERO, R. & AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FUKUYAMA, F. The End of History? The National Interest, Summer 1989. In: FOREIGN AFFAIRS/Council on Foreign Relations. Ame- rica and the World: Debating the New Shape of International Politics. New York: Foreign Affairs, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GEBARA, Ivone. **As duas faces de uma mesma moeda: tolerância e intolerância**. 2008. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=260&cod_boletim=14> Acesso em 10 de out. de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

_____. **Para além da esquerda e da direita: O futuro da política radical.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GOULART, Michel. **10 ideologias do nazi-fascismo.** História Digital on- line, 2012. Disponível em <<http://www.historiadigital.org/curiosidades/10-ideologias-do-nazi-fascismo/>> Acesso em 23 jun. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade.** RIO DE JANEIRO: DP&A, 1992.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography.** LONDON, SAGE PUBLICATIONS, 2005.

HOEPFNER, GUIMARÃES, S. **Para que filósofos da mídia? A contribuição da filosofia aos estudos da mídia como tarefa da filosofia.** IN: DOSSIÊ ECO-PÓS. VOL. 16. N. 1. PP. 42-58. RIO DE JANEIRO: UFRJ, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

HOLANDA, André Fabrício da Cunha. **A culpa é do Nordeste? As eleições de 2014 e a repercussão de matérias jornalísticas nas redes sociais.** REVISTA LATINO-AMERICANA DE JORNALISMO JOÃO PESSOA – BRASIL | ANO 3 VOL.3 N.2 | JUL./DEZ. 2016 | P. 228 A 243 228 Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/30846>> Acesso em 10 jul. 2017.

ITUASSU, Arthur. **Internet, eleições e democracia: o uso das redes sociais digitais por Marcelo Freixo na campanha de 2012 para a Prefeitura do Rio de Janeiro.** REVISTACOM POLÍTICA N. 4, VOL. 2, ED. AGO-DEZ, ANO 2014. Disponível em <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/152/106>> Acesso em 10 jul. 2017.

KAKKARA, Hemant e SIVANATHANA, Niro. **Durante crise, pessoas preferem líder autoritário "que resolve", diz estudo.** BOL Notícias, 2016. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/ciencia/2017/06/13/em-crisis-pessoas-preferem-lider-autoritario-que-resolve-diz-estudo.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 22 de out. 2016.

KECK, Thomas M. **Hate Speech And Double Standards. Sawyer Chair of Constitutional Law and Politics.** Maxwell School of Citizenship and Public Affairs. Syracuse University, 2016.

LEMONS, Marcelo Rodrigues. **Estratificação Social Na Teoria De Max Weber: Considerações Em Torno Do Tema.** Revista Iluminart, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

LUNA, Nevita; SANTOS, Gustavo. **Liberdade De Expressão E Discurso Do Ódio No Brasil**. Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN – v. 16, n. 3, p. 227-255, set./dez. 2014.

MACHADO, Jónatas E. M. **Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social**. Coimbra: Coimbra Editora, 200

MACHADO, Murilo Bansi. **Entre o controle e o ativismo hacker: a ação política dos Anonymous Brasil**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1531- 1549.

McLUHAN, Marshall (1970). **Pour comprendre les media**. HMH, Montréal, (édition originale en anglais publiée McGraw- Hill, New York, 1964).

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. **A Teoria da Agenda: a Mídia e a Opinião Pública. Trabalho apresentado no GT Jornalismo, Meio Ambiente e Cidades Sustentáveis**. IX Seminário de Alunos de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio, Rio De Janeiro, 2012.

MARTINEZ MC. **As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador** [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2002.

MARTINS, Miguel. Bancados por autoridades e políticos, os discursos de ódio prosperam. Carta Capital on line, 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/revista/935/bancados-por-autoridades-e-politicos-os-discursos-de-odio-prosperam>> Acesso em 09 jul. 2017.

MARTINUZZO, José Antonio. **A opinião nas redes sociais: a problemática da intolerância e a catarse no Facebook**. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em < <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/>> Acesso em 31 ago. 2016.

MELO, D. B. de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Heloísa. **“Caso Queermuseu mostra que são tempos de intolerância. Da direita, mas também da esquerda”**. El País on line, São Paulo, 2017. Disponível em

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/politica/1505394738_622278.html> Acesso em 10 jul. 2017.

MOREIRA, Fabio Leon. **A Reapropriação do Sensacionalismo e o Discurso do Ódio na fanpage “Plantão Policial” no Facebook**. VIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER - COMUNICAÇÃO E CULTURA NA ERA DE TECNOLOGIAS MADIÁTICAS ONIPRESENTES E ONISCIENTES ESPM-SP – 3 A 5 DE DEZEMBRO DE 2014. Disponível em <https://www.abciber.org.br/simposio2014/anais/GTs/fabio_leon_moreira_70.pdf> Acesso em 01 jul. 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014, 365p.

NASSIF, Luis. **Sai o mbl nanderthal entra a direita britânica**. GGN, 2016. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/sai-o-mbl-nanderthal-entra-a-direita-britanica-por-luis-nassif>> Acesso em: 23 out. 2016.

NEVITA, Maria Pessoa de Aquino Franca; LUNA, Gustavo Ferreira Santos. **Limites entre a liberdade de expressão e o discurso do ódio: controvérsias em torno das perspectivas norte-americana, alemã e brasileira**. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba No 02. João Pessoa: 2014.

NOGUEIRA, Kiko. **“Sou a favor da tortura. Através do voto, você não muda nada no país. Tem que matar 30 mil”, diz Bolsonaro**. 2017.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Música, neofascismos e a Nova História Política: Uma análise sobre a presença do Hate Rock no Brasil**. Boletim Historiar, n. 06, nov./dez. 2014, p. 43-56 Disponível em <<http://seer.ufs.br/index.php/historiar>> Acesso em 10 jul. 2017.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2001.

ORTELLADO, Pablo. **O perfil da intolerância ideológica no Brasil**. Jornal da USP: São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/atualidades/o-perfil-da-intolerancia-ideologica-no-brasil/>> Acesso em 25 de jun. de 2017.

PARISER, Eli. **The filter bubble – what the internet is hiding from you**. New York: The Penguin Press, 2011

PEREIRA, H. Prates. & BERNAR, Lúcia I. Pinto. **A superexposição de si como tendência no ciberespaço**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2011.

PEREIRA, Luiz Ismael. **O fenômeno Shitstorm: Internet, intolerância e violação de direitos humanos**. INTERFACES CIENTÍFICAS - HUMANAS E SOCIAIS • ARACAJU • V.6 • N.1 • P. 123 - 134 • JUN. 2017. Disponível em <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/3540/2314>> Acesso em 25 de jun. de 2017.

PEREIRA, Néli. **Redes sociais validam o ódio das pessoas, diz psicanalista**. BBC Brasil on-line. São Paulo: 2017. <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38563773>> Acesso em 02 de fev. 2017.

PINHEIRO, Milton (org.) **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais, europeu, interamericano e africano**. São Paulo : Saraiva 2012.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989.

PRIOLLI, Gabriel. **A turma do algoritmo denuncia o monstro que criou**. dezembro, 2018. Disponível em <<https://www.twitter.com/nocautefm>> Acesso em 01 de fev. 2018.

SOUZA, Queila Regina ; QUANDT, Carlos Olavo . **Metodologia de análise de redes sociais**. In: Fábio Duarte; Carlos Quandt; Queila Souza. (Org.). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

QUEROL, Ricardo De. **Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha”** Cultura EL PAÍS Brasil 2016. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html> Acesso em 01 fev. 2017.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Ed. Unisul, 2015.

RAYMOND, Eric S. **The Cathedral and the Bazaar: Musings on Linux and Open Source by an Accidental Revolutionary**. Revisited Edition. Sebastopol, O'Reilly, 2001.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Coleção Cibercultura, editora Sulina, 1999.

RENDEIRO, M. E. L. S. **Orkut e Facebook: as teias da memória em meio às redes sociais**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo. v. 47, n3, p.256-262, set/dez 2011.

RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL DE 2016. International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank 1818 H Street NW, Washington DC 20433.

RIBEIRO, Luís Guilherme Marques. **Bolsonaro Zuero 3.0: Um estudo sobre as novas articulações do discurso da direita brasileira através das redes sociais** . REVISTA ANAGRAMA: REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DA GRADUAÇÃO. ANO

10 - VOLUME 2. JULHODEZEMBRO DE 2016. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/118020>> Acesso em 20 de jun. de 2017.

ROSENFELD, Michel. **Hate speech in constitutional jurisprudence: a comparative analysis**. Public Law Research Paper, n. 41, Cardozo Law School, abril/2001. Disponível em: < http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=265939>. Acesso em 16 de jun. de 2014.

RUSSO, Guilherme. **Em meio aos Protestos no Brasil, um Aumento Preocupante de Apoio à Intervenção Militar**. Barômetro das Américas. Vanderbilt University, 2015. Disponível em: <www.AmericasBarometer.org>. Acesso em 23 mai. de 2016.

SANTAELLA, L. **Intersubjetividade nas redes digitais: repercussões na educação**. In: A.PRIMO (org.), Interações em rede. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SANTANA, Ana Elisa. **O que é o Escola Sem Partido**. Portal EBC, 2016. Disponível em < <http://www.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido>> Acesso em 28 de jul. de 2017.

SANTOS, Bárbara. **Apesar de expansão, acesso à internet no Brasil ainda é baixo**. Exame on-line. 2016 Disponível em < <https://exame.abril.com.br/autor/barbara-ferreira-santos>> Acesso em 20 de jul. 2017.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000.

SANTOS JR, Marcelo Alves dos. **A Rede de Oposição Radical no Facebook**. REV. ESTUD. COMUN., CURITIBA, V. 15, N. 38, P. 309-324, SET./DEZ. 2014.

SARAIVA, Ana Paula Viana; JAVORSKI, Elaine. **Discurso do ódio nos blogs de opinião**. ANAIS DO XI EVINCI — CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL — UNIBRASIL, 2016. Disponível em <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/1594>> Acesso em 28 de jul. de 2017.

SASSEN, Saskia. **On the Internet and Sovereignty**, *International Journal of Global Legal Studies*, Spring 2001; Volume 5, Issue 2. (on line: <http://ijgls.indiana.edu/archive/05/02/sassen.html>).

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v. 9, 1998.

SEGATA, Jean. **Entre Sujeitos: o ciberespaço e a ANT**. In: II Simpósio Nacional de Pesquisadores em Cibercultura, 2008, São Paulo. Disponível em Anais <http://www.grupciber.net/blog/wpcontent/themes/grupciber/publicacoes/jeansegata/artigo.pdf>. Acesso em 08 de ago. 2016.

SEGURADO, Rosemary. **A agenda da multidão e o webativismo na cidade de São Paulo.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1673-1691.

SILVA, Denise Barros Da. **Facebook: uma mesa de debates ou uma arena política digital?** 2005. Disponível em <<http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/460>> Acesso em 28 de jul. de 2017.

SILVA, Júlio César Casarin Barroso. **Liberdade de expressão e expressões de ódio.** Revista Direito GV, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 037-064, Jan. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/56785>>. Acesso em 11 jan. 2017.

SILVA, Gustavo Jorge. **Conceituações teóricas: esquerda e direita.** Revista Humanidades Em Diálogo. São Paulo: Editora USP, 2014.

SILVA, Hudson Wilde da. SOUZA, Gustavo Vinícius de. **Facebook e cidadania: a rede como ferramenta de conscientização política e social.** INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2014. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:J5YJm1_Eu-YJ:revistapensar.com.br/comunicacao/pasta_upload/artigos/a127.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 28 de jul. de 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Ciberativismo, cultura e o individualismo colaborativo.** São Paulo,; REVISTA USP, 2010.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Cidadania e redes digitais.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil : Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

SILVERMAN, Craig. **This Analysis Shows How Viral Fake Election News Stories Outperformed Real News On Facebook: A BuzzFeed News analysis found that top fake election news stories generated more total engagement on Facebook than top election stories from 19 major news outlets combined.** BuzzFeed Founding Editor, Canada, 2016.

SOPRANA, Paula. **“ha um aumento sistemático de discurso de ódio na rede diz diretor do safernet”.** Revista Época on line. 2017 Disponível em <<http://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2017/02/ha-um-aumento-sistematico-de-discurso-de-odio-na-rede-diz-diretor-do-safernet.html>> Acesso em 15 nov. 2016.

SORJ; BERNARDO e FAUSTO; SERGIO. **Internet e Mobilizações Sociais Transformações do Espaço Público e da Sociedade Civil.** São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

SOTO, José Manuel Dias. **una aproximacion al concepto de discurso del odio.** REVISTA DERECHO DEL ESTADO N.O 34, ENERO-JUNIO DE 2015, PP. 77-101. <http://revistas.uexternado.edu.co/index.php/derest/article/view/4202>>. Acesso em 18 de jul. de 2017.

SOUZA, Carlos Affonso; PADRÃO, Vinicius. **Quem lê tanta notícia (falsa)? Entendendo o combate contra as “fake news”**. ITs Rio. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em <<https://feed.itsrio.org/quem-lê-tanta-not%C3%ADcia-falsa-entendendo-o-combate-contra-as-fake-news-70fa0db05aa5>> Acesso em 19 abr. 2017.

STALOCH, Rubens; REIS, Clóvis. **O princípio da Teoria da Agência em movimentos ciberativistas**. ITAJAÍ, V. 14, N. 02, JUL./DEZ. 2015 Disponível em <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/8156/4808>> Acesso em 22 de jul. de 2016.

STROPPIA, Tatiana; ROTHENBURG, Walter Claudius. **Liberdade De Expressão E Discurso Do Ódio: O Conflito Discursivo Nas Redes Sociais** Anais do 3o Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede Disponível em <<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>> Acesso em 22 de jul. de 2016.

TAFARELO, Cláudia Siqueira César. **Análise Crítica Entre Etnografia E Netnografia: Métodos De Pesquisa Empírica**. 9o. Interprogramas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TOJA, Luan. **Os 7 Maiores Absurdos Publicados Pelo Mbl**. 2017. Disponível Em <<https://voyager1.net/politica/os-7-maiores-absurdos-publicados-pelo-mbl/>> Acesso em 25 de out. 2017.

ZIMERMAN, David E. **Etimologia de termos psicanalíticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

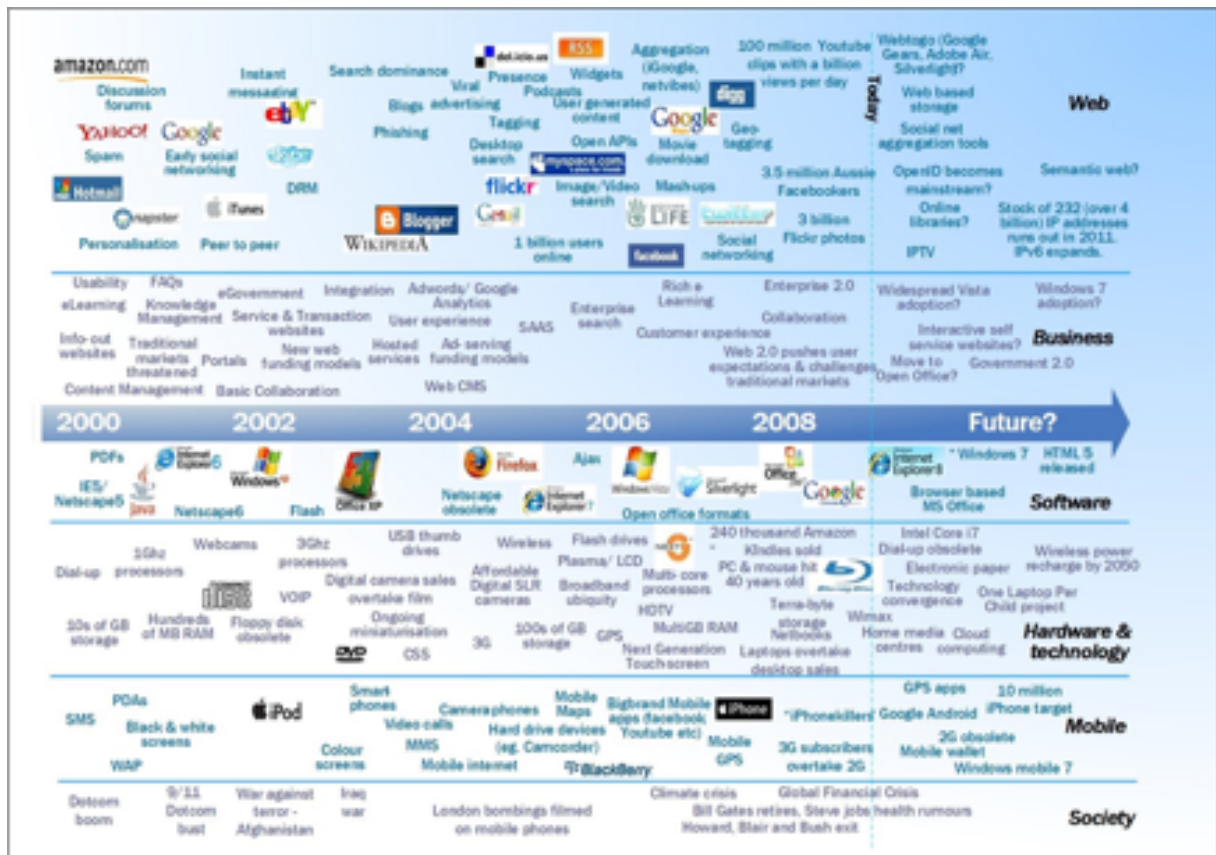
WAGNER, Peter. (1994), **A Sociology of Modernity. Liberty and Discipline**. Londres, Routledge.. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_02.htm> Acesso em 03 mar. 2017.

WASELFISZ J.J. Mapa da violência 2012. **Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. Caderno complementar 1: Homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo. Instituto Sangari. 2012.

WEBER, Max in: COHN, Gabriel (Og.) **A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

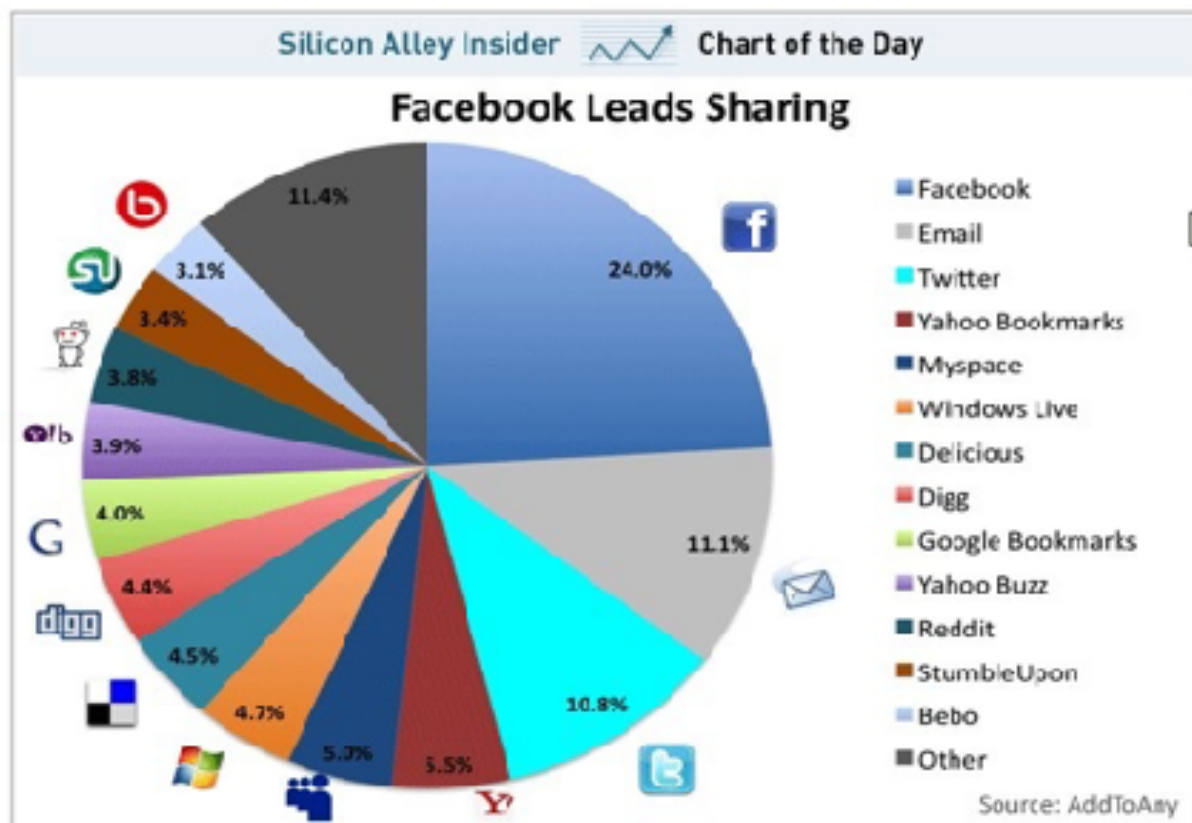
ANEXOS

ANEXO A – ORDEM CRONOLÓGICA DA EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA WEB

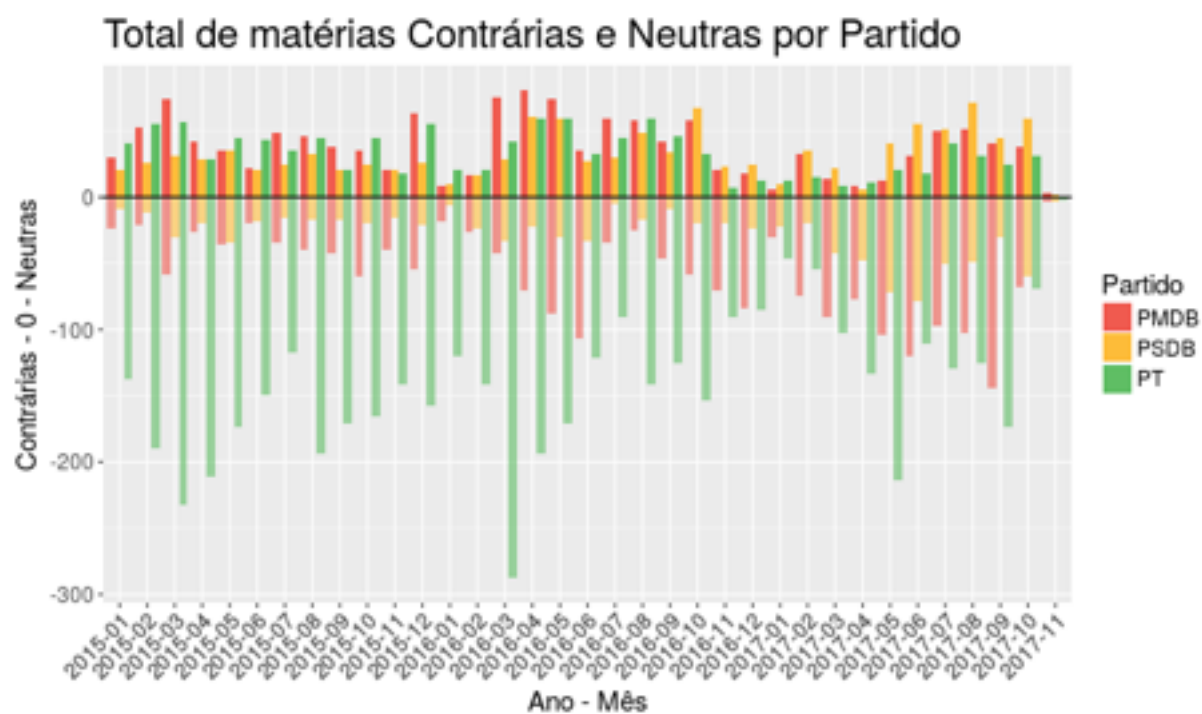


Fonte: <http://www.targetprocess.com/blog/2014/02/42-timelines-is-the-answer.html>

ANEXO B - PRINCIPAIS MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS



ANEXO C – MANCHETÔMETRO, 2017.



ANEXO D – LISTAGEM NOTÍCIAS SOBRE INTOLERÂNCIA EM 2016 E 2017

- BBC, 03/09/2015 - Muros da intolerância: a dificuldade do diálogo em tempos de crise política
- Consciencia.blog.br, 06/09/2013: - 60 pérolas de páginas de direita no Facebook: o ódio e a ignorância como ideologias
- - Revista Fórum, 10/02/2017: Bolsonaro diz que vai dar fuzis para “homens de bem” contra “marginais do MST”
- Folha de S.Paulo, 30/04/2017: Bolsonaro tem melhor resultado no Datafolha entre ricos e escolarizados
- - Rudge Ramos Online, 16/08/2016: Casos de intolerância nas redes sociais crescem em 2016
- - BBC, 26/05/2017: Como exército de voluntários se organiza nas redes para bombar campanha de Bolsonaro a 2018
- - Huffpostbrasil, 2017/09/03: Como o ódio online se infiltra nas redes sociais e na política
- - UOL, 01/10/2017: Como políticos fomentam a intolerância e o moralismo em busca de poder
- Folha de S.Paulo, 14/04/2016: Difusão de notícias falsas volta a crescer no Facebook
- - Nexo Jornal, 18/03/2016: Do Facebook para as ruas: como o ódio político se transforma em violência física -
- G1, 05/06/2017: Eleitor de Bolsonaro não leva suas opiniões ao pé da letra, diz estudo
- - Esquerda Valente, 28/04/2016: Colunista da Veja sugere morte de Lula em praça pública e chibatadas a Dilma
- Associação MPMG, 07/01/2017: Internet viabiliza aumento no número de crimes de ódio no Brasil
- Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 15/04/2016: Intolerância domina o debate político
- – Jornal da USP, 23/05/2016: O perfil da intolerância ideológica no Brasil

- Renato Manzano | Pulse | LinkedIn, 25/03/2016: Os símbolos do ódio que ameaçam o Brasil!
- G1, 16/10/2017: Parcela que apoia militar no Brasil é maior que a média, diz pesquisa
- Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, 19/04/2017: Quem lê tanta notícia (falsa)? Entendendo o combate contra as “fake news”
- BBC, 20/04/2016: Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação
- G1, 01/09/2016: Eduardo Bolsonaro comemora impeachment e exalta militar que torturou Dilma
- G1, 08/11/2016: Bolsonaro diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é ‘herói brasileiro’
- Revista Veja, 09/02/2017: Pior que Bolsonaro só Jean Wyllys
- Exateus, 21/04/2016: Marco Feliciano: Olavo de Carvalho é como um “verdadeiro profeta”
- Jornal do País, 09/07/2017: Cantor Lobão EXALTA DITADURA MILITAR e ataca Chico Buarque
- R7, 13/09/2017: Zezé Di Camargo diz que Brasil nunca teve ditadura
- 12/09/2017: Além da ditadura: 7 fatos históricos que podem deixar Zezé di Camargo desconfiado
- Jovem Pan, 08/07/2016: DEFENSOR DA DITADURA, JAIR BOLSONARO REFORÇA FRASE POLÊMICA: "O ERRO FOI TORTURAR E NÃO MATAR”
- Revistafórum, 20/10/2017: Filho de Bolsonaro elogia ditadura militar ao receber prêmio Congresso em Foco
- Terra, 10/10/2017: PR: associação exalta general que apoiou intervenção militar
- Clic RBS, 05/10/2017: Em carreata em Belém, Bolsonaro exalta general que defendeu intervenção militar
- Folha de Pernambuco, 03/10/17: Em debate sobre polêmica do MAM, deputados sugerem 'porrada' e tortura
- Revista Fórum, 23/10/2017: O “inútil” Roger pede a morte de Lula pelo Twitter
- Jornal O Popular, 23/03/2017: Manifestação em Goiânia pede intervenção militar

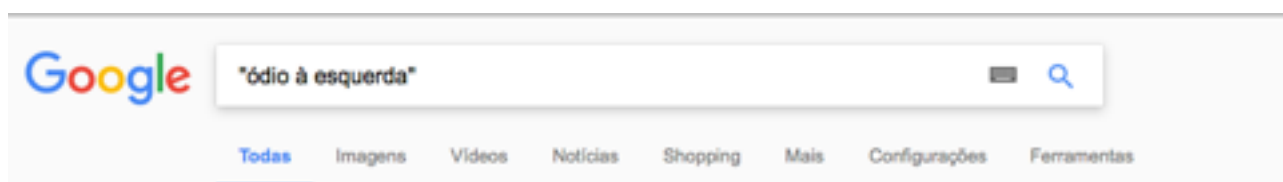
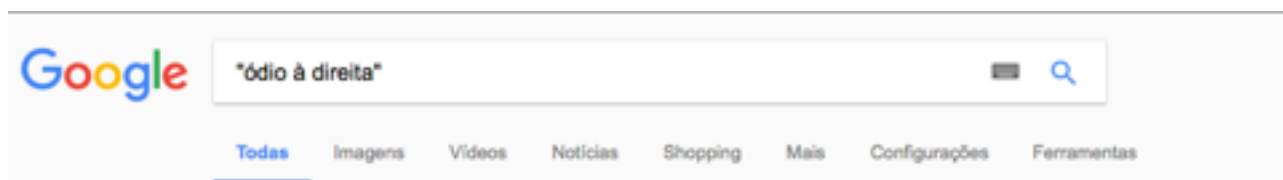
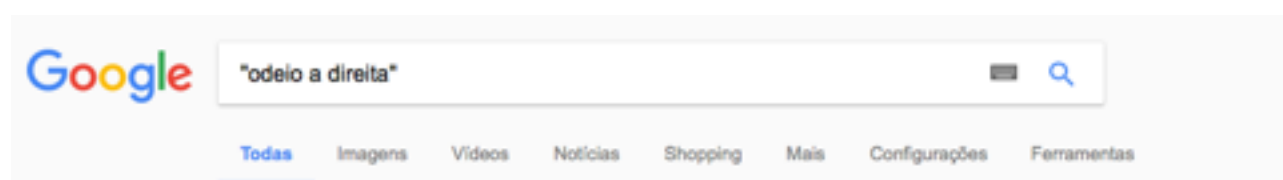
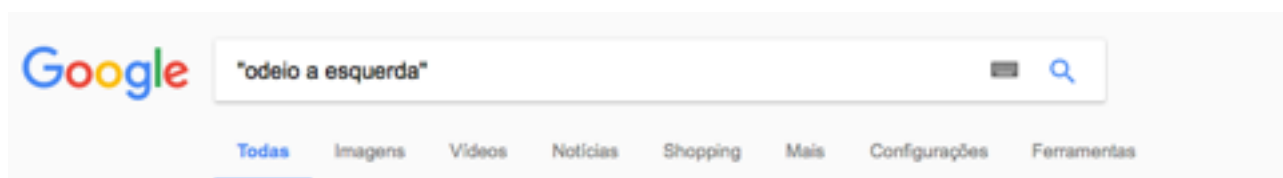
- Jornal Midiamax, 06/04/2017: Torturado por militares, Amado Batista apoia Bolsonaro e a volta da ditadura.

ANEXO E – MAPA DE PROJETOS DE LEI INSPIRADOS NO ESCOLA SEM PARTIDO



** O levantamento sobre as leis e os projetos de lei foi atualizado até 10/6/2016 e seus trâmites até 28/6/2016.*

ANEXO F - PESQUISA COM PALAVRA ÓDIO E ODEIO NO GOOGLE



APÊNDICE A – TABELA COLETA DADOS

[illegible]